

Alupar

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
31 de dezembro de 2024

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração	03
Relatório do auditor independente	23
Balanços patrimoniais	28
Demonstrações dos resultados	30
Demonstrações dos resultados abrangentes	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	32
Demonstrações dos fluxos de caixa	34
Demonstrações do valor adicionado	36
Notas explicativas às demonstrações contábeis	37
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações financeiras	111
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	112

Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Sobre a Alupar

Na Alupar temos um modelo de Gestão de Pessoas que suporta a empresa a ser competitiva por meio da atração, desenvolvimento, reconhecimento, recompensa e retenção de um quadro de profissionais qualificados, de alto desempenho e aderentes à nossa cultura (Jeito de Ser Alupar), que atendam às necessidades de crescimento e desenvolvimento, presentes e futuras, dos negócios da Companhia, dentro de práticas que promovam a diversidade, equidade, inclusão e o bem-estar coletivo.

A Gestão das Pessoas na Alupar adota práticas que respeitam os direitos humanos e trabalhistas reconhecidos na legislação onde atuamos, além do respeito à diversidade, equidade e inclusão, e considerando o alinhamento dos interesses individuais dos profissionais com os objetivos estratégicos da Empresa.

Nosso compromisso com os resultados do negócio está entrelaçado com a busca e compartilhamento contínuo de aprendizados, promovendo relacionamentos baseados no respeito mútuo, transparência e valorização das pessoas. Estamos firmemente comprometidos em coibir todas as formas de práticas discriminatórias, assédio moral e sexual, além de erradicar o trabalho infantil, forçado ou compulsório. Valorizamos a diversidade e respeitamos a livre associação sindical e negociações coletivas. Nossa objetivo é criar um ambiente de trabalho saudável, seguro e livre de qualquer tipo de coerção, promovendo o bem-estar coletivo e alcançando alta performance.

Para a Alupar, é uma prioridade promover um senso de pertencimento entre seus profissionais, visando estabelecer uma harmonia entre suas identidades individuais e a identidade coletiva da empresa, reforçando o nosso Jeito de Ser Alupar. Acreditamos que, ao fazer isso, podemos alinhar crenças, valores, atitudes e comportamentos, criando um ambiente de trabalho positivo que inspira motivação, felicidade e produtividade elevadas em nossa equipe.

Nossa missão é atrair os melhores profissionais para preencher as posições disponíveis. Internamente, valorizamos nossos talentos nos processos de recrutamento interno, promovendo e reconhecendo os resultados alcançados, e reforçando a sucessão interna. Quando necessário, buscamos no mercado pessoas que possuam as competências técnicas necessárias para o desempenho das funções, estejam alinhados com nossa Cultura Organizacional e demonstrem potencial para enfrentar os desafios atuais e futuros da empresa.

A Alupar reconhece que o aprendizado é uma construção coletiva fundamental. Por isso, implementamos práticas que buscam provocar, estimular e promover ações que facilitem o compartilhamento e a multiplicação do conhecimento entre as pessoas e equipes.

Além disso, incentivamos iniciativas de autodesenvolvimento e a busca ativa pelo saber, tanto por meio de programas formais de desenvolvimento, quanto também pelo compartilhamento das lições aprendidas, baseadas em experiências reais no ambiente de trabalho.

A Alupar identifica e desenvolve os talentos internos, estruturando planos de sucessão para cargos chaves e iniciativas para retenção desses talentos. Além de também desenvolver as habilidades e competências dos profissionais, com treinamentos, ações de desenvolvimento e educação continuada. Acompanhando também as melhores tendências do mercado para composição de seu pacote remuneração e benefícios, de modo a torná-lo atrativo na mobilização e retenção de profissionais, além de proporcionar bem-estar, com foco na melhoria contínua das condições de trabalho.

Entendemos que sua liderança é o principal responsável por implementar a estratégia e a cultura da empresa, garantindo a sustentabilidade do negócio. Com isso investimos em programas de capacitação e desenvolvimento dos gestores.

Incentivamos iniciativas de autodesenvolvimento e a busca ativa pelo saber, tanto por meio de programas formais de desenvolvimento, quanto também pelo compartilhamento das lições aprendidas, baseadas em experiências reais no ambiente de trabalho.

A Alupar acredita que os melhores resultados podem ser alcançados quando a pessoa desfruta de condições de vida plena, em todos os âmbitos, pessoal e profissional. Por isso, estimula a adoção de hábitos equilibrados entre o profissional e o pessoal, com foco em ações relacionadas ao bem-estar mental, financeiro, físico e social. Com ações relacionadas a jornadas flexíveis de trabalho, atividades culturais e artísticas, práticas esportivas, alimentação saudável, celebração de datas festivas e reconhecimento.

Transmissão

A Alupar possui participação em concessões de 42 sistemas de transmissão de energia elétrica, totalizando 9.578 km de linhas de transmissão, por meio de concessões com prazo de 30 anos localizadas no Brasil, Colômbia, Chile e Peru. Do total de ativo, 27 estão operacionais, 15 em fase de implantação, que possuem cronograma de entrada em operação comercial entre 2024 - 2029.

Geração

A Alupar também atua na geração de energia renovável por meio de UHEs, PCHs, parques eólicos e uma usina fotovoltaica no Brasil, na Colômbia e no Peru. O portfólio de ativos totaliza uma capacidade instalada de 798,5 MW em operação.

2. Governança Corporativa e Compliance

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de Governança Corporativa, seguindo todas as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da B3. Seguem as principais iniciativas e reconhecimentos neste tema:

- MSCI ESG Ratings – Classificação A
- Contratação de auditores independentes para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim;
- Tag along de 100% para detentores de ações ON e PN;
- Acionistas preferencialistas votam em pautas específicas da Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho de Administração contendo dois Conselheiros Independentes;
- Existência de Comitê de Governança, Sucessão e; Comitê de Finanças, e Contratação de Partes Relacionadas, bem como Comitê de Auditoria e Comitê de Sustentabilidade
- Previsão no Estatuto Social de instalação de Conselho Fiscal;
- Código de Conduta, Ética & Compliance, que pauta a conduta responsável da Companhia, disponível no website;
- Código de Conduta, Ética & Compliance de Terceiros, que pauta a conduta responsável da Companhia, disponível no website;
- Programa de Integridade;
- Compliance Officer;
- Canal de Denúncias Terceirizado;
- 10 % da remuneração variável atrelada a metas ESG.

3. Composição Acionária

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 3.673.567.896,77 e dividido em ações ordinárias e preferenciais conforme quadro abaixo. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	494.189.166	76,54%	1.815.936	0,59%	496.005.102	52,16%
Outros*	151.478.409	23,46%	303.363.221	99,41%	454.841.630	47,84%
Total	645.667.575	100,00%	305.179.157	100,00%	950.846.732	100,00%

*free float

4. Desempenho Econômico Financeiro

Em 16 de julho de 2024, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.348, que estabeleceu as novas RAPs das controladas e coligadas da Alupar, para o ciclo de 12 meses, a partir de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, estabelecendo reajuste de 3,93% para os contratos indexados em IPCA e (0,34)% para os contratos indexados em IGP-M, este último impacto mitigado pelo efeito positivo do portfólio contratado da Companhia que conta com 58% indexado em IPCA, 25% Indexado em IGPM e 17% em contratos em moeda estrangeira.

Em 2024, a Receita Líquida atingiu R\$ 4.002,1 milhões, ante os R\$ 3.311,4 milhões registrados em 2023. O EBITDA atingiu R\$ 3.070,8 milhões, ante os R\$ 2.511,6 milhões apurados em 2023 e o Lucro Líquido totalizou R\$1.086,1 milhões, ante os R\$ 694,1 milhões registrados em 2023.

5. Investimentos

Em 2024 foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 470,2 mm em nossas empresas, sendo R\$ 429,4 mm investidos no segmento de transmissão, R\$ 31,3 mm no segmento de geração, e R\$ 9,5 mm no desenvolvimento de novos negócios, ante os R\$ 644,8 mm registrados em 2023, quando R\$ 449,5 mm foram investidos no segmento de transmissão, R\$ 188,9 mm foram investidos no segmento de geração e R\$ 6,3 mm no desenvolvimento de novos negócios.

6. Mercado de Capitais

A Alupar foi registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 no dia 23 de Abril de 2013. Suas UNITS são negociadas sob o código ALUP11 e são compostas por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais (1 UNIT = 1 ON + 2 PN).

As units da Alupar (B3: ALUP11) encerraram 2024 cotadas a R\$ 26,42, uma desvalorização de 8,45%, em relação ao fechamento de 2023. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) apresentou uma desvalorização de 18,43% e o índice Ibovespa uma desvalorização de 10,36%. O valor de mercado da Companhia, em 30 de dezembro de 2024, era de R\$ 8,4 bilhões.

Gráfico de Desempenho das Units da Alupar (ALUP11) comparado com o Ibovespa (IBOV) e Índice de empresas de Energia Elétrica (IEE):

Performance ALUP11 x IBOV x IEE - Base 100



Ao longo de 2024, as Units da Alupar apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 27,8 milhões, 15,4% superior ao volume médio diário de R\$ 24,1 milhões registrado em 2023.

7. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar, e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano. A Alupar é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem-estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolveu uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da Companhia. Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da Companhia. Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços:

- No desenvolvimento e retenção de pessoas chave;
- Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas;
- Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria;
- Renovação do Selo de Qualidade: Certificação FIA *Employee Experience* (FEEx) 2023 – Clima Organizacional;
- Prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar 2024 (Qualidade de Vida no Trabalho, Aprendizado e Liderança) – 5º ano consecutivo (Qualidade de Vida no Trabalho, Aprendizado e Liderança).

8. Sustentabilidade

Responsabilidade socioambiental

Além de garantir o pleno atendimento à legislação ambiental e às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, nosso modelo de gestão assegura a observância das principais tendências e demandas da sociedade em relação a uma atuação sustentável nos segmentos de transmissão e geração de energia. Assim, trabalhamos principalmente para potencializar os benefícios agregados por uma maior oferta de energias renováveis pela implantação de uma infraestrutura que contribui para o desenvolvimento socioambiental e econômico das comunidades locais.

Programas Ambientais

- Programa de Proteção da Área de Preservação Permanente e Reposição Florestal
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
- Monitoramento e Manejo de Fauna e Flora
- Plano de Compensação Ambiental
- Monitoramento e Controle de Processos Erosivos
- Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social

Biodiversidade

Os potenciais impactos na biodiversidade variam entre os ativos de geração e transmissão, assim como nas fases de operação e implantação. Durante o processo de implantação, contamos com uma equipe dedicada que monitora de perto as obras, o trabalho dos fornecedores e todo o processo de licenciamento ambiental. Na fase de operação, com os possíveis impactos já identificados, seguimos as ações de prevenção, mitigação e compensação conforme estabelecido no Plano Básico Ambiental de cada unidade, válido tanto para os impactos negativos quanto para os positivos.

Clima

Desde 2023 estamos aprimorando a gestão dos dados de emissões de gases de efeito estufa e a elaboração do inventário para poder estabelecer iniciativas de redução de emissões. Utilizamos um software de gestão das emissões que traz escalabilidade para a gestão climática e ESG e aumenta a acurácia nas informações fornecidas. Buscamos continuamente processos de melhoria na contabilização das nossas emissões de GEE, em 2024, participamos pelo primeiro ano do Programa Brasileiro GHG Protocol e obtivemos o Selo Ouro, atestando o mais alto nível de qualidade.

Reforçando nosso compromisso com o ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), implementamos a campanha Vá de Etanol para a frota flex e estamos promovendo a descarbonização de empresas parceiras com dois produtos:

- Créditos de carbono, com 1,7 milhões de créditos comercializados em 2024.
- I-RECs, que certificam a origem renovável da energia, com previsão de 107.916 certificados comercializados.

Também participamos voluntariamente pelo segundo ano do CDP, uma iniciativa global que reúne informações sobre a gestão da sustentabilidade de empresas e governos em todo o mundo, reforçando o nosso compromisso com a transparência de nossas informações ambientais. Em 2024, com os dados referentes à 2023, obtivemos a nota C no questionário de Mudanças Climáticas.

Social

No pilar social, a Alupar acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social. Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas.

R\$ 6,39 mm destinados a Projetos Sociais em 2024 através de Leis de Incentivo:

- Lei de Incentivo à Cultura
- Lei de Incentivo ao Esporte
- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
- Fundo de Amparo ao Idoso
- Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência

Destaques de Projetos Sociais Alupar

• Mundoteca

A Mundoteca é uma biblioteca pública que visa contribuir para a melhoria da educação por meio do incentivo à leitura e da democratização do acesso ao livro. Com estrutura totalmente lúdica e um acervo cuidadosamente selecionado pela coordenadora pedagógica e pela diretora do projeto, conta com espaços para leitura, mobiliário aconchegante, brinquedos e jogos educativos e equipamentos eletrônicos, como tablets, Smart TV e computador.

O projeto também oferece treinamento para educadores das cidades onde opera, além de consultoria e acompanhamento pedagógico para os profissionais responsáveis pela gestão das bibliotecas.

Desde 2019, já implantou 12 unidades com patrocínio da Alupar, sendo sete em cidades e cinco em comunidades quilombolas. Em 2024, o projeto chegou a Aracati/CE e em 2025 serão inauguradas mais duas bibliotecas na Baixada Santista/SP.

• Projeto Social “Ecosaneamento para os Córregos do Retiro e Ubaranas”

O projeto tem o objetivo de atender às demandas das famílias dentro dos eixos do saneamento básico, promovendo acesso à água potável, banheiros e gestão adequada dos resíduos para os moradores das comunidades rurais do Córrego de Ubaranas e Córrego do Retiro, no município de Aracati, Ceará, localizadas nas mediações do Complexo Eólico Pitombeiras, implantado e operado pelas empresas Energia dos Ventos I, II, III, IV e X.

O projeto reúne tecnologias que são próprias da Sustainable Development and Water for All (SDW), startup baiana, bem como outras disponíveis no mercado, com o intuito de beneficiar mais de 340 famílias. Contrato de Financiamento foi realizado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com um total de investimento de R\$ 1,3 milhão.

• Latam

Museu Nueva Esperanza - Em parceria com a universidade Uniminuto, na Colômbia, criamos o Museu Nueva Esperanza para abrigar o acervo arqueológico (16 toneladas de material) de 500 a.C, encontrado na Cordilheira dos Andes, durante as obras da TCE.

Ainda pela TCE, durante o período de implantação colocamos em prática um plano de investimento social privado, que impactou diretamente mais de 24 mil pessoas em 22 municípios. Os projetos seguiram os ODS e estão baseados nos pilares: Saúde, Educação e Cultura, Infraestrutura e Cidades Sustentáveis.

Programa de Diversidade e Inclusão

Contamos com um Programa de Diversidade e Inclusão chamado Auento, que tem por princípio a empatia cognitiva, escuta ativa, educação, engajamento, ética e eficácia social. Algumas das ações estão destacadas abaixo:

- Contratação de consultoria especializada em Diversidade e Inclusão;
- Realização de letramentos sobre temas de Diversidade com nossos colaboradores;
- Ações internas em datas de sensibilização de Diversidade;
- Criação da Comissão de Diversidade e Inclusão.

Em 2024, realizamos o **censo corporativo**, essencial para embasar nosso Planejamento Estratégico de Diversidade e Inclusão.

9. Cenário Macroeconômico

Em 2024 o cenário externo apresentou desafios, principalmente em relação a conjuntura político-econômica nos Estados Unidos, dado o dinamismo do mercado norte americano e as incertezas sobre a possibilidade de desinflação visto que o governo recém-eleito visa implantar medidas de estímulo à economia local o que pode intensificar o ciclo inflacionário no país. Em 2024, o CPI (Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos) encerrou em 2,9%, comparado a 3,4%, mas ainda abaixo da meta de 2,0% do Fed. A taxa de desemprego, por sua vez encerrou o ano em 4,1%, acima dos 3,7% de 2023, mas ainda abaixo da média histórica contribuindo para pressão inflacionária via massa salarial. Este cenário leva uma postura de maior cautela por parte do Fed (BC americano) em relação ao ritmo futuro de cortes na taxa de juros.

No Brasil, após um curto ciclo de redução de juros com previsões no início do ano de maiores cortes (o consenso de mercado em dezembro de 2023 apontava para uma Selic terminal em 2024 de 9%), desafios na condução da política fiscal, aliado ao dinamismo da atividade econômica (mercado de trabalho e consumo) e pressões geradas pelo cenário externo levaram a um ciclo de elevação dos índices macroeconômicos. Desequilíbrios na condução da política fiscal, aliadas ao cenário externo, levaram a saída de recursos do país e volatilidade cambial que apresentou desvalorização recorde, com pico de R\$ 6,30 / USD em 19 de dezembro de 2024 levando a forte atuação do Banco Central para conter a escalada. No contexto de forte atividade e pressão inflacionária o Copom retomou o ciclo de aperto monetário levando a Selic Meta a 12,25% com perspectiva de duas altas adicionais de 1% nas próximas reuniões (janeiro de 2025 já realizado: 13,25%). No ano de 2024, o IPCA encerrou em 4,83% acima da banda superior da meta (3,5%). A PNAD contínua, principal índice que mede a taxa de desemprego encerrou 2024 em 6,2% comparado a 7,8% em 2023, com impacto direto sobre o consumo das famílias que apresenta crescimentos sucessivos a 14 trimestres, com aumento de 5,5% no 3T24 (último dado disponível).

10. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que contratamos a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela KPMG foram contratados para o período de 2024 – 2025. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2024 corresponde ao montante de R\$ 2.482.000,00 referente ao serviço relacionado à auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício de 2024 e das Informações Trimestrais (“ITR”) da Alupar Investimento S.A. e suas controladas e controlada em conjunto.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

11. Balanço Social

		Consolidado		
		31/12/2024		31/12/2023
Base de cálculo				
Receita líquida (RL)	4.002.104			3.311.381
Lucro operacional (LO)	2.892.636			2.357.695
Folha de pagamento bruta (FPB)	239.263			218.774
Valor adicionado total (VAT)	4.093.659			3.283.181
Indicadores sociais internos				
Encargos sociais compulsórios	42.722	17,86%	1,07%	1,04%
Assistência Médica e Vale Transporte	19.463	8,13%	0,49%	0,48%
Previdência Privada	3.173	1,33%	0,08%	0,08%
Educação	274	0,11%	0,01%	0,01%
Auxílio alimentação	13.276	5,55%	0,33%	0,32%
Outros	2.708	1,13%	0,07%	0,07%
	81.616	34,11%	2,04%	1,99%
Indicadores sociais externos				
Doações e contribuições	2.609	0,09%	0,07%	0,06%
Projetos de incentivo à cultura	6.540	0,23%	0,16%	0,16%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	28.990	1,00%	0,72%	0,71%
Tributos excluídos encargos sociais	508.022	17,56%	12,69%	12,41%
	546.161	18,88%	13,65%	13,34%
Indicadores ambientais				
Investimentos relacionados à atividade da empresa				
Projetos de preservação ambiental	2.308	0,08%	0,06%	0,06%
Projetos de educação ambiental em comunidades	1.030	0,04%	0,03%	0,03%
Licenças ambientais	662	0,02%	0,02%	0,02%
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	0,00%
Manejo de vegetação	6.202	0,21%	0,15%	0,15%
	10.201	0,35%	0,25%	0,25%
Indicadores do corpo funcional				
Empregados no final do período	906			856
Escolaridade dos empregados				
Superior e extensão universitária	486			447
Ensino médio	420			409
Faixa etária dos empregados				
Abaixo de 30 anos	106			84
De 30 até 50 anos	567			665
Acima de 50 anos	233			107
Admissões durante o ano	170			149
Mulheres que trabalham na empresa	230			214
Negros que trabalham na empresa	277			253
Portadores de deficiências físicas	-			-
Estagiários	6			2
Informações relevantes quanto ao período da cidadania empresarial				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,0			23,0
Acidentes de trabalho	-			-

■ Análise do Resultado Consolidado Societário (IFRS)

As informações abaixo refletem, além dos resultados consolidados dos segmentos de Transmissão e Geração detalhados ao longo das sessões acima, o resultado consolidado das Holdings Alupar, Windepar, Transminas, Alupar Chile, Alupar Peru, Alupar Colômbia e Apaete.

→ Receita Operacional Líquida Consolidada – IFRS:

A Alupar e suas subsidiárias registraram Receita Líquida de R\$ 1.123,3 mm no 4T24, 27,9% superior aos R\$ 878,3 mm registrados no mesmo período do ano passado.

Composição da Receita Líquida Consolidada por Segmento (IFRS)

R\$ MM	3T24	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(a) Receita Bruta	1.027,7	1.228,7	959,2	28,1%	4.412,2	3.633,9	21,4%
Transmissão	822,9	970,5	750,2	29,4%	3.551,6	2.811,3	26,3%
Geração	204,8	258,2	209,0	23,5%	860,6	822,6	4,6%
Holdings	-	-	-	-	-	-	-
(b) Deduções	(99,1)	(105,4)	(80,9)	30,2%	(410,1)	(322,5)	27,2%
Receita Líquida (a – b)	928,6	1.123,3	878,3	27,9%	4.002,1	3.311,4	20,9%

→ Custos dos Serviços – IFRS:

Neste trimestre, os Custos dos Serviços totalizaram R\$ 371,2 mm ante os R\$ 230,1 mm registrados no mesmo período do ano passado.

Custos dos Serviços por Segmento (IFRS)

R\$ MM	3T24	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Transmissão	(165,4)	(206,6)	(124,6)	65,8%	(607,5)	(426,2)	42,6%
Geração	(125,9)	(164,6)	(105,5)	56,1%	(487,4)	(371,6)	31,2%
Holdings	-	-	-	-	-	-	-
Total	(291,3)	(371,2)	(230,1)	61,3%	(1.095,0)	(797,8)	37,3%

Composição dos Custos dos Serviços (IFRS)

R\$ MM	3T24	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Custo dos Serviços Prestados	(74,3)	(94,8)	(82,8)	14,5%	(307,4)	(273,1)	12,6%
Compra de Energia	(35,3)	(62,0)	(15,7)	294,3%	(119,3)	(50,3)	137,2%
Encargos da Rede Elétrica - CUST	(13,3)	(13,6)	(11,4)	18,6%	(52,3)	(47,6)	9,8%
Recursos Hídricos - CFURH	(2,2)	(1,3)	(1,3)	-	(10,4)	(9,4)	11,2%
Custo de Infraestrutura	(121,8)	(155,6)	(78,5)	98,2%	(433,5)	(269,6)	60,8%
Depreciação / Amortização	(44,3)	(43,9)	(40,4)	8,6%	(172,1)	(147,9)	16,3%
Total	(291,3)	(371,2)	(230,1)	61,3%	(1.095,0)	(797,8)	37,3%

Release de Resultados

Alupar | 4º Trimestre de 2024

Seguem as principais variações em Custos:

(i) aumento de R\$ 77,1 mm no **Custo de Infraestrutura**, que totalizou R\$ 155,6 mm neste trimestre, comparado aos R\$ 78,5 mm registrados no 4T23. Segue tabela abaixo:

	TSA	ELTE	TECP	TAP	TCN	OUTROS	TOTAL
4T23	-	(76,9)	-	-	-	(1,6)	(78,5)
4T24	(51,8)	(88,3)	(6,5)	(5,6)	(2,3)	(1,1)	(155,6)
TOTAL	(51,8)	(11,4)	(6,5)	(5,6)	(2,3)	0,5	(77,1)

(ii) aumento de R\$ 46,3 mm na conta **Compra de Energia**, conforme detalhado abaixo:

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T24	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Comercialização	(243.230)	145,0	(35.270)	(121.958)	293,6	(35.812)	-	-	-	(365.188)	194,6	(71.082)
CCEE/Ajustes	-		(309)			(850)	-	-	-			(1.159)
Partes Relacionadas	(14.352)	92,4	(1.327)	(197.840)	267,4	(52.894)	212.192	255,5	54.221			
Impostos	-		2.969			7.234	-	-	-			10.203
Total			(33.937)			(82.322)			54.221			(62.038)
Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T23	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Comercialização	(105.240)	77,4	(8.142)	(101.347)	51,0	(5.169)				(206.587)	64,4	(13.311)
CCEE/Ajustes			(5.089)			(495)	-	-	-			(5.584)
Partes Relacionadas	(34.741)	76,7	(2.664)	(72.362)	328,0	(23.732)	107.104	246,4	26.396	-	-	-
Impostos			566,0	-		2.596	-	-	-			3.162
Total			(15.330)			(26.800)			26.396			(15.734)
Variações			(18.607)			(55.522)			27.825			(46.304)

(iii) aumento de R\$ 12,0 mm em **Custos dos Serviços Prestados**, principalmente por:

- (+) R\$ 7,0 mm na UHE La Virgen em razão de maiores custos de comercialização;
- (+) R\$ 2,3 mm relativos a gastos com manutenção preventiva neste trimestre, incluindo equipamentos, manutenção de sistemas elétricos e limpeza de faixa de servidão;
- (+) R\$ 0,2 mm na transmissora ELTE, decorrente da entrada em operação comercial do trecho sul (subestação Manoel da Nóbrega), em maio de 2024;
- (+) R\$ 0,7 mm em razão do Início da contabilização da transmissora TECP (Lote 06 - Aneel 02/2022), em dezembro/2023;
- (+) R\$ 0,6 mm na UFV Pitombeira em razão da entrada em operação comercial do ativo em fevereiro/2024;
- (+) R\$ 0,3 MM na transmissora ETAP, considerando que os resultados do 4T23 foram positivamente impactados pelo resarcimento de gastos de engenharia por novos acessantes, devido a contratos de compartilhamento de instalações (CCI).

(iv) aumento de R\$ 3,5 mm em **Depreciação / Amortização**, principalmente pela entrada em operação comercial da UFV Pitombeira em fevereiro/2024.

→ Despesas Operacionais – IFRS:

No 4T24, as **Despesas Operacionais** atingiram R\$ 17,0 mm, frente à despesa de R\$ 81,2 mm registrada no 4T23.

Despesas Operacionais por Segmento (IFRS)							
R\$ MM	3T24	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Transmissão	32,8	10,6	(40,1)	-	85,5	(48,6)	-
Geração	(11,8)	(13,0)	(12,8)	1,4%	(45,1)	(36,5)	23,6%
Holdings	(11,3)	(14,6)	(28,3)	(48,3%)	(54,9)	(70,8)	(22,5%)
Total	9,7	(17,0)	(81,2)	(79,0%)	(14,5)	(155,9)	(90,7%)

Composição dos Despesas Operacionais (IFRS)							
R\$ MM	3T24	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Administrativas e Gerais	(14,0)	(26,1)	(40,7)	(35,9%)	(64,1)	(80,9)	(20,8%)
Pessoal e Administradores	(25,2)	(26,7)	(24,8)	7,4%	(108,4)	(97,7)	10,9%
Equivalência Patrimonial	48,4	53,6	13,9	285,3%	149,0	41,2	261,9%
Outros	2,0	(16,3)	(28,1)	(42,0%)	15,1	(12,4)	(221,3%)
Depreciação / Amortização	(1,5)	(1,6)	(1,5)	6,3%	(6,1)	(6,0)	1,1%
Total	9,7	(17,0)	(81,2)	(79,0%)	(14,5)	(155,9)	(90,7%)

As principais variações nas Despesas Operacionais entre o 4T24 e o 4T23 referem-se:

(a) aumento de **R\$ 39,7 mm** na conta **Equivalência Patrimonial**, exclusivamente pela melhora no resultado societário da transmissora TNE, que totalizou R\$ 102,2 mm neste trimestre, frente ao R\$ 28,0 mm no 4T23. O resultado desse trimestre foi impactado principalmente pelo crescimento de R\$ 503,8 mm na Receita de Infraestrutura e o aumento de R\$ 357,8 no Custo de Infraestrutura decorrente de gastos com a implantação do projeto;

(b) redução de **R\$ 14,6 mm** nas **Despesas Administrativas e Gerais**, sendo principalmente:

(-) R\$ 12,7 mm na Alupar Holding dado que no 4T23 houve uma despesa não recorrente de R\$ 10,2 mm relativa a baixa contábil de projetos de geração descontinuados, o que não ocorreu neste trimestre;

(-) R\$ 5,3 mm na Alupar Peru, dado que no 4T23 foram contabilizados gastos para participação em leilões, o que não ocorreu neste trimestre;

(+) R\$ 4,8 mm na Alupar Chile em razão de gastos com assessoria legal e consultoria para estruturação das operações no país.

(c) redução de **R\$ 11,8 mm** na conta **Outras Despesas/Outras Receitas**, basicamente pela redução nesta conta no segmento de Transmissão, sendo:

(-) R\$ 27,0 mm na transmissora ERTE, dado que no 4T23 foi contabilizada uma despesa não recorrente relacionada ao reposicionamento tarifário negativo proposto pela Aneel em 2020;

(-) R\$ 1,9 mm na transmissora TCE, relativo a investimentos em infraestrutura nas comunidades em que está localizada, dado que em 2023 estas despesas ocorreram no 4T enquanto que neste ano ocorreram no 3T;

(+) R\$ 12,2 mm na transmissora Transirapé decorrente de revisão tarifária periódica sobre as receitas de reforços e melhorias (RBNI) e;

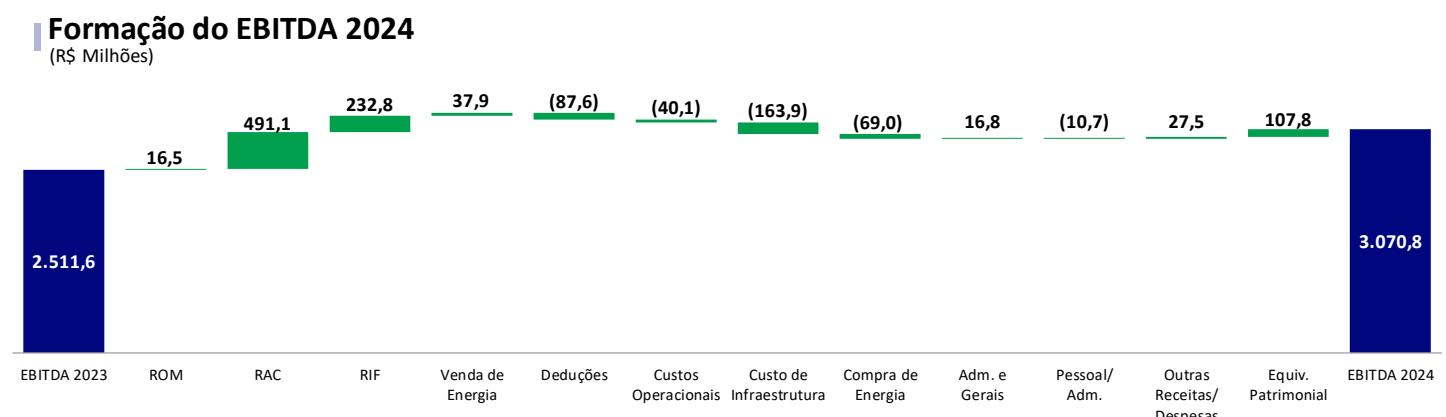
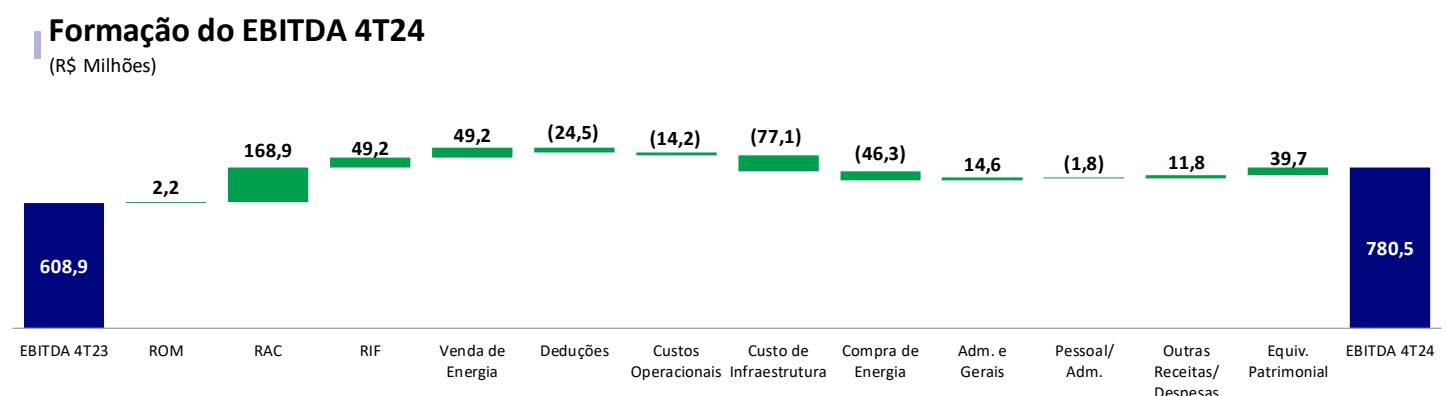
(+) R\$ 4,2 mm na transmissora EBTE em razão de provisões para gastos fundiários.

→ EBITDA e Margem EBITDA Consolidada - IFRS:

Totalizou R\$ 780,5 mm no 4T24, 28,2% superior aos R\$ 608,9 mm apurados no 4T23.

A margem EBITDA ajustada ficou em 80,7% neste trimestre, 4,6 p.p. superior aos 76,1% registrados no 4T23.

Segue abaixo a formação do EBITDA:



Notas: ROM – Receita de Operação e Manutenção / RAC – Receita de Remuneração do Ativo da Concessão / RIF – Receita de Infraestrutura

→ **Resultado Financeiro Consolidado – IFRS:**

Totalizou R\$ (271,7) mm no 4T24, frente aos R\$ (183,9) mm apurados no 4T23. Este aumento de R\$ 87,9 mm é explicado pelo:

(i) aumento de R\$ 98,9 mm nas **Despesas Financeiras**, principalmente pelas variações abaixo:

(+) R\$ 13,6 mm decorrente da entrada em operação comercial da transmissora ELTE (R\$ 10,8 mm) e da UFV Pitombeira (R\$ 2,8 mm);

(+) R\$ 31,7 mm nas dívidas indexadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") que apresentou inflação de 1,47% no acumulado do 4T24, ante os 1,08% registrado no acumulado do 4T23;

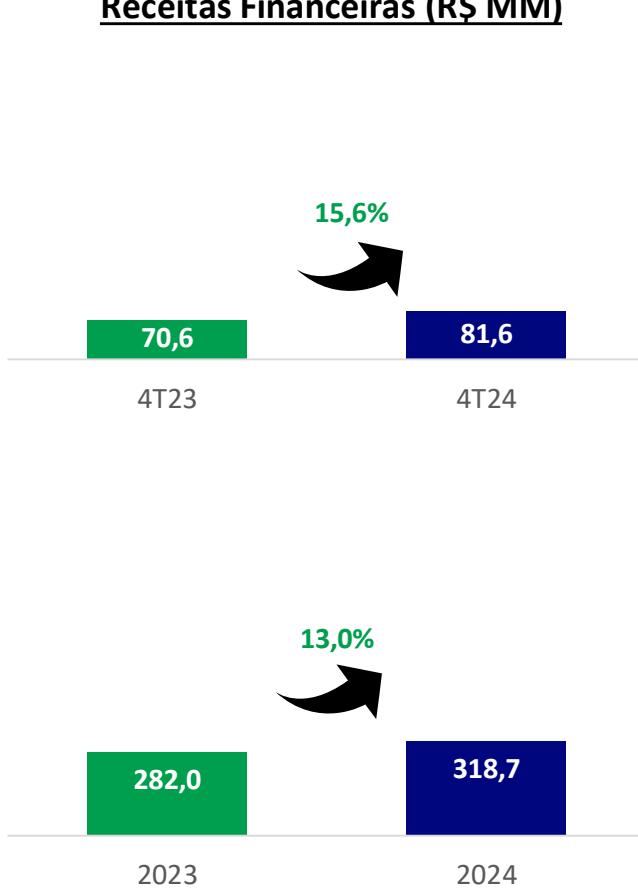
(+) R\$ 29,1 mm nas Despesas Financeiras com variações cambiais. Esta conta totalizou, neste trimestre, um valor negativo de R\$ 11,4 mm, ante um saldo positivo de R\$ 17,6 mm registrado no mesmo período do ano passado. O valor contabilizado neste trimestre, refere-se à desvalorização de 1,43% da moeda peruana (PEN) frente ao USD e à desvalorização de 12,8% do BRL frente ao PEN e;

(+) R\$ 17,6 milhões decorrentes, principalmente de novas captações nas transmissoras EATE, ECTE, ENTE e ETEP que totalizaram R\$ 607,0 mm ao final do 3T24.

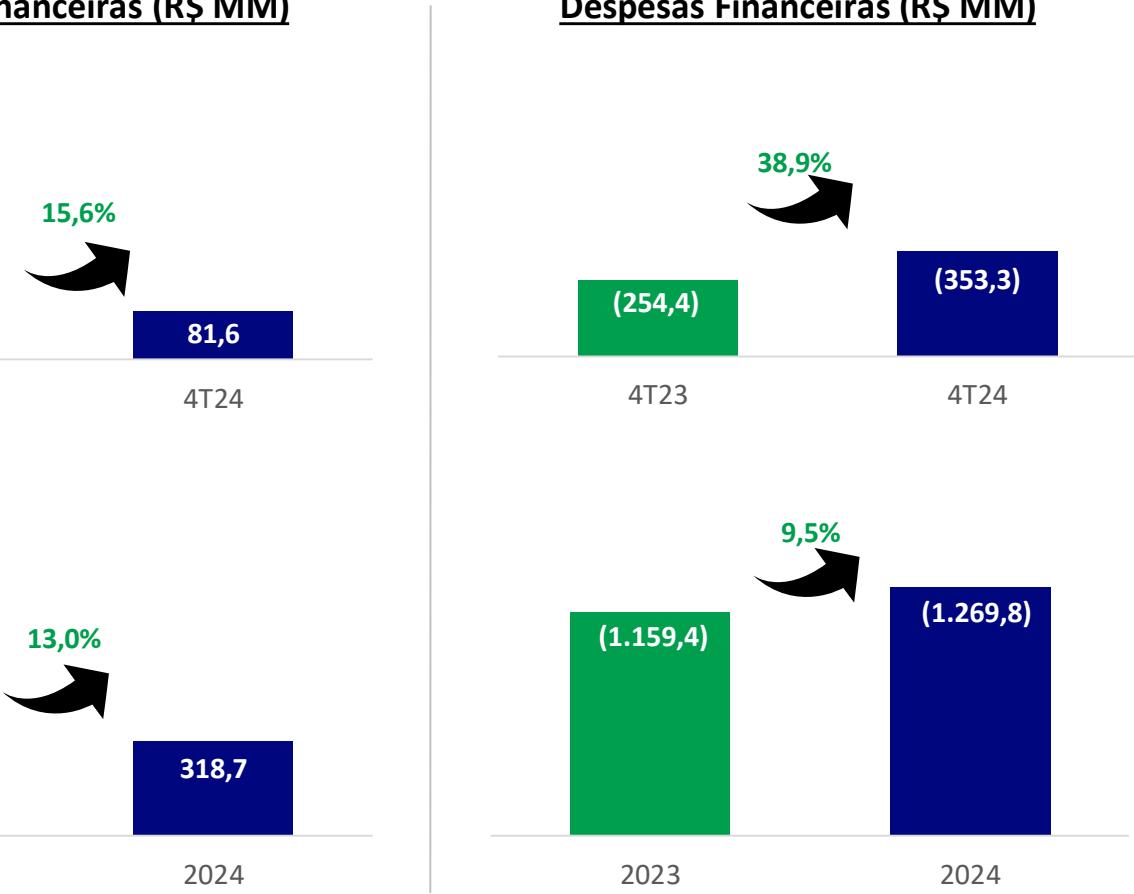
(ii) aumento de R\$ 11,0 mm nas **Receitas Financeiras**, em razão do aumento da posição de caixa consolidada que totalizou neste trimestre R\$ 3.544,3 mm, R\$ 712,7 mm superior aos R\$ 2.831,6 mm contabilizados no mesmo período do ano passado.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO – IFRS

Receitas Financeiras (R\$ MM)



Despesas Financeiras (R\$ MM)



→ Lucro Líquido Consolidado - IFRS:

No 4T24, o Lucro Líquido Consolidado totalizou R\$ 230,3 mm, R\$ 89,2 mm superior aos R\$ 141,2 mm apurados no 4T23. Esta variação é resultante do:

- (a) aumento de R\$ 171,6 mm no EBITDA, conforme detalhado anteriormente na seção "EBITDA e Margem EBITDA Consolidada - IFRS";
- (b) aumento de R\$ 87,9 mm no Resultado Financeiro, conforme detalhado na seção "Resultado Financeiro Consolidado – IFRS";
- (c) redução de R\$ 81,2 mm no IR/CSLL, principalmente pela queda de R\$ 99,3 mm nas transmissoras EATE (R\$ 45,9); TME (R\$ 39,7 mm) e ETVG (R\$ 13,3 mm), em razão da obtenção de benefício fiscal pela SUDAM, respectivamente em setembro (EATE) e dezembro (TME e ETVG) de 2024. Seguem abaixo as principais variações no segmento de Transmissão:

	EATE	TME	ETVG	ENTE	ELTE	OUTROS	TOTAL
4T23	(51,8)	(2,5)	(0,8)	(18,7)	8,8	(46,9)	(111,9)
4T24	(5,9)	37,2	12,5	(7,4)	19,9	(83,9)	(27,7)
TOTAL	45,9	39,7	13,3	11,2	11,1	(37,0)	84,2

- (d) aumento de R\$ 72,2 mm na % de Minoritários, basicamente pela variação de R\$ 71,2 mm nas transmissoras, sendo:

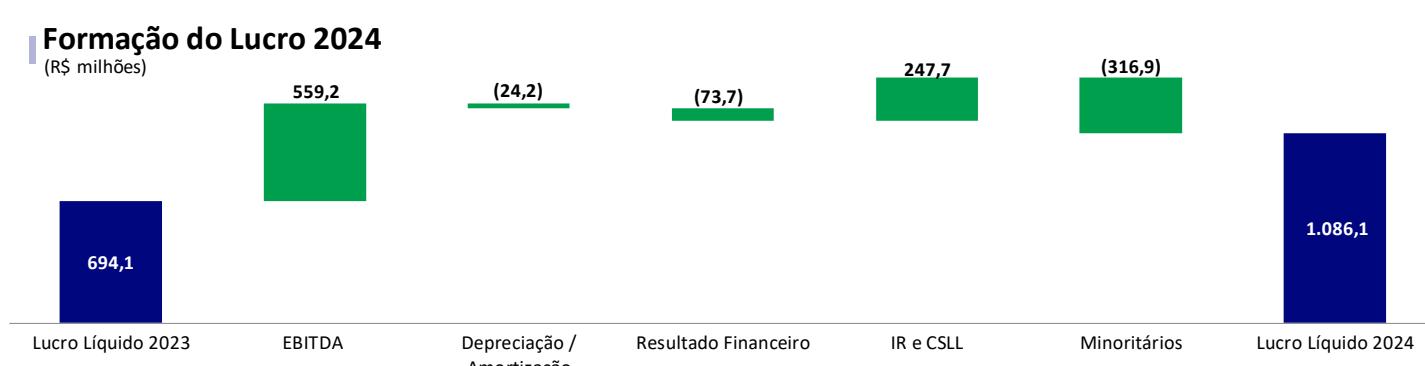
- (+) R\$ 45,4 mm nas transmissoras EATE (R\$ 28,2) e TME (R\$ 17,2) em razão da melhora no resultado principalmente pela obtenção do benefício fiscal pela SUDAM em setembro e dezembro de 2024 e;
- (+) R\$ 26,8 mm nas demais transmissoras, decorrente da melhora nos resultados, em razão do aumento dos Índices de inflação (IGP-M e IPCA).

Segue abaixo a variação dos índices:

- Índice Geral de Preços Mercado ("IGP-M"): 4T24: 3,48% (4T23: 1,47%);
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"): 4T24: 1,40% (4T23: 0,78%).

* considera o período de apuração os meses de setembro a novembro.

Segue abaixo a formação do Lucro Líquido:



Release de Resultados

Alupar | 4º Trimestre de 2024

■ Consolidação do Resultado Societário (IFRS)

	Trimestre findo em 31/12/2024				
	Transmissão Consolidado	Geração Consolidado	Holdings (Alupar / Windepar / Transminas / Alupar Chile / Alupar Peru / Alupar Colômbia / Apaete)	Eliminações Holdings	Consolidado
Receita operacional bruta	970.491	258.180	14.278	(14.278)	1.228.671
Receita de transmissão de energia	154.569				154.569
Receita de infraestrutura	99.966				99.966
Remuneração do Ativo de Concessão	718.779				718.779
Suprimento de energia		257.183			257.183
Comissão de aval			14.278	(14.278)	-
(-) Parcela variável	(2.823)				(2.823)
Outras receitas operacionais		997			997
Deduções da receita operacional bruta	(80.452)	(23.259)	(1.650)	-	(105.361)
PIS	(12.052)	(3.744)	(191)		(15.987)
COFINS	(55.535)	(17.245)	(880)		(73.660)
ICMS		(331)			(331)
ISS		(79)	(579)		(658)
IVA					-
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.942)				(1.942)
Res. Global de Reversão - RGR diferido	(1.467)				(1.467)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.550)	(489)			(3.039)
FNDCT	(2.551)	(489)			(3.040)
Ministério de minas e energia - MME	(1.278)	(244)			(1.522)
Taxa de fiscalização de energia elétrica - TFSEE	(3.077)	(638)			(3.715)
Receita operacional líquida	890.039	234.921	12.628	(14.278)	1.123.310
Custo do serviço	(206.626)	(164.584)			(371.210)
Energia comprada para revenda		(62.038)			(62.038)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		(13.575)			(13.575)
Compensação fin. recursos hídricos - CFURH		(1.329)			(1.329)
Custo dos serviços prestados	(49.964)	(44.832)			(94.796)
Custo de infraestrutura	(155.612)				(155.612)
Depreciação / Amortização	(1.050)	(42.692)			(43.742)
Utilização do Bem Público - UBP		(118)			(118)
Lucro bruto	683.413	70.337	12.628	(14.278)	752.100
Despesas e receitas operacionais	10.617	(13.023)	317.318	(331.933)	(17.021)
Administrativas e gerais	(13.485)	(5.718)	(6.879)		(26.082)
Pessoal	(12.450)	(7.412)	(6.811)		(26.673)
Resultado de equivalência patrimonial	53.597		331.505	(331.505)	53.597
Depreciação / Amortização	(584)	(361)	(190)	(428)	(1.563)
Outras receitas	(11.903)	468	-		(11.435)
Outras despesas	(4.558)	-	(307)		(4.865)
EBIT	694.030	57.314	329.946	(346.211)	735.079
Depreciação / Amortização	(1.634)	(43.171)	(190)	(428)	(45.423)
EBITDA	695.664	100.485	330.136	(345.783)	780.502
Despesas financeiras	(233.784)	(76.851)	(44.048)	1.356	(353.327)
Encargos de dívidas	(230.471)	(65.741)	(35.166)		(331.378)
Variações cambiais	2.800	(7.116)	(7.111)		(11.427)
Outras	(6.113)	(3.994)	(1.771)	1.356	(10.522)
Receitas financeiras	35.140	15.157	32.671	(1.356)	81.612
Receitas de aplicações financeiras	33.137	15.113	28.066	-	76.316
Outras	2.003	44	4.605	(1.356)	5.296
	(198.644)	(61.694)	(11.377)	-	(271.715)
EBT	495.386	(4.380)	318.569	(346.211)	463.364
IR / CSLL	(27.690)	(12.192)	(5.120)	(90)	(45.092)
Imposto de renda	(4.837)	(292)	(331)		(5.460)
Contribuição social	(18.066)	(198)	(122)		(18.386)
Imposto de renda diferido	11.819	(9.368)	(4.667)	(66)	(2.282)
CSLL diferido	(16.606)	(2.334)	-	(24)	(18.964)
Lucro líquido Consolidado	467.696	(16.572)	313.449	(346.301)	418.272
Participação de não controladores	(176.847)	(5.933)	(5.170)		(187.950)
Lucro líquido Alupar	290.849	(22.505)	308.279	(346.301)	230.322

■ Destinação dos Resultados

→ Dividendos

Em 26 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia recomendou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 275,5 mm, equivalente a 51,5% do Lucro Líquido Regulatório, excluindo a Reserva Legal Obrigatória.

Deste total, o valor de R\$ 199,7 mm já foi desembolsado na forma de dividendos intercalares, correspondentes a R\$ 0,21 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a R\$ 0,63 por Unit. O saldo de R\$ 76,1 mm, correspondente à R\$ 0,08 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a R\$ 0,24 por Unit será pago em até 60 dias da deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2025.

Segue abaixo a abertura da destinação dos resultados:

Destinação dos Resultados Exercício de 2024		R\$ MM
Lucro líquido do exercício		1.086,1
(-) Reserva legal (5%)		(54,3)
Saldo disponível para destinação		1.031,8
(1) Dividendos Obrigatórios		257,9
1.1. Dividendos Intercalares já pagos		199,7
1.2. Dividendos obrigatórios remanescentes		58,3
(2) Dividendos adicionais		17,8
2.1. Dividendos adicionais do resultado de 2024		15,8
2.2. Dividendos declarados da reserva de lucros a realizar		2,0
Lucro Remanescente de 2024 à disposição da Assembleia		758,0
(1 + 2) Dividendos Totais Declarados		275,7
Dividendos a Pagar		76,1

→ Bonificação:

O Conselho de Administração recomendou, também, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do Capital Social da Companhia, no valor de **R\$ 349.531.256,11** mediante a capitalização de parte do saldo contábil de Reserva de investimentos da Companhia, no referido valor, com a emissão de **38.033.869 novas ações**, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, respeitada a proporção atual do capital social da Companhia entre as ações ordinárias e ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de Units na proporção de **4 novas ações para cada 100 ações existentes (razão de 4,0%)**, independente da sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. O valor atribuído às ações bonificadas será de **R\$ 9,19 por ação**, independentemente da espécie e equivalente a **R\$ 27,57 por Unit**.

As ações ordinárias e preferenciais a serem emitidas conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições atribuídas às ações já existentes da Companhia, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados **a partir de 17 de abril de 2025**. Para fins de esclarecimento, **as ações ordinárias e preferenciais a serem emitidas não farão jus aos dividendos declarados na AGOE de 16 de abril de 2025**.

■ Investimentos

No 4T24 foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 124,7 mm em nossas empresas, sendo, principalmente, R\$ 118,7 mm investidos no segmento de transmissão. No 4T23 foram investidos R\$ 189,9 mm, sendo R\$ 123,8 mm investidos no segmento de transmissão, R\$ 64,6 mm investidos no segmento de geração e R\$ 1,5 mm no desenvolvimento de novos negócios.

O volume de investimentos realizados neste trimestre reflete, principalmente, a implantação dos ativos de transmissão ELTE e TCE, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Composição dos Investimentos

R\$ MM	4T24	4T23	2024	2023
Transmissão	118,2	123,8	429,4	449,5
ELTE	88,3	76,9	355,1	254,0
TCE	13,0	45,3	38,0	179,9
TECP (Lote 06 02/2022)	6,5	-	8,2	-
TAP (Lote 2 02/2023)	5,6	-	10,5	-
TCN (Peru)	3,6	-	13,4	-
TEL (Colômbia)	0,7	-	1,2	-
TPC	0,7	-	2,0	-
Outros	(0,2)	1,6	1,2	15,5
Geração	5,8	64,6	31,3	188,9
Eol. Agreste Potiguar	-	38,4	-	99,3
Pitombeira	(0,7)	21,4	13,1	71,2
Outros	6,5	4,8	18,2	18,4
Holding	0,7	1,5	9,5	6,3
Total	124,7	189,9	470,2	644,8

■ Endividamento

→ Alupar Holding:

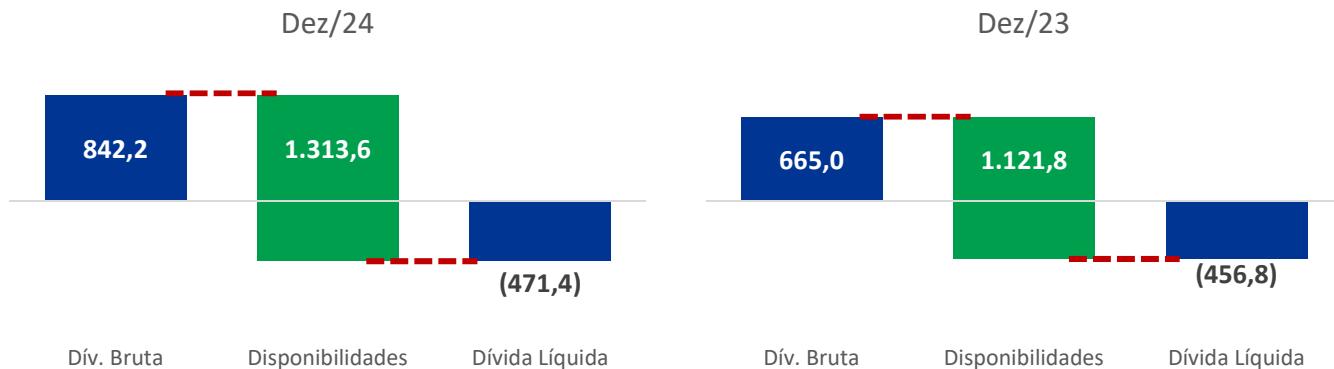
No 4T24, a dívida bruta da Alupar – Holding totalizou R\$ 842,2 mm, ante os R\$ 665,0 mm registrados em dez/23, sendo:

- (i) captação líquida da VIII Emissão de debêntures no montante total de R\$ 824,7 mm;
- (ii) provisões de encargos que totalizaram R\$ 84,0 mm;
- (iii) pagamento de juros no montante de R\$ 82,9 mm e;
- (iv) quitação da VII Emissão de debêntures em outubro/24, no montante de R\$ 648,5 mm (Principal).

As disponibilidades e investimentos de curto prazo da Alupar - Holding totalizaram R\$ 1.313,6 mm, ante os R\$ 1.121,8 mm registrados em dez/23. Esta variação é explicada principalmente pelo:

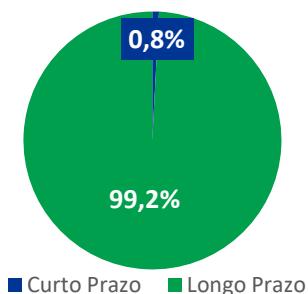
- (i) captação da VIII Emissão de debêntures no montante líquido de R\$ 824,7 mm;
- (ii) pagamento de principal e juros da VII emissão de debêntures, no montante de R\$ 731,4 mm;
- (iii) pagamento de dividendos no montante de R\$ 398,0 mm;
- (iv) recebimento de dividendos das subsidiárias no montante de R\$ 788,6 mm.
- (v) aportes de R\$ 278,6 mm realizados nos projetos, sendo os principais: (iii.i) R\$ 156,9 mm na UFV Pitombeira; (iii.ii) R\$ 80,0 mm na transmissora ELTE (iii.iii) R\$ 8,8 mm na Alupar Peru; (iii.iv) R\$ 8,5 mm na ACE; (iii.v) R\$ 8,3 mm na Alupar Chile; (iii.vi) R\$ 8,0 mm na transmissora TAP; (iii.vii) R\$ 5,5 mm na TECP e; (iii.viii) R\$ 1,9 mm na TPC;

Segue abaixo a evolução do endividamento:

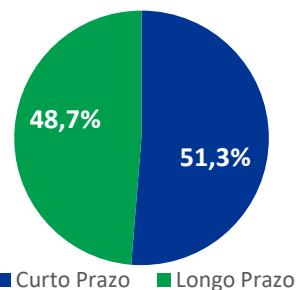


A dívida bruta da Alupar – Holding consiste na VIII emissão de debêntures, indexada por IPCA (com swap para 96,35% CDI), com um perfil bem alongado, sendo seus vencimentos alocados entre 2032 e 2034. Abaixo o perfil da dívida da Alupar – Holding:

Perfil da Dívida (Dez/24)



Perfil da Dívida (Dez/23)



Para mais informações sobre o Endividamento da Alupar - Holding, favor verificar as Notas Explicativas 17 "Empréstimos e Financiamentos" e 18 "Debêntures" das demonstrações financeiras do 4T24.

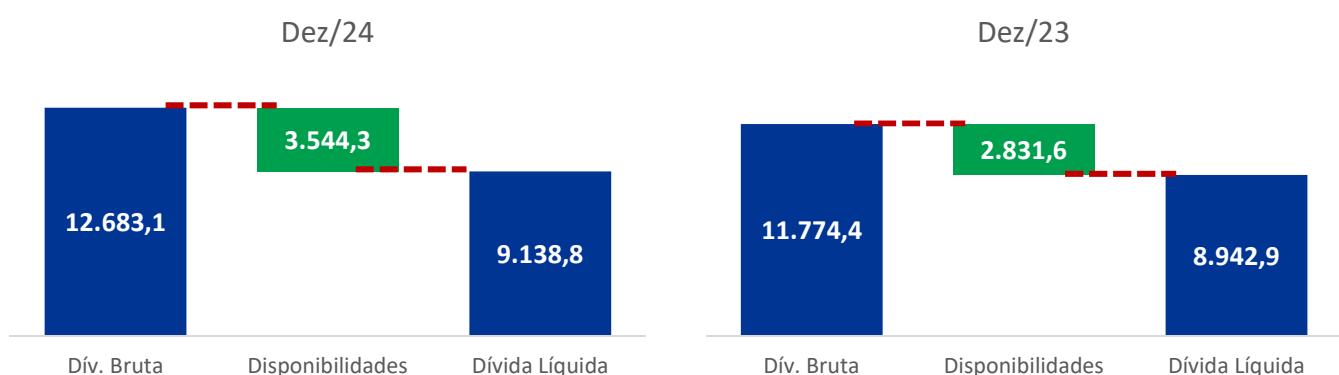
➔ **Consolidado:**

A dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou R\$ 12.683,1 mm no 4T24, ante os R\$ 11.774,4 mm apurados em dez/23. Esta variação é explicada principalmente pela:

- (i) aumento de R\$ 177,2 mm na Alupar - Holding, conforme explicado anteriormente;
- (ii) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando R\$ 1.243,4 mm;
- (iii) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 1.040,2 mm;
- (iv) amortização de principal das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 2.376,4 mm;
- (v) aumento de R\$ 361,6 mm, decorrente da variação cambial;
- (vi) novas captações, no montante de R\$ 2.542,9 mm.

As disponibilidades (caixa equivalente de caixa / investimentos de curto prazo / títulos e valores mobiliários) totalizaram R\$ 3.544,3 mm neste trimestre, R\$ 712,7 mm superior aos R\$ 2.831,6 mm registrados em dez/23.

A dívida líquida registrada neste trimestre totalizou R\$ 9.138,8 mm, comparado aos R\$ 8.942,9 mm registrados em dez/23.



No 4T24 a dívida de curto prazo totalizou R\$ 1.969,1 mm (15,5% da dívida total), ante os R\$ 2.135,6 mm registrados em dez/23.

Dos 15,5% da dívida de curto prazo, 15,6% ou R\$ 306,5 mm são referentes a empréstimos ponte.

Da dívida bruta consolidada: (i) R\$ 842,2 mm referem-se à Alupar – Holding; (ii) R\$ 10.134,0 mm estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e; (iii) R\$ 1.706,8 mm referem-se aos projetos em implantação (TSA: R\$ 93,9 mm; TEL / TCE / Alupar Colômbia: R\$ 901,4 mm; ELTE: R\$ 661,4 mm e; TECP: R\$ 50,1 mm);

No 4T24, as emissões de debêntures corresponderam a R\$ 10.065,3 mm ou 79,4% da dívida total, sendo:

- (i) R\$ 842,2 mm na Alupar - Holding;
- (ii) R\$ 8.511,6 mm nas subsidiárias em operação e;
- (iii) R\$ 711,4 mm nas transmissoras em implantação, sendo: (i) R\$ 661,4 mm na ELTE e; (ii) R\$ 50,1 mm na TECP.

A dívida em moeda estrangeira totalizou R\$ 1.604,7 mm, referente aos projetos de geração e transmissão no Peru e na Colômbia.

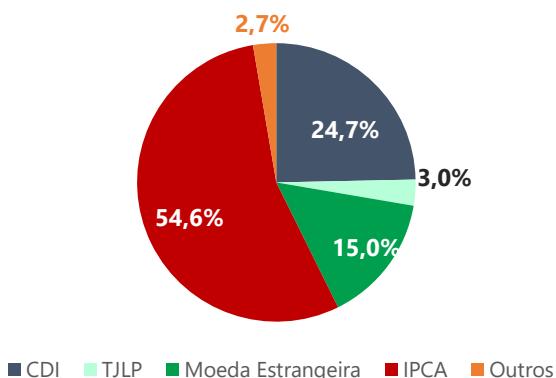
Para mais informações sobre o Endividamento da Alupar - Holding, favor verificar as Notas Explicativas 17 "Empréstimos e Financiamentos" e 18 "Debêntures" das demonstrações financeiras do 4T24.

Release de Resultados

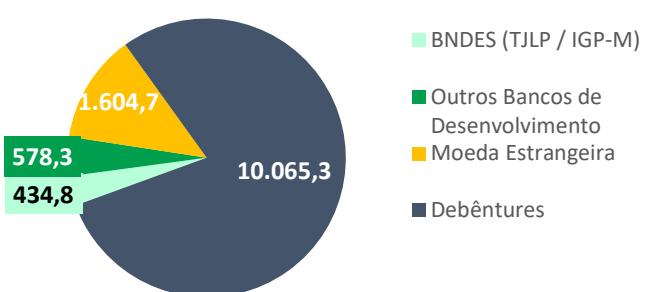
Alupar | 4º Trimestre de 2024

Alupar

Composição da Dívida por Indexador

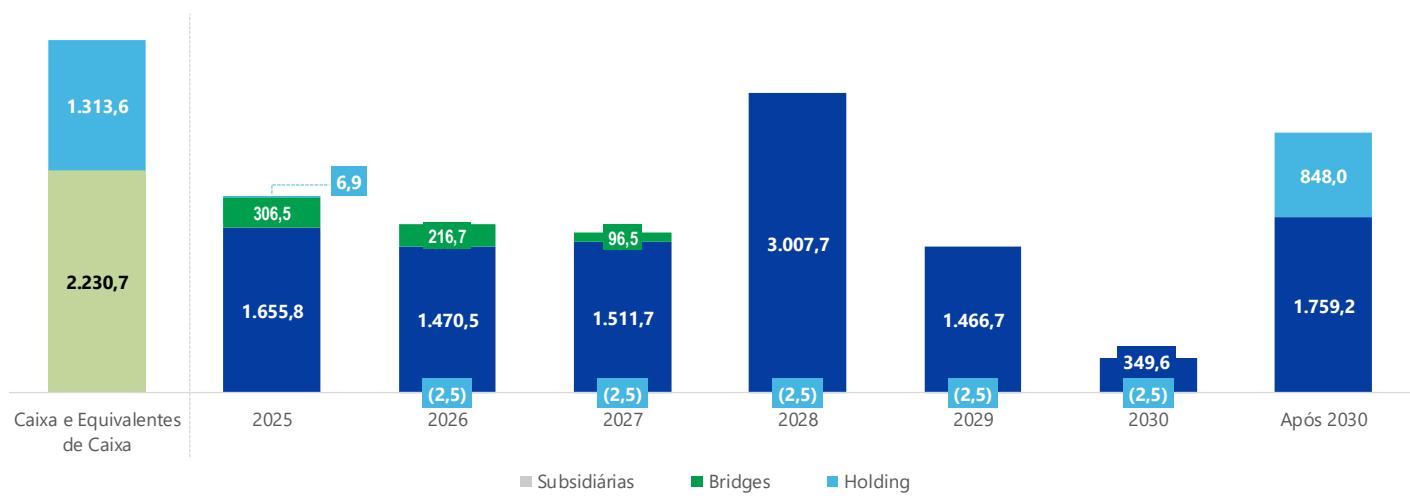


Composição da Dívida por Total (R\$ MM)



O perfil de dívida consolidada da Alupar é bastante alongado, compatível com a natureza de baixo risco de negócios da Companhia, alta previsibilidade de receitas e forte geração de caixa operacional dos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – 4T24 (R\$ MM)



BRIDGES	2025	2026	2027
La Virgen / Alupar Inversiones	R\$ 33,3	R\$ 216,8	R\$ 46,5
TSA	R\$ 93,9	-	-
TEL	29,1	-	-
Alupar Colômbia	R\$ 150,0	-	-
TECP	R\$ 0,2	(R\$ 0,1)	R\$ 50,0
TOTAL	R\$ 306,5	R\$ 216,8	R\$ 96,5

Fitch Ratings
 ✓ Corporativo (escala nacional) **AAA**
 ✓ Escala Internacional **BB+**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alupar Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.5 e 9 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 19.434.422 mil, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão.</p> <p>A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, consequentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.</p> <p>Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>(i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia e suas controladas para mensuração do ativo contratual da concessão;</p> <p>(ii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão;</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 05 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituiu o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Circulante	1.406.319	1.193.731	6.244.064	5.419.566
Caixa e equivalentes de caixa	5 3.238	168.176	807.229	823.209
Investimentos de curto prazo	6 1.310.358	953.647	2.571.896	1.852.958
Títulos e valores mobiliários	7 -	-	165.134	155.384
Contas a receber de clientes	8 22.033	14.786	283.923	288.702
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	27 59.251	48.468	134.668	112.383
Outros tributos compensáveis	15 -	-	73.676	66.591
Estoques	- -	-	9.766	10.278
Despesas pagas antecipadamente	- -	11	9.961	12.141
Depósitos judiciais	20 -	-	120	384
Ativo contratual da concessão	9 -	-	2.098.105	1.984.827
Outros ativos circulantes	11.439	8.643	89.586	112.709
Não circulante	7.900.151	7.149.639	24.444.972	23.016.515
<u>Realizável a longo prazo</u>	<u>50.253</u>	<u>18.779</u>	<u>17.702.192</u>	<u>16.926.243</u>
Contas a receber de clientes	8 -	-	121.676	52.449
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	27 -	-	10.084	3.187
Outros tributos compensáveis	15 -	-	6.278	5.977
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 12.781	-	110.608	58.800
Instrumentos financeiros derivativos	29 -	-	26.543	10.244
Despesas pagas antecipadamente	- -	-	7.215	8.201
Depósitos judiciais	20 749	744	15.536	14.877
Ativo contratual da concessão	9 -	-	17.336.317	16.688.963
Outros ativos não circulantes	36.723	18.035	67.935	83.545
Investimentos em controladas e controlada em conjunto	10 7.801.361	7.091.515	372.762	223.759
Propriedades para investimento	- 8.960	8.960	8.960	8.960
Imobilizado	12 1.074	1.536	5.996.226	5.589.542
Intangível	13 38.503	28.849	364.832	268.011
Total do Ativo	9.306.470	8.343.370	30.689.036	28.436.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

Passivo

Circulante

Empréstimos e financiamentos	224.903	656.273	3.053.989	3.248.718
Debêntures	17	-	549.204	472.270
Fornecedores	18	6.944	341.015	1.419.847
Salários, férias e encargos sociais	14	28.374	13.118	195.371
Imposto de renda e contribuição social a pagar	27	7.237	6.675	47.338
Encargos regulatórios	15	-	-	42.230
Outros tributos a pagar	15	5.042	17.573	97.495
Passivo de arrendamento		165	159	9.413
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	16	-	-	182.459
Dividendos a pagar	28	136.335	274.289	212.516
Adiantamentos de clientes		3.211	3.057	35.871
Instrumentos financeiros derivativos	29	37.591	-	72.734
Opções de compra de ações outorgadas		-	-	-
Provisões	20	-	-	98.085
Outras passivos circulantes		4	2	18.697
				16.119

Não circulante

Empréstimos e financiamentos	841.436	331.556	15.911.544	14.558.573
Debêntures	17	-	2.068.616	1.867.508
Passivo de arrendamento	18	835.301	324.015	8.645.404
Adiantamentos de clientes		233	447	37.142
Adiantamento para futuro aumento de capital	28	-	-	293
Encargos regulatórios	15	-	-	23.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	2.881.281
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	16	-	-	1.562.107
Passivo contratual com clientes	19	-	-	459.892
Provisões	20	5.902	6.737	193.391
Outras passivos não circulantes		-	357	10.586
				8.874

Total do Passivo

	1.066.339	987.829	18.965.533	17.807.291
--	------------------	----------------	-------------------	-------------------

Patrimônio líquido

Capital social subscrito e integralizado	8.240.131	7.355.541	11.723.503	10.628.790
(-) Gastos com emissão de ações	21.b	3.673.568	3.310.783	3.673.568
Reserva de capital		(65.225)	(65.225)	(65.225)
Reservas de lucros	21.d	67.360	67.360	67.360
Dividendo adicional proposto	21.c	4.444.247	3.996.686	4.444.247
Ajuste de avaliação patrimonial	21.f	15.809	-	15.809
Participação dos acionistas não controladores	21.e	104.372	45.937	104.372
		-	-	45.937
				3.273.249

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

	9.306.470	8.343.370	30.689.036	28.436.081
--	------------------	------------------	-------------------	-------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação e manutenção, Infraestrutura, Suprimento de Energia e Prestação de serviços Remuneração financeira do ativo de concessão	138.699	150.208	1.746.384	1.496.139
Receita operacional líquida	138.699	150.208	4.002.104	3.311.381
Custo dos serviços prestados	(175.448)	(99.149)	(661.485)	(528.202)
Custo do serviço	(175.448)	(99.149)	(1.094.973)	(797.767)
Lucro bruto	(36.749)	51.059	2.907.131	2.513.614
Despesas administrativas e gerais	25 (42.704)	(57.418)	(178.570)	(184.665)
Outras receitas	23 (10)	-	22.058	51.612
Outras despesas operacionais	25 -	-	(6.986)	(64.034)
Resultado de equivalência patrimonial	10 1.138.893	701.137	149.003	41.168
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	1.059.430	694.778	2.892.636	2.357.695
Despesas financeiras	26 (82.854)	(97.281)	(1.269.807)	(1.159.383)
Receitas financeiras	26 106.334	97.456	318.688	281.951
Resultado financeiro	23.480	175	(951.119)	(877.432)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.082.910	694.953	1.941.517	1.480.263
Imposto de renda e contribuição social correntes	27 -	(890)	(146.578)	(148.526)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 3.180	-	64.967	(180.751)
Tributos sobre o lucro	3.180	(890)	(81.611)	(329.277)
Lucro líquido do exercício	1.086.090	694.063	1.859.906	1.150.986
Atribuído aos acionistas controladores			1.086.090	694.063
Atribuído aos acionistas não controladores	11		773.816	456.923
Lucro básico e diluído por ação ON	22		1.15625	0,76845
Lucro básico e diluído por ação PN	22		1.15625	0,76845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.086.090	694.063	1.859.906	1.150.986
Outros resultados abrangentes	58.435	445	67.894	1.291
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Ajustes acumulados de conversão	21	64.709	(4.630)	74.168
Resultado de equivalência patrimonial	21	21.200	5.075	-
Hedge de fluxo de caixa	21	(40.255)	-	(13.350)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	12.781	-	7.076
Resultado abrangente do exercício	1.144.525	694.508	1.927.800	1.152.277
Atribuído aos acionistas controladores			1.144.525	694.508
Atribuído aos acionistas não controladores			783.275	457.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 11)	Total consolidado
Descrição				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos						
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	3.310.783	(65.225)	67.360	366.186	213.859	3.416.641	-	-	45.937	7.355.541	3.273.249	10.628.790
Resultado abrangente												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.086.090	-	1.086.090	773.816	1.859.906
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	58.435	58.435	9.459	67.894
Transação de capital com os sócios												
Aumento de capital com reservas (nota 21 b)	362.785	-	-	-	-	(362.785)	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(1.990)	-	-	-	(1.990)	(573.152)	(575.142)	
Dividendos obrigatórios (nota 21 f)	-	-	-	-	-	-	-	(58.268)	-	(58.268)	-	(58.268)
Dividendos adicionais (nota 21 f)	-	-	-	-	-	-	15.809	(15.809)	-	-	-	-
Dividendos intercalares (nota 21 f)	-	-	-	-	-	-	-	(199.678)	-	(199.678)	-	(199.678)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1
Mutações internas do patrimônio líquido												
Destinação da Reserva legal (nota 21 f)	-	-	-	54.305	-	-	-	(54.305)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 21 f)	-	-	-	-	-	758.030	-	(758.030)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.673.568	(65.225)	67.360	420.491	211.869	3.811.887	15.809	-	104.372	8.240.131	3.483.372	11.723.503

Descrição	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 11)	Total consolidado
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	2.981.996	(65.225)	16.966	331.483	387.571	3.259.780	-	45.492	6.958.063	3.413.556	10.371.619
Resultado abrangente											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	694.063	-	694.063	456.923	1.150.986
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	445	445	846	1.291
Transação de capital com os sócios											
Aumento de capital com reservas (nota 21 b)	328.787	-	-	-	-	(328.787)	-	-	-	-	-
Ganho em transação entre sócios (nota 21 d)	-	-	50.394	-	-	-	-	-	50.394	-	50.394
Dividendos intercalares (nota 21 f)	-	-	-	-	-	(109.713)	-	(109.713)	(544.961)	(654.674)	
Dividendos obrigatórios (nota 21 f)	-	-	-	-	-	(55.127)	-	(55.127)	-	(55.127)	
Dividendos adicionais (nota 21 f)	-	-	-	-	-	(8.872)	-	(8.872)	-	(8.872)	
Dividendos declarados (nota 21 f)	-	-	-	-	(173.712)	-	-	-	(173.712)	-	(173.712)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.115)	(53.115)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Destinação da Reserva legal (nota 21 f)	-	-	-	34.703	-	-	(34.703)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 21 f)	-	-	-	-	-	485.648	(485.648)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.310.783	(65.225)	67.360	366.186	213.859	3.416.641	-	45.937	7.355.541	3.273.249	10.628.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.082.910	694.953	1.941.517	1.480.263
Ajustes no lucro para:				
Depreciação e amortização	25	565	2.014	178.155
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.138.893)	(701.137)	(149.003)
Encargos financeiros sobre dívidas e juros de arrendamento	26 e 25	83.980	92.012	1.270.023
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	23	-	-	70.787
Variações monetárias e cambiais líquidas	26	(6.551)	1.369	14.980
Receitas financeiras	26	(102.885)	(70.351)	(251.013)
Baixas de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	-	10.226	(2.705)
Remuneração financeira do ativo de concessão	23	-	-	(2.488.062)
Receita de infraestrutura	23	-	-	(440.865)
Receita de operação e manutenção	23	-	-	(622.688)
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.664	-	2.557
Ganho pelo resultado da revisão tarifária, líquido de impostos	23	-	-	(19.437)
Perda pelo resultado da revisão tarifária, líquido de impostos	25	-	-	41
Outros		1.233	-	26.260
		(76.977)	29.086	(469.453)
				(198.162)
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber de clientes		(7.247)	(1.998)	(64.448)
Ativo contratual da concessão	9	-	-	2.754.434
Depósitos judiciais		(5)	170	(395)
Tributos a compensar		(10.783)	(1.091)	(29.671)
Despesas pagas antecipadamente		11	-	3.166
Estoques		-	-	512
Outros ativos		(2.070)	2.667	8.208
		(20.094)	(252)	2.671.806
				2.600.168
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores		15.256	3.493	3.751
Encargos regulatórios		-	-	9.829
Salários, férias e encargos sociais		562	437	1.684
Tributos a recolher		(12.916)	(2.135)	(2.926)
Passivo contratual com clientes		-	-	189.370
Provisões		(2.068)	4.860	(39.158)
Adiantamentos de clientes		-	-	36.316
Outros passivos		(357)	159	4.290
		477	6.814	203.156
				104.084
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(96.594)	35.648	2.405.509
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(42)	(2.817)	(130.258)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(96.636)	32.831	2.275.251
				2.376.712

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aporte de capital nas investidas	10	(278.600)	(112.330)	-	(13.470)
Pagamento pela aquisição de investimentos		-	(2.758)	-	(2.723)
Empréstimo com partes relacionadas	28	(14.635)	(8.872)	-	-
Pagamentos pela liquidação de derivativos		-	-	(9.848)	-
Recursos provenientes da liquidação de derivativos		-	-	43.368	-
Resgate de aplicações financeiras		1.431.774	434.944	4.971.120	2.875.196
Investimentos em aplicações financeiras		(1.685.600)	(684.709)	(5.448.795)	(2.678.369)
Dividendos recebidos	10	788.556	761.297	-	-
Aquisições de imobilizado	12	(107)	(328)	(95.656)	(360.409)
Aquisições de intangível	13	(9.751)	(6.003)	(35.849)	(17.598)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		231.637	381.241	(575.660)	(197.373)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Opções de compra de ações outorgadas		-	-	-	10.656
Adiantamento para futuro aumento de capital recebidos		-	-	1.819	-
Dividendos pagos		(397.993)	(495.113)	(951.952)	(1.113.386)
Empréstimo com partes relacionadas		5.000	-	-	-
Arrendamentos pagos		(208)	(206)	(11.735)	(10.356)
Ingresso de dívidas	17 e 18	824.669	-	3.367.588	706.859
Juros pagos de empréstimos e debêntures	17 e 18	(82.907)	(93.747)	(1.123.089)	(1.060.610)
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	17 e 18	(648.500)	-	(3.024.863)	(752.001)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(299.939)	(589.066)	(1.742.232)	(2.218.838)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		-	-	26.661	12.227
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(164.938)	(174.994)	(15.980)	(27.272)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo no início do exercício		168.176	343.170	823.209	850.481
Saldo no final do exercício		3.238	168.176	807.229	823.209
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(164.938)	(174.994)	(15.980)	(27.272)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receitas operacionais	23	154.389	164.564	4.412.201
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	210.011
Outras receitas operacionais	23	(10)	-	24.241
		154.379	164.564	4.646.453
				3.975.296
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	25	(175.448)	(99.149)	(182.002)
Custo de construção	25	-	-	(444.107)
Serviços de terceiros, materiais e outros	25	(6.895)	(19.106)	(246.601)
		(182.343)	(118.255)	(872.710)
				(924.942)
(-) Depreciação e amortização				
	25	(565)	(2.014)	(179.650)
				(154.713)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.138.893	701.137	149.003
Receitas financeiras		116.534	104.626	350.563
		1.255.427	805.763	346.372
				387.540
Valor adicionado a distribuir				
		1.226.898	850.058	4.093.659
				3.283.181
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	31	23.358	22.336	157.647
Benefícios	31	4.263	3.541	38.894
F.G.T.S	31	1.689	1.712	10.558
		29.310	27.589	207.099
				189.182
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		25.845	26.158	544.107
Estaduais		-	-	(7.486)
Municipais		2.530	2.511	3.565
		28.375	28.669	540.186
				712.328
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais		81.217	95.711	1.414.078
Aluguéis	25 e 11	269	2.456	16.016
Outras despesas financeiras	26	1.637	1.570	56.374
		83.123	99.737	1.486.468
				1.230.685
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	21 f	273.755	347.424	273.755
Lucros retidos		812.335	346.639	812.335
Participação de acionistas não controladores		-	-	773.816
		1.086.090	694.063	1.859.906
				1.150.986
		1.226.898	850.058	4.093.659
				3.283.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura, inclusive, podendo prestar serviços de garantias às suas subsidiárias na obtenção de empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures pelas subsidiárias.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”) e participa em entidades que detém concessões e/ou autorizações de serviço de transmissão e geração de energia elétrica, além de entidades holdings e entidades que atuam em outras atividades, localizadas no Brasil e em países da América Latina (Colômbia, Peru e Chile), conforme detalhado a seguir:

• Transmissão de energia elétrica:

O transporte de energia é uma atividade regulada e independente dentro da cadeia produtiva do setor elétrico, sendo considerado um monopólio natural, entretanto, existem diferentes modelos de negócios na indústria elétrica nos países onde operamos. No Brasil e no Peru, as empresas obtêm concessões para construir e operar a infraestrutura, e revertem a propriedade aos governos quando as concessões expiram. O contrato de concessão não contém opção de renovação. Já na Colômbia e no Chile, as empresas de transmissão são proprietárias da infraestrutura que constroem, esses contratos podem ser renovados a critério do poder concedente, caso seja atendido certas condicionantes.

Em todos esses modelos, as empresas devem prestar o serviço de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos pela regulamentação, recebendo a remuneração correspondente. As receitas provêm de tarifas regulamentadas, sendo geradas pela disponibilização da infraestrutura de transmissão para o sistema interligado nacional e não são influenciadas pela oferta e demanda de eletricidade ou pelo volume consumido pelos usuários finais. No entanto, como se trata de uma receita com limite máximo, eventuais períodos de indisponibilidade da infraestrutura podem resultar em descontos nessa receita. De maneira geral, as receitas das empresas de transmissão são compostas por dois componentes: o primeiro remunera o investimento realizado na infraestrutura, enquanto o segundo cobre as despesas de administração, operação e manutenção necessárias para garantir a prestação de serviço com qualidade e eficiência. As receitas são ajustadas anualmente com base em índices inflacionários, e no caso das concessões na Colômbia, Peru e Chile, são expressas em dólares americanos, sendo convertidas para a moeda funcional quando faturadas.

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista	RAP (R\$)
Controladas:									
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ('ETEP')	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01 12/06/31	25/08/02	323	IGP-M	Sim	Não	84.972
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ('ENTE')	Tucuruí (PA) - Açaílândia (MA)	085/2002	11/12/02 11/12/32	12/02/05	464	IGP-M	Sim	Não	194.443
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ('ERTE')	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02 11/12/32	15/09/04	179	IGP-M	Sim	Não	44.495
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ('EATE')	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01 12/06/31	10/03/03	924	IGP-M	Sim	Não (*)	378.049
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ('ECTE')	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00 01/11/30	26/03/02	253	IGP-M	Sim	Não	82.108
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ('STN')	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04 18/02/34	01/01/06	541	IGP-M	Sim	Não	171.481
Companhia Transleste de Transmissão ('Transleste')	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04 18/02/34	18/12/05	150	IGP-M	Sim	Não	35.232
Companhia Transudeste de Transmissão ('Transudeste')	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05 04/03/35	23/02/07	140	IGP-M	Sim	Não	21.837
Companhia Transirapé de Transmissão ('Transirapé')	Irapé (MG) - Araçuí (MG)	012/2005	15/03/05 15/03/35	23/05/07	65	IGP-M	Sim	Não	44.874
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ('STC')	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06 27/04/36	08/11/07	195	IPCA	Sim	Não	33.750
Lumitran - Companhia Transmissora de Energia Elétrica ('Lumitran')	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04 18/02/34	03/10/07	51	IGP-M	Sim	Não	23.016

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista	RAP (R\$)
Controladas:									
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ('ETES')	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07 20/04/37	12/12/08	107	IPCA	Sim	Sim	19.579
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ('EBTE')	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08 16/10/38	30/06/11	775	IPCA	Não	Sim	66.655
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ('ESDE')	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09 19/11/39	06/02/13	Subestação	IPCA	Não	Sim	18.924
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ('ETEM')	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10 12/07/40	16/12/11	235	IPCA	Não	Sim	19.496
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. ('ETVG')	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10 12/12/40	23/12/12	Subestação	IPCA	Não	Sim	19.249
Empresa de Transmissão Serrana S.A. ('ETSE')	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12 10/05/42	01/12/14	Subestação	IPCA	Não	Sim	35.841
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. ('ELTE')	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14 05/09/44	09/05/24 Parcial (***)	SE+40 Km	IPCA	Não	Sim	87.449
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. ('ETAP')	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16 02/09/46	06/04/19	SE+20 Km	IPCA	Não	Sim	73.528
Empresa Transmissora Capixaba S.A. ('ETC')	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16 02/09/46	23/09/19	Subestação	IPCA	Não	Sim	42.697
Transmissora Caminho do Café S.A. ('TCC')	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17 10/02/47	19/03/21	288	IPCA	Não	Sim	211.100
Transmissora Paraíso De Energia S.A. ('TPE')	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17 10/02/47	25/10/20	541	IPCA	Não	Sim	310.935
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ('ESTE')	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17 10/02/47	09/02/22	236	IPCA	Não	Sim	146.044
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 11/08/47	23/12/21	330	IPCA	Não	Sim	141.557
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ('TCE')	Virginia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	28/11/16 Perpétuo	200	IPP	Não	Sim	166.428	
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ('EDTE')	Ibicoara (BA)- Ibicoara (BA)	015/2016	01/12/16 01/12/46	20/01/20	170	IPCA	Não	Sim	90.351
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ('AETE')	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04 18/03/34	19/08/05	193	IGP-M	Sim	Não	40.946
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. ('TME')	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09 19/11/39	22/11/11	348	IPCA	Não	Sim	70.330
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ('ETB')	Bom Jesus da Lapa (BA)	011/2016	29/09/16 29/09/46	16/10/20	446	IPCA	Não	Sim	185.222
TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. ("TECP")	São Paulo (SP)	015/2023	22/12/23 21/12/53	22/12/23	Subestação	IPCA	Não	Sim	75.424
TAP - Transmissora do Alto Parnaíba S.A. ("TAP")	Goiás, Minas Gerais e São Paulo	002/2024	03/04/24 02/04/54	Pré Operacional	551	IPCA	Não	Sim	250.997
TEL-Transmisora de Energía de los Llanos SAS ESP ("TEL")	Yopal e Sogamoso - Colombia	UPME 07-2021	Pépétuo	Pré Operacional	100	IPP	Não	Sim	37.200
Transmissora Costa Norte ("TCN")	Piura e Lambayeque - Perú	-	29/11/23 28/11/55	Pré Operacional	9	IPP	Não	-	29.400
Transmissora de Energia de Santiago SPV ("TES")	Penáflor - Chile	-	Pépétuo	Pré Operacional	16	IPP	Não	Sim	31.200
Transmissora Paraíso do Café S.A. ("TPC")	Minas Gerais	-	28/06/24 27/06/54	Pré Operacional	509	IPCA	Não	Sim	154.400
Sincro Energía del Desierto SpA ("SED")	Atacama e Antofagasta - Chile	-	25 anos	Pré Operacional	Subestação	IPP	Não	-	116.400
Transmisora Sierra Azul S.A.C ("TSA")	Lima, Ica e Ayacucho - Perú	-	32 anos	Pré Operacional	177	IPP	Não	-	359.400
Controlada em conjunto:									
Transnorte Energia S.A. (***) ('TNE')	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12 25/01/42	Pré Operacional	715	IPCA	Não	Sim	395.189
Total					9.290				4.310.196

(*) A EATE possui revisão tarifária periódica para RBNI (vide nota explicativa nº 9). (**) A TNE entrou parcialmente em operação comercial em maio de 2015 (4% referente a SE Boa Vista). (***) Na ELTE o trecho sul, que contempla a subestação e a linha de transmissão Manoel da Nóbrega, entrou em operação comercial em 09 de maio de 2024, vide nota explicativa nº 1.1 (d), o trecho norte, que contempla a subestação e a linha de transmissão Domênico Rangoni, está previsto para abril de 2025.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

- Geração de energia elétrica:**

Empresas ('abreviação')	Localização	Contrato de concessão / Autorização nº	Prazo da Outorga		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW	Preço MWh do PPA
			Início	Fim				
Controladas:								
Foz do Rio Claro Energia S.A. ('Foz')	Rio Claro - Caçu e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	20/12/46	05/08/10	68,4	37,1	R\$ 295,20
Ijuí Energia S.A. ('Ijuí')	Rio Ijuí - Rolador e Sal. das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	18/02/46	29/03/11	51,0	28,9	R\$ 316,40
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ('Lavrinhas')	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	RA nº 138/2004	07/04/04	01/09/48	03/09/11	30,0	21,4	R\$ 488,70
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ('Queluz')	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	RA nº 139/2004	07/04/04	10/08/48	12/08/11	30,0	21,4	R\$ 488,70
Ferreira Gomes Energia S.A. ('Ferreira Gomes')	Rio Araguari - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	16/06/47	04/11/14	252,0	145,5	R\$ 155,55
Energia dos VENTOS I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/2012	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8	R\$ 218,07
Energia dos VENTOS II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/2012	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0	R\$ 218,07
Energia dos VENTOS III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/2012	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6	R\$ 218,07
Energia dos VENTOS IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/2012	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8	R\$ 218,07
Energia dos VENTOS X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/2012	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7	R\$ 218,07
Geração de Energia Termoelétrica e Part. S.A. ('GET')	Rio de Janeiro (RJ)	-	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*) ('Risaralda')	Rio Risaralda - Colômbia	-	06/09/11	Indefinido	10/09/16	19,9	13,2	R\$ 385,21
Verde 8 Energia S.A. ('Verde 8')	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	RA nº 3.702/2012	24/10/12	23/11/44	31/03/19	30,0	18,7	R\$ 301,56
Agua Limpa S.A. ('Agua Limpa')	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/2014	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9	-
La Virgen S.A.C. (*) ('La Virgen')	Rio Tarma - Peru	060/2005-EM - 029/2008-EM	12/10/05	Indefinido	15/05/2021	84,0	49,3	-
Eólica do Agreste Potiguar I S.A. ('EAP I')	Jandaira (RN)	RA nº 8.521/2020	21/01/20	21/01/55	21/07/2023	23,1	20,5	R\$ 189,26
Eólica do Agreste Potiguar II S.A. ('EAP II')	Jandaira (RN)	RA nº 8.520/2020	21/01/20	21/01/55	13/09/2023	35,7	12,7	R\$ 217,33
Eólica do Agreste Potiguar III S.A. ('EAP III')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-	-
Eólica do Agreste Potiguar IV S.A. ('EAP IV')	Jandaira (RN)	RA nº 12.762/2022	27/09/22	26/09/57	Pré Operacional	25,2	-	-
Eólica do Agreste Potiguar V S.A. ('EAP V')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-	-
Eólica do Agreste Potiguar VI S.A. ('EAP VI')	Jandaira (RN)	RA nº 12.761/2022	27/09/22	26/09/57	Pré Operacional	21,0	-	-
Eólica do Agreste Potiguar VII S.A. ('EAP VII')	Jandaira (RN)	RA nº 12.760/2022	27/09/22	26/09/57	Pré Operacional	37,8	-	-
UFV Pitombeira S.A.	Aracati (CE)	RA nº 9.471/2020	24/11/20	23/11/55	16/02/2024	47,3	15,3	-
Iracema Energia Geração Distribuída S.A.	Ceará	-	-	-	Pré Operacional	-	-	-
Total em operação						687,1	406,9	
Total em construção						190,0	39,9	

(*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru, respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras regulatórias aplicáveis no Brasil, contudo não há diferenças de práticas contábeis.

- Holdings e outras atividades:**

Empresa ('abreviação')	Atividade
Controladas:	
Alupar Chile Inversiones SpA ("Alupar Chile")	Holding
Alupar Colombia S.A.S ("Alupar Colombia")	Holding - controladora da Risaralda, TCE e TEL
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ("Alupar Peru")	Holding - controladora da La Virgen
Apaete Participações em Transmissão S.A. ("Apaete")	Holding - controladora da AETE
Transminas Holding S.A. ("Transminas")	Holding - participação societária na Transleste, Transudeste e Transirapé
Windepar Holding S.A. ("Windepar")	Holding - controladora da EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X
AF Energia S.A. ("AF")	Prestadora de serviços de operação e manutenção
ACE Comercializadora Ltda. ("ACE")	Comercializadora de energia elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

1.1 Assuntos relevantes do exercício

a) Entrada em operação comercial – UFV Pitombeira

Em 16 de fevereiro de 2024, a controlada UFV Pitombeira, localizada no complexo eólico Energia dos Ventos, no município de Aracati, Estado do Ceará, com potência instalada de 61,7 MWp e garantia física de 15,9 MW médios, obteve autorização para início da operação comercial, conforme despacho Aneel nº 438/24 publicado no Diário Oficial.

b) Lote 15 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2024

Em 28 de março de 2024, a Alupar Investimento S.A. através do consórcio Olympus XVII, sagrou-se vencedora do Lote 15 do Leilão 01/2024 - ANEEL. A RAP vencedora foi de R\$154 milhões cujo deságio foi de 33,50% da RAP máxima de R\$232,2 milhões, o projeto prevê investimentos de R\$1.390,6 milhões.

O projeto será localizado no Estado de Minas Gerais e contará com a LT 500 kV São João do Paraíso – Padre Paraiso 2, C1, CS, com 175 km e com LT 500 kV Padre Paraiso 2 – Mutum C1, CS, com 334 km. O prazo de energização da ANEEL é até 30 de dezembro de 2029 e o prazo de concessão é de 30 anos.

Em 5 de abril de 2024, a Alupar Investimento S.A. e o Infra II Investment S.A. (“Infra II”), constituíram a Transmissora Paraíso do Café S.A. – TPC, com o objetivo de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do Lote 15 do Leilão ANEEL 01/2024, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 99,99% ficando o Infra II com a participação de 0,01% sobre o capital social da TPC.

c) Leilão de Transmissão 02/2023 ANEEL

Em 15 de dezembro de 2023 a Alupar Investimento S.A. através do consórcio Olympus XVI, sagrou-se vencedora do Lote 2 do Leilão 02/2023 - ANEEL. A RAP vencedora foi de R\$239 milhões cujo deságio foi de 47,01% da RAP máxima de R\$451,9 milhões, o projeto prevê investimentos de R\$2.597.153. O projeto será localizado nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e contará com a LT 500 kV Silvânia - Nova Ponte 3, C1 e C2, CD, com 330 km e com LT 500 kV Nova Ponte 3 - Ribeirão Preto, C1 e C2, CD, com 221 km. O prazo de energização da ANEEL é até 30 de setembro de 2029, porém com expectativa de antecipação de 20 a 25 meses, e o prazo de concessão é de 30 anos

Em 22 de janeiro de 2024, a Alupar Investimento S.A. e a Mercury Investments Participações S.A. constituíram a Transmissora do Alto Paranaíba S.A. - TAP, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do Lote 2 (vide nota explicativa nº 1.2 (I)) do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2023 nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 99,99%, ficando a Mercury com a participação de 0,001% sobre o capital social da TAP.

d) Entrada em operação comercial da ELTE – Trecho Sul

Em 08 de maio de 2024, a controlada Empresa Litorânea Transmissão de Energia S.A. (“ELTE”), recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação Definitivo – TLD, do trecho do litoral sul do Estado de São Paulo, contemplando a subestação Manoel da Nóbrega e a linha de transmissão Henry Borden – Manoel da Nóbrega, o qual autoriza o recebimento de receita a partir dessa data. Com esta liberação do ONS, será adicionada uma Receita Anual Permitida (“RAP”) de R\$33,6 milhões para o ciclo 2023_2024, referente a 48% da Receita Anual Permitida (“RAP”) do projeto (percentual definido no contrato de concessão nº 16/2014 – ANEEL). O trecho sul irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios.

e) Vitória em Leilão de dois novos projetos no Chile e no Peru

- Chile

Em 06 de março de 2024, a Alupar sagrou-se vencedora do Leilão realizado no Chile de dois empreendimentos de infraestrutura para o fornecimento do serviço complementar de controle de tensão mediante aportes de potência de curto-circuito, através de Compensadores Síncronos. O Leilão seguiu às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 113/2017 publicado em 27 de março de 2019 (Regulamento de Serviços Complementares de Controle de Tensão) e pela Resolución Exenta Reservada nº 246 publicada em 16 de maio de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Somados, os projetos totalizam investimentos estimados em US\$145,9 milhões (R\$720,7 milhões), com RAP total de US\$19,4 milhões (R\$95,8 milhões) o que equivale a uma relação RAP/CAPEX média de 13,3%. Segue abaixo a descrição de cada projeto:

	SE1 Ana Maria 220 kV	SE4 Illapa 220 kV
RAP Vencedora	US\$10,5 milhões (R\$51,9 milhões) (base: março/24)	US\$8,9 milhões (R\$44,0 milhões) (base: março/24)
Capex de Referência (CEN)	US\$ 82,2 milhões (R\$406,1 milhões) (base: março/24)	US\$ 63,7 milhões (R\$314,7 milhões) (base: março/24)
Relação RAP/CAPEX	12,8%	14,0%
Localização	Estado de Antofagasta	Estado de Atacama
Descrição do Projeto	Aporte de Potência de Curto Circuito de 1.851 MVA através da instalação de três conjuntos de Compensadores Síncronos nas imediações da Subestação Ana Maria.	Aporte de Potência de Curto Circuito de 1.493 MVA através da instalação de dois conjuntos de Compensadores Síncronos nas imediações da Subestação Illapa.
Prazo de entrada em operação	42 meses após a publicação do Ata de Adjudicação (previsão: dezembro/27)	42 meses após a publicação do Ata de Adjudicação (previsão: dezembro/27)
Prazo de Concessão	25 anos (a partir da entrada em operação)	25 anos (a partir da entrada em operação)

Em 4 de julho de 2024, a Companhia juntamente com suas controladas Alupar Chile e Alupar Colômbia, constituíram a Sincro Energía del Desierto SpA (“SED”), com o objetivo de explorar serviços de transmissão de energia elétrica dos dois empreendimentos mencionados acima. A SED foi constituída mediante a emissão de 927.920.000 ações ordinárias no valor total de \$927.920.000,00 pesos chilenos (equivalente a R\$5.434), sendo subscrito pela Companhia na proporção de 80%, seguido da Alupar Chile com 19% e pela Alupar Colômbia com 1%, devendo ser integralizados em até um ano.

- Peru**

Durante o exercício de 2024, a controlada direta Alupar Peru sagrou-se vencedora do Leilão de três projetos do Concurso Público, correspondente ao segundo processo de reatribuição (Reasignación) de projetos de transmissão realizado no Peru, e do Grupo 2 do Leilão de Adjudicação de 5 projetos de transmissão. Segue abaixo as informações de cada projeto:

	Maravilla	Puno Sur	TSA (Grupo 2)	Runatullo
RAP Vencedora	US\$1,3 milhão (R\$7,0 milhões)	US\$1,9 milhão (R\$10,2 milhões)	US\$59,9 milhões (R\$337,6 milhões)	US\$6,2 milhões (R\$32,6 milhões)
Investimento Previsto (CAPEX)	US\$8,1 milhões (R\$43,4 milhões)	US\$11,5 milhões (R\$61,6 milhões)	US\$400,2 milhões (R\$2.255,4 milhões)	US\$ 42,8 milhões (R\$224,7 milhões)
Relação RAP/CAPEX	15,9%	16,4%	15,0%	14,6%
Localização	Departamento de Puno (Cidade de Juliaca)	Departamento de Puno (Cidade de Juliaca)	Lima, Ica e Ayacucho	Runatullo
Descrição do Projeto	SE Maravilla 138/22,9 kV (Nova) + seccionamento associado	SE Puno Sur 138/60 kV; e LT de 138kV com 9,5 km de extensão	Chilca CTM-Carabayllo: 88,9 km LT 500 kV; Nova SE Bicentenario 500/220 kV + LT de 6,1 km; Reconfiguração de link 220 kV Chavarría – Santa Rosa – Carapongo” + LT de 17,3 km; Nova SE Muyurina 220/138/22,9 kV; e Nova SE Ayacucho 220/138/22,9 kV + 18,7 km em LT 220 kV; e Ampliação do projeto ITC com 45,5 km em LT.	LT: 76 km 138/60 kV; 2 SE Novas 138/60 kV; Conexões em SE Existentes (60 kV)
Prazo de Energização Regulador	Julho/2027	Novembro/2027	Janeiro/2029	Janeiro/2029
Prazo de Concessão	30 anos (a partir da entrada em operação)	30 anos (a partir da entrada em operação)	30 anos (a partir da entrada em operação)	30 anos (a partir da entrada em operação)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Em 20 de setembro de 2024, as controladas Alupar Peru e Alupar Colômbia, constituíram a Transmisora Sierra Azul S.A.C (“TSA”), com o objetivo de explorar serviços de transmissão de energia elétrica do empreendimento mencionados acima. A TSA foi constituída mediante a emissão de 375.000 ações ordinárias no valor total de \$375.000,00 novo sol (equivalente a R\$548), sendo subscrito e integralizado pela Alupar Peru na proporção de 99% e seguido da Alupar Colômbia com 1%.

f) Programa de Recompra de Ações (Ações em tesouraria)

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 11 de dezembro de 2024, o Programa de Recompra de ações que consiste na aquisição de até 3.720.536 Units, representativas de 3.720.536 ações ordinárias e 7.441.072 ações preferenciais, que correspondiam, na referida data, a 1,17% da totalidade das ações da Companhia. Estão em circulação, nesta data, 151.478.409 ações ordinárias e 303.363.221 ações preferenciais de emissão da Companhia, e não há atualmente ações mantidas em tesouraria.

As operações realizadas no âmbito do Programa de Recompra serão suportadas pelo montante da reserva de lucros da Companhia, do qual deverão ser excetuadas as reservas especificadas no art. 8º, § 1º, da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, e a execução do Programa de Recompra não afetará a capacidade de pagamento da Companhia com relação às obrigações assumidas com seus credores ou o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

O prazo máximo para a aquisição das Units é de 18 (dezoito) meses, iniciando-se na referida data, as quais deverão ser adquiridas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a preço de mercado, por meio da Itaú Corretora de Valores S.A. Até a data de emissão dessas demonstrações contábeis nenhuma ação foi recomprada e mantida em tesouraria.

A Administração enxerga no Programa de Recompra uma opção oportuna de alocação de capital, respeitados os limites legais e com base em recursos disponíveis, com o objetivo de permanência em tesouraria, posterior cancelamento ou ainda, eventual recolocação das Units no mercado. Com a aprovação do Programa de Recompra, espera-se maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, bem como obter um maior retorno financeiro aos acionistas, uma vez que as Units adquiridas serão retiradas de circulação e o montante destinado aos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio passa a ser distribuído para uma quantidade menor de Units.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

2.2. Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia e suas controladas.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 26 de fevereiro de 2025.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão de transmissão de energia elétrica (notas explicativas nº 9, nº 13 e nº 23) – premissas para reconhecimento do contrato de concessão como Ativo Contratual ou Ativo Intangível; premissas para definição da taxa de desconto do componente de financiamento significativo; premissas para determinar o momento de satisfação de cada obrigação de performance; premissas para determinação do preço à vista individual de cada obrigação de performance ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 12) e intangível (nota explicativa nº 13) - definição das vidas úteis e principais premissas em relação à redução ao valor recuperável;
- Provisões (nota explicativa nº 20) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 27) e Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 16) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes ao ativo contratual da concessão e a alíquota média efetiva;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 29.1) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo; e
- Instrumentos financeiros derivativos e Hedge accounting (nota explicativa nº 29.3) - julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. As premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto, com exceção das controladas Alupar Peru e La Virgen cuja moeda funcional é o *Nuevo Sol*, das controladas Alupar Colômbia, Risaralda e TCE cuja moeda funcional é o *Peso Colombiano* e da controlada Alupar Chile cuja moeda funcional é o *Peso Chileno*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico principal no qual cada controlada opera.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotados pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2024, descritos na nota explicativa nº 4.

3.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Os investimentos da Companhia em suas controladas e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e nas consolidadas apenas a controlada em conjunto. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Empresa	Atividade	País	Participação 31/12/24 (%)		Participação 31/12/23 (%)	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:						
ACE	Comercializadora	Brasil	100,00	-	100,00	-
AETE	Transmissão	Brasil	-	32,06	-	32,06
AF Energia	Prestadora de serviços	Brasil	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa	Geração	Brasil	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	Chile	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	Colômbia	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	Perú	100,00	-	100,00	-
Apaete	Holding	Brasil	36,96	-	36,96	-
EAP I (ix)	Geração	Brasil	20,90	79,10	20,90	79,10
EAP II (ix)	Geração	Brasil	28,46	71,54	28,46	71,54
EAP III	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP IV	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP V	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP VI	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP VII	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	Brasil	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
EDTE (v)	Transmissão	Brasil	-	25,06	-	25,06
EDV I (viii)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV II (viii)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV III (viii)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV IV (viii)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV X (viii)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	Brasil	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	Brasil	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	Brasil	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	Brasil	65,00	-	65,00	-
ETC	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	Brasil	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
GET	Geração	Brasil	51,00	-	51,00	-
Ijui	Geração	Brasil	49,00	51,00	49,00	51,00
Iracema	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
La Virgen (vii)	Geração	Perú	2,98	88,69	2,98	88,69
Lavrínhas	Geração	Brasil	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	Brasil	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	Brasil	68,83	-	68,83	-
Risaralda (vi)	Geração	Colômbia	0,19	99,79	0,19	99,79
SED	Transmissão	Chile	80,00	20,00	-	-
STC (i)	Transmissão	Brasil	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	Brasil	51,00	-	51,00	-
TAP	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
TCC	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
TCE (vi)	Transmissão	Colômbia	-	99,99	-	99,99
TECP	Transmissão	Brasil	99,94	-	99,94	-
TPC	Transmissão	Brasil	100,00	-	-	-
TEL (vi)	Transmissão	Colômbia	-	100,00	-	100,00
TME	Transmissão	Brasil	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
Transirapé (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	Brasil	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
TSA	Transmissão	Perú	-	100,00	-	-
TSM	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
UFV Pitombeira	Geração	Brasil	99,99	-	99,99	-
Verde 8	Geração	Brasil	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	Brasil	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:						
TNE (*)	Transmissão	Brasil	49,62	-	49,62	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) O controle é obtido por meio do controle que o Grupo exerce sobre a EATE e a Transminas, que juntas detêm 51% do capital votante da investida. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colômbia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (ix) Participação indireta via a controlada Windepar. (x) Participação indireta via Foz. (*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Nas operações com controladas, os lucros não realizados são totalmente eliminados nas operações de venda da controladora para a controlada (*downstream*), os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados forem realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original. Nas demonstrações individuais da Companhia, a eliminação do lucro não realizado é feita no resultado de equivalência patrimonial, deduzindo-se cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder da controlada, em contrapartida da conta de investimento (como se fosse uma devolução de parte desse investimento), até sua efetiva realização do ativo na controlada.

3.2. Combinação de negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3.3. Moeda estrangeira

(a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Se houver vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a data da transação é a data de cada pagamento ou recebimento antecipado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

(b) Controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de controlada no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa controlada no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

3.4. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(i) Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

(b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 29.1.

(c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos futuros e swaps, para proteger-se contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e preço de commodities. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção podem ser classificados como: (i) Hedge de valor justo; (ii) Hedge de fluxo de caixa; e (iii) Hedge de investimento líquido.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia e suas controladas formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Administração avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge, são atualmente registrados como hedge de fluxo de caixa.

O derivativo designado como instrumento de proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de proteção não mais atenda aos critérios de contabilização, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de “hedge” é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

A efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido deve possuir valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

3.5. Contratos de Concessão de Transmissão de energia elétrica

As controladas da Companhia que possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica devem aplicar o ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, para reconhecer, mensurar e apresentar esses contratos. Para que um contrato de concessão esteja abrangido pelo ICPC 01 (IFRIC 12), devem ser cumpridos os dois critérios seguintes:

- O Poder Concedente da concessão controla ou regula quais os serviços que o operador deve prestar com a infraestrutura, a quem os deve prestar e a que preço; e
- O Poder Concedente da concessão controla, através da propriedade, o direito de usufruto ou de outra forma qualquer interesse residual na infraestrutura no final do prazo do contrato.

Os contratos de concessão firmados no Brasil e no Peru cumprem os critérios acima, portanto estão divididos em dois modelos contábeis, descritos a seguir:

(a) Modelo de ativo contratual e ativo financeiro

O modelo de ativo contratual é aplicável aos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil. Neste modelo, dado o arcabouço regulatório brasileiro, os contratos de concessão possuem o direito incondicional de receber caixa, independentemente do uso efetivo da infraestrutura pelos usuários ao longo do prazo de concessão.

O registro do ativo contratual se inicia na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de performance de construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica, sendo a receita associada a essa obrigação de performance reconhecida ao longo do tempo da construção, e cujo o recebimento de caixa estará condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente após a entrada em operação comercial e iniciando a obrigação de performance de operar e manter, à medida em que essa obrigação de performance é cumprida, a Receita Anual Permitida (RAP) é faturada contra os usuários do sistema, conforme informado pelo documento Aviso de Crédito (AVC), emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e dessa forma, a RAP faturada, que corresponde a uma parcela do saldo do ativo contratual, se torna ativo financeiro, sendo esse montante transferido para a rubrica de Contas a receber. Os reforços, melhorias, expansões e substituições geram novas receitas, esses casos são tratados como novos contratos. O ativo contratual da concessão também inclui os valores decorrentes do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão, e após cumprida a obrigação de performance de Operação & Manutenção por todo o período do contrato. As controladas da Companhia, que tem direito a isso, consideram que o valor da indenização deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão. O valor do ativo indenizável é obtido quando a construção da infraestrutura é finalizada.

(b) Modelo de ativo intangível

O modelo de ativo intangível é aplicável aos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica firmados no Peru. Embora o regime tarifário seja determinado anualmente pelo Governo Peruano durante a vigência da concessão, o contrato de concessão não estabelece qualquer obrigação por parte do Governo Peruano de se encarregar do pagamento das obrigações atribuídas a cada usuário do sistema, dessa forma, o contrato de concessão não possui nenhum mecanismo que garanta ao concessionário o direito incondicional de receber caixa. Nestas circunstâncias, o concessionário assume o risco de exigência na recuperabilidade do investimento.

O registro do ativo intangível se inicia na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de performance de construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica, sendo a receita associada a essa obrigação de performance reconhecida ao longo do tempo da construção. Os reforços, melhorias, expansões, substituições e manutenções significativas que gerem novas receitas são registradas como adições ao ativo intangível, caso não gerem benefícios econômicos futuros são registrados no resultado. O ativo intangível originado pelo contrato de concessão é amortizado pelo método linear ao longo do prazo do contrato de concessão.

Para os contratos de concessão firmados na Colômbia e no Chile que não estão sob o alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), uma vez que a vida útil dos ativos é superior ao contrato de concessão, e consequentemente, as transmissoras possuem interesse residual relevante ao final do contrato, foram tratados sob o escopo do CPC 27 (IAS 16) e CPC 06 (IFRS 16).

3.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (restituição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente restituído. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A receita com a venda de energia elétrica gerada na fase de comissionamento, ou seja, que foi produzida para trazer o ativo imobilizado para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração, é reconhecida no resultado, liquida de seus custos, quando aplicável.

3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

(a) Direito de exploração – Uso do Bem Público (“UBP”)

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com início a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” ajustada ao valor presente por uma taxa de desconto. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

(b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios, que corresponde ao montante da contraprestação transferida que supera o valor do patrimônio líquido da adquirida. Os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

(c) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei nº 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (*GSF – Generation Scaling Factor*) incorrido no período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo remanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

(d) Desenvolvimento de projetos

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem ser reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

3.8. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

(a) Ativos financeiros e Ativo de contrato

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

(a) Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01 (IFRIC 12).

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. O reconhecimento inicial é feito em contrapartida ao Imobilizado, intangível ou Custo de construção - este para as transmissoras que aplicam o “*ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão*”.

As licenças prévias, de instalação e operação, obtidas na fase do planejamento, construção e instalação dos empreendimentos, são reconhecidas como custo do item que gera maior impacto ambiental, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das torres (transmissoras), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação obtidas após a entrada em operação comercial, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

(b) Provisão para desmobilização de ativos

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

(c) Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

(d) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária brasileira, que consiste em um método mais simplificado. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia existe um método mais simplificado também que consiste na aplicação do percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia estabelecidas no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado “Lucro da Exploração”, aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.12. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Encargos regulatórios” e “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.13. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito.

As controladas da Companhia que possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram suas receitas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15). Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil e Perú possuem duas obrigações de performance, sendo: (i) construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e (ii) operar e manter disponível a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados na Colômbia e Chile possuem a obrigação de performance de operar e manter disponível a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Ao cumprir tais obrigações de performance, as transmissoras de energia recebem uma receita teto, denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão, sendo reajustada anualmente por um índice inflacionário definido em contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) pode ser reduzida por não atender certo desempenho técnico-operacional, sendo que tais descontos são tratados como contraprestação variável.

Para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil, a Receita Anual Permitida (RAP) é uma receita global, exigindo julgamento da Administração para estimar o preço individual à vista e alocar a cada obrigação de performance do contrato. Ademais esses contratos possuem componente de financiamento significativo, portanto foi determinado uma taxa de desconto para esses contratos, com base no método do custo médio ponderado de capital (CMPC). O preço individual à vista de cada obrigação de performance, é feito em função da soma das RAPs, na data do leilão, que serão recebidas ao longo dos anos de concessão e subdividida em três partes, as quais darão origem às receitas de Infraestrutura, Remuneração financeira e Operação & Manutenção, sendo que cada parte possui sua abordagem de mensuração que será detalhada a seguir:

(a) Receita de infraestrutura de transmissão de energia elétrica

A receita de infraestrutura está associada a obrigação de performance de construção (implantação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica), sendo cumprida ao longo do tempo, portanto, foi adotado o método de insumo para o reconhecimento de receita, que consiste na razão entre os custos incorridos em relação aos custos totais. Para os contratos de concessão firmados do Brasil, a receita de infraestrutura, registrada em contrapartida ao Ativo Contratual, é mensurada utilizando-se o método de abordagem residual, sendo assim, primeiramente foi definido o preço individual da receita de Remuneração financeira, e o resultado residual foi atribuído ao preço individual da receita de Infraestrutura. A receita de Infraestrutura é corrigida por índice inflacionário, acrescida do diferimento dos tributos do PIS e da COFINS, e quando aplicável, acrescida do diferimento dos encargos regulatórios da RGR e da TFSEE. Para os contratos de concessão firmados no Peru, a receita de Infraestrutura, registrada em contrapartida ao Ativo Intangível, é mensurada utilizando-se o método de abordagem de custo mais margem, sendo que a margem aplicada é próxima a zero.

(b) Remuneração financeira dos ativos da concessão de transmissão de energia elétrica

A receita de Remuneração financeira dos ativos de concessão está associada ao componente de financiamento significativo existente na receita de Infraestrutura, e esse componente de financiamento é refletido em uma taxa de desconto. A receita de Remuneração financeira dos ativos de concessão é reconhecida através do método da taxa efetiva de juros, aplicando a taxa de desconto nominal acrescida do IGP-M ou IPCA sobre o saldo do Ativo Contratual da Concessão. A metodologia de cálculo utilizada para mensurar a taxa de desconto, e consequentemente a receita de Remuneração financeira dos ativos de concessão, é o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). As taxas de descontos nominais foram definidas na data de cada leilão e são mantidas até o final do contrato de concessão, as taxas utilizadas pelas controladas da Companhia estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

(c) Receitas de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica

As receitas de Operação e Manutenção (O&M), que geralmente têm início após a conclusão da fase de construção, estão associadas a obrigação de performance de operar e manter disponível as instalações de transmissão de energia elétrica. A receita O&M é reconhecida mensalmente conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível. Para os contratos de concessão firmados no Brasil, a receita de O&M é mensurada na forma de um percentual, que pode variar de 1% a 4% ao ano, aplicada sobre o custo total empregado na construção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita de O&M é corrigida por índice inflacionário, acrescida do diferimento dos tributos do PIS e da COFINS, e quando aplicável, acrescida do diferimento dos encargos regulatórios da RGR e da TFSEE. Para os contratos de concessão firmados no Peru, Colômbia e Chile a receita de O&M corresponde ao valor da RAP faturada naquele mês. As receitas de Operação e Manutenção são registradas em contrapartida ao Contas a receber.

(d) Contraprestação variável - Parcela variável (PV)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A Parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências.

Em função da dificuldade de previsão da entrada em operação de cada projeto, a Parcela variável por atraso na entrada em operação (PVA) e a Parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Administração avalia que a sua ocorrência é provável.

(e) Receita de suprimento de energia elétrica

Na Companhia e em suas controladas, a receita de suprimento de energia elétrica refere-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia entregue e com preços especificados nos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

(f) Prestação de serviços - Receita de Comissão de Aval de Fiança

A receita de Comissão de aval de fiança refere-se a garantia dada pela Alupar à Instituições Financeiras para determinados contratos de empréstimos firmados por suas controladas, a qual é cobrada mensalmente um percentual sobre os montantes da dívida em aberto.

(g) Receita de juros

A receita de juros decorrente de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(h) Passivo contratual da concessão

Os pagamentos recebidos de clientes sem o cumprimento das obrigações de performance são registrados como Passivo contratual. A realização do passivo contratual será consistente com o cumprimento das obrigações de desempenho e consequentemente, o reconhecimento da receita.

3.14. Arrendamentos

Arrendatário

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizam como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que são os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazo de vencimento próximo ao prazo do arrendamento, acrescido do risco de crédito (“spread bancário”) obtido através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

Arrendador

Para os contratos de concessão que não estão sob o alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), os mesmos foram tratados como arrendamento. Tais contratos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, logo estes contratos são classificados como arrendamentos operacionais. A receita é reconhecida no resultado pelo método linear durante os prazos do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e contratação de um arrendamento operacional são incluídos na quantia escriturada do ativo arrendado e são contabilizados no resultado pelo método linear durante a vigência do contrato.

3.15. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada pelos órgãos de governança ou está fundamentada em obrigações previstas no Estatuto Social.

O estatuto social da Companhia e suas controladas estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e intercalares, que posteriormente estarão sujeitos a aprovação da Assembleia.

- *Imposto de renda sobre os dividendos*

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda. Os dividendos pagos pelas controladas domiciliadas na Colômbia são tributadas em sua origem aplicando a alíquota de 10% para residentes e 20% para não residentes e para as controladas domiciliadas no Peru a alíquota aplicada é de 5%.

3.16. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.18. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.19. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais reportáveis consistem nas atividades de transmissão, geração e comercialização de energia. A Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não está associada aos segmentos operacionais reportáveis.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

3.20. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Resolução CVM nº 92, de 20 de maio de 2022, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

3.21. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Novas normas e interpretações

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback;
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7); e
- Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1).

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. Como a Companhia possui ações negociadas publicamente, ela não está elegível para pela aplicação do IFRS 19;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Não foi observado impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, dado que as alterações se concentram apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas;
- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A Companhia e suas controladas não operam com moedas que não são prontamente conversíveis, por isso não espera impactos com as alterações desta norma; e
- IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia e suas controladas esperam impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora		Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	491	229	-	-	51.127	37.912
Certificados de depósitos bancários	99,81%	99,80%	2.562	167.947	99,83%	99,83%	146.490	364.928
Fundos de investimento	-	-	-	-	97,30%	97,30%	417.219	388.764
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	-	-	20,00%	20,00%	4.271	31.605
Moeda extrangeira	-	-	185	-	-	-	188.122	-
Total			3.238	168.176			807.229	823.209

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a Administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

6. Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Descrição da carteira				
Operações compromissadas	540.415	352.024	1.034.595	668.420
Títulos públicos do Governo Brasileiro	708.928	524.280	1.402.885	1.035.865
Títulos privados	61.042	77.342	134.576	147.165
Outros	(27)	1	(160)	1.508
Total	1.310.358	953.647	2.571.896	1.852.958

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e cuja a remuneração média corresponde a 99,63% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101,03% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimento	99,86%	99,20%	165.134	155.384
			165.134	155.384

Os títulos e valores mobiliários referem-se a depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia. Estas contas consistem na manutenção de aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado							
	A vencer	Vencidos de 61 a 360 dias	31/12/2024	31/12/2023	A vencer	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso da transmissão	-	-	-	-	152.915	11.743	5.982	54.520	78.290	303.450	240.277
Suprimento de energia elétrica - ACR	3.200	-	3.200	4.579	49.196	-	-	-	-	49.196	55.360
Suprimento de energia elétrica - ACL	6.595	1.444	8.039	5.498	48.342	653	182	1.521	-	50.698	39.037
Energia de curto prazo	848	-	848	286	12.341	-	-	-	-	12.341	6.477
Comissão de aval (nota 28)	9.946	-	9.946	4.423	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas	-	-	-	-	(8.464)	(1.622)	-	-	-	(10.086)	-
	20.589	1.444	22.033	14.786	254.330	10.774	6.164	56.041	78.290	405.599	341.151
Circulante			22.033	14.786						283.923	288.702
Não circulante			-	-						121.676	52.449

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, uma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída, em decorrência de perdas esperadas no contas a receber. Em particular, para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil, de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência, portanto, nenhuma provisão para perdas de crédito esperada foi reconhecida para o contas a receber e ativo de contrato, relacionados a esses contratos de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

9. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	18.673.790	18.540.255
Receita de operação e manutenção (nota 23)	622.688	606.157
Remuneração financeira dos ativos de concessão (nota 23)	2.488.062	1.997.004
Receita de infraestrutura (nota 23)	384.451	208.102
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica (Nota 23)	21.620	52.899
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica (Nota 25)	(44)	(66.202)
Reclassificação do contas a receber	(1.711)	-
Realização do ativo contratual em ativo financeiro	(2.754.434)	(2.664.425)
Saldo final	19.434.422	18.673.790
Circulante	2.098.105	1.984.827
Não circulante	17.336.317	16.688.963

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes de ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$34.635, registrados na rubrica de “Outras receitas” no consolidado, cujo valor líquido de impostos é de R\$31.587, refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas EATE, EBTE, ERTE, STC e Transirapé com base na Resolução Homologatória nº 3.343 de 9 de julho de 2024.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os montantes de ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica e reequilíbrio econômico de R\$52.899 e Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$66.202, registrados respectivamente nas rubricas de “Outras receitas” e “Outras despesas” no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$46.552 de ganho e R\$60.972 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica da controlada TSM com base na Resolução Homologatória nº 3.216 de 7 de julho de 2023, do reequilíbrio econômico-financeiro das RAPs obtidos, principalmente, pela controlada STN e por fim pela Revisão Tarifária Periódica do ciclo de 2020-2021 pela controlada ERTE.

10. Investimentos em controladas e controlada em conjunto

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valor patrimonial	7.479.174	6.868.179	372.687	223.684
Adiantamento para futuro aumento de capital	100.990	29.973	-	-
Dividendos a receber	151.609	124.181	75	75
Lucro não realizado	35.866	36.562	-	-
Mais-valia	27.558	26.456	-	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.164	6.164	-	-
Total	7.801.361	7.091.515	372.762	223.759

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2023	Aportes de capital	Amortização da mais-valia	Outros	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência sobre ORA	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Saldo em 31/12/2024
Controladas:									
ACE	7.746	8.500	-	-	-	-	(4.161)	-	12.085
AF Energia	7.446	-	-	-	-	-	224	-	7.670
Agua Limpa	12.627	-	-	-	-	-	(21)	-	12.606
Alupar Chile	(421)	8.290	-	-	703	-	(5.403)	-	3.169
Alupar Colômbia	63.978	-	-	-	5.006	12.867	(27.147)	-	54.704
Alupar Peru	245.250	8.813	-	-	55.458	-	(51.852)	-	257.669
Apaete	30.327	-	-	-	-	-	5.868	(6.170)	30.025
EAP I	20.361	-	-	-	-	-	(1.183)	-	19.178
EAP II	51.324	-	-	(5.000)	-	-	(2.497)	-	43.827
EAP III	595	88	-	-	-	-	(22)	-	661
EAP IV	524	167	-	-	-	-	(23)	-	668
EAP V	410	107	-	-	-	-	(23)	-	494
EAP VI	655	159	-	-	-	-	(23)	-	791
EAP VII	508	158	-	-	-	-	(8)	-	658
EATE	619.313	-	-	-	-	-	292.228	(207.648)	703.893
ECTE	160.429	-	-	-	-	-	28.361	(73.534)	115.256
ELTE	59.907	80.000	-	-	-	-	11.686	-	151.593
ENTE	270.801	-	-	-	-	-	75.017	(46.935)	298.883
ERTE	35.321	-	-	-	-	-	7.371	(5.380)	37.312
ETAP	321.297	-	-	-	-	-	57.039	(49.944)	328.392
ETB (i)	287.371	-	(993)	-	-	-	52.771	(1.625)	337.524
ETC	195.051	-	-	-	-	-	34.345	-	229.396
ETEM	80.622	-	-	-	-	-	7.568	(18.960)	69.230
ETEP	119.540	-	-	-	-	-	21.275	(27.697)	113.118
ETES	112.381	-	-	-	-	-	13.492	(50.158)	75.715
ETVG	138.673	-	-	-	-	-	25.499	(50.325)	113.847
Ferreira Gomes	1.031.988	-	-	-	-	-	85.580	(64.794)	1.052.774
Foz	154.670	-	-	-	-	-	(1.485)	-	153.185
GET	147	-	-	-	-	-	-	-	147
Ijuí	156.000	-	-	-	-	-	20.049	(4.632)	171.417
Iracema	267	-	-	-	-	-	(13)	-	254
La Virgen (i) (*)	(15.770)	-	-	-	3.525	-	(537)	-	(12.782)
Lavrinhas (i)	119.084	-	(99)	-	-	-	16.618	(7.275)	128.328
Lumitrans	14.617	-	-	-	-	-	2.468	(1.438)	15.647
Queluz (i)	160.425	-	(52)	-	-	-	20.954	(15.731)	165.596
Risaralda	132	-	-	-	17	-	3	-	152
SED	-	-	-	-	-	-	(61)	-	(61)
STC	39.687	-	-	-	-	-	5.872	(5.065)	40.494
STN	281.353	-	-	-	-	-	52.578	(38.943)	294.988
TAP	143	8.000	-	-	-	5.680	941	-	14.764
TCC	481.289	-	-	-	-	-	69.830	(10.028)	541.091
TECP	396	5.526	-	-	-	-	3.182	-	9.104
TME (i)	122.103	-	(90)	-	-	-	39.220	(16.988)	144.245
TPE	702.875	-	-	-	-	-	98.318	(19.352)	781.841
TPC	-	1.892	-	-	-	2.653	115	-	4.660
Transminas	144.402	-	-	-	-	-	25.380	(9.423)	160.359
Pitombeira	38.096	156.900	-	-	-	-	(24.597)	-	170.399
TSM	281.866	-	-	-	-	-	43.877	(56.511)	269.232
Verde 8	81.182	-	-	-	-	-	4.924	-	86.106
Windepar	230.768	-	-	-	-	-	(12.473)	-	218.295
Subtotal	6.867.756	278.600	(1.234)	(5.000)	64.709	21.200	991.124	(788.556)	7.428.599
Controlada em conjunto									
TNE	223.759	-	-	-	-	-	149.003	-	372.762
Total Consolidado	223.759	-	-	-	-	-	149.003	-	372.762
Total Controladora	7.091.515	278.600	(1.234)	(5.000)	64.709	21.200	1.140.127	(788.556)	7.801.361

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2022	Aportes de capital	Aquisição de participação	Alienação de participação	Amortização do intangível	Outros	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência sobre ORA	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2023
Controladas:											
ACE	6.458	2.000	-	-	-	-	-	-	(712)	-	7.746
AF	9.819	-	-	-	-	-	-	(47)	(2.326)	-	7.446
Agua Limpa	12.639	-	-	-	-	-	-	-	(12)	-	12.627
Alupar Chile	1.365	-	-	-	-	(424)	-	-	(1.362)	-	(421)
Alupar Colômbia	44.909	4.940	-	-	-	-	7.571	5.075	1.483	-	63.978
Alupar Peru	211.243	56.958	-	-	-	-	(9.322)	-	(13.629)	-	245.250
Apaeete	32.496	-	-	-	-	-	-	-	(713)	(1.456)	30.327
EAP I	21.890	-	-	290	-	-	-	-	(1.819)	-	20.361
EAP II	34.373	16.000	35	228	-	3.035	-	-	(2.347)	-	51.324
EAP III	446	159	-	-	-	-	-	-	(10)	-	595
EAP IV	478	59	-	-	-	-	-	-	(13)	-	524
EAP V	414	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	410
EAP VI	535	129	-	-	-	-	-	-	(9)	-	655
EAP VII	394	116	-	-	-	-	-	-	(2)	-	508
EATE	794.186	-	-	-	-	-	-	95.533	(270.406)	-	619.313
ECTE	156.406	-	-	-	-	-	-	20.230	(16.207)	-	160.429
ELTE	96.965	-	-	-	-	-	-	(37.058)	-	-	59.907
ENTE	314.487	-	-	-	-	-	-	52.297	(95.983)	-	270.801
ERTE	41.193	-	-	-	-	-	-	(1.481)	(4.391)	-	35.321
ETAP	301.519	-	-	-	-	-	-	54.751	(34.973)	-	321.297
ETB (i)	204.224	-	53.117	-	(992)	-	-	42.451	(11.429)	-	287.371
ETC	170.772	-	-	-	-	-	-	32.279	(8.000)	-	195.051
ETEM	81.544	-	-	-	-	-	-	8.640	(9.562)	-	80.622
ETEP	116.507	-	-	-	-	-	-	13.435	(10.402)	-	119.540
ETES	111.585	-	-	-	-	-	-	15.796	(15.000)	-	112.381
ETVG	145.633	-	-	-	-	-	-	16.172	(23.132)	-	138.673
Ferreira Gomes	973.666	-	-	-	-	-	-	64.650	(6.328)	-	1.031.988
Foz	171.478	-	-	(518)	-	-	-	(16.290)	-	-	154.670
GET	147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147
Ijuí	161.856	-	-	-	-	-	-	12.997	(18.853)	-	156.000
Iracema	31	254	-	-	-	-	-	(18)	-	-	267
La Virgen (i) (*)	(14.696)	-	-	-	-	(2.806)	-	1.732	-	-	(15.770)
Lavrinhias (i)	116.488	-	-	-	(129)	-	-	15.224	(12.499)	-	119.084
Lumitrans	15.575	-	-	-	-	-	-	1.400	(2.358)	-	14.617
Queluz (i)	156.568	-	-	-	(104)	-	-	19.867	(15.906)	-	160.425
Risaralda	207	-	-	-	-	(73)	-	(2)	-	-	132
STC	39.187	-	-	-	-	-	-	6.068	(5.568)	-	39.687
STN	283.461	-	-	-	-	-	-	52.165	(54.273)	-	281.353
TAP	-	143	-	-	-	-	-	-	-	-	143
TCC	446.330	-	-	-	-	-	-	64.102	(29.143)	-	481.289
TECP	-	502	-	-	-	-	-	(106)	-	-	396
TME	118.503	-	-	-	(88)	-	-	11.813	(8.125)	-	122.103
TPE	650.201	-	-	-	-	-	-	88.666	(35.992)	-	702.875
Transminas	138.141	-	-	-	-	-	-	12.012	(5.751)	-	144.402
UFV Pitombeira	23.471	17.600	-	-	-	-	-	(2.975)	-	-	38.096
TSM	314.361	-	-	-	-	-	-	30.739	(63.234)	-	281.866
Verde 8	73.518	-	-	-	-	-	-	7.664	-	-	81.182
Windepar	234.356	-	-	-	-	-	-	(3.588)	-	-	230.768
Subtotal	6.815.329	98.860	53.152	-	(1.313)	2.611	(4.630)	5.075	659.969	(761.297)	6.867.756
Controlada em conjunto											
TNE	169.121	13.470	-	-	-	-	-	41.168	-	-	223.759
Total Consolidado	169.121	13.470	-	-	-	-	-	41.168	-	-	223.759
Total Controladora	6.984.450	112.330	53.152	-	(1.313)	2.611	(4.630)	5.075	701.137	(761.297)	7.091.515

(i) No saldo das controladas ETB, TME, La Virgen, Queluz e Lavrinhas, está contido o direito de exploração gerado na aquisição de controle delas, que foi reclassificado para o intangível para fins de consolidação. Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 13 (b).

(*) Do Resultado de equivalência patrimonial da La Virgen, foi adicionado o valor de R\$522 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2023) que se refere a parcela realizada do lucro não realizado registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$38.362. O lucro não realizado se refere a Comissão de Aval de Fiança cobrada pela Alupar e que foi capitalizada no Ativo Imobilizado de La Virgen. A parcela realizada se dá por meio da depreciação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

As informações resumidas das controladas e controlada em conjunto que possuem participação de acionistas não controladores, constam na tabela a seguir:

Empresa	Informações contábeis												31/12/2024			31/12/2023		
	Balanço Patrimonial					Resultado				Fluxo de caixa			Quantidade total de ações ordinárias	Participação direta (%)		Quantidade total de ações ordinárias	Participação direta (%)	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	LAIR	Lucro (prejuízo)	Operacional	Investimento	Financiamento	Aumento (redução)		Votante	Total		Votante	Total
Controladas:																		
APAETE	15.715	65.533	2	-	81.246	-	15.878	15.878	(12)	22.168	(16.694)	5.462	74.348.851	51,00	36,96	74.348.851	51,00	36,96
EATE	439.180	2.231.249	202.103	1.083.515	1.384.811	298.188	336.403	587.690	313.200	150.332	(539.741)	(76.209)	92.000.000	50,02	50,02	92.000.000	50,02	50,02
ECTE	138.283	547.592	71.111	398.528	216.236	61.907	66.533	56.694	63.092	37.452	(77.250)	23.294	42.095.000	50,02	50,02	42.095.000	50,02	50,02
ENTE	164.517	842.199	31.718	377.363	597.635	172.288	181.454	150.447	154.143	21.918	(195.975)	(19.914)	100.840.000	50,01	50,01	100.840.000	50,01	50,01
ERTE	37.829	156.344	16.008	16.644	161.521	38.931	35.054	33.568	26.448	(5)	(24.533)	1.910	84.133.970	21,96	21,96	84.133.970	21,96	21,96
ETEM	35.004	160.421	11.203	75.023	109.199	20.277	16.392	12.004	14.352	(1.653)	(13.122)	(423)	43.000.000	62,79	62,79	43.000.000	62,79	62,79
ETEP	127.575	433.249	47.894	286.764	226.166	67.841	52.803	42.540	68.680	17.990	(47.744)	38.926	27.000.000	50,02	50,02	27.000.000	50,02	50,02
GET	30	-	240	864	(1.074)	-	-	-	-	-	-	-	1.200	51,00	51,00	1.200	51,00	51,00
Lavrinhais	23.456	199.833	15.604	8.501	199.184	61.612	29.608	27.239	32.997	(9.434)	(23.807)	(244)	70.910.870	61,00	61,00	70.910.870	61,00	61,00
Lumitrans	33.564	85.632	8.215	8.962	102.019	21.732	20.144	18.928	17.883	68	(9.614)	8.337	72.012.095	15,00	15,00	72.012.095	15,00	15,00
Queluz	23.836	237.190	15.871	13.356	231.799	64.577	33.114	30.433	35.762	(467)	(35.575)	(280)	96.782.146	68,83	68,83	96.782.146	68,83	68,83
STC	46.830	179.323	4.725	18.955	202.473	36.481	33.667	31.781	28.497	141	(25.328)	3.310	211.003.246	20,00	20,00	211.003.246	20,00	20,00
STN	239.782	569.613	31.680	199.311	578.404	142.527	122.456	103.092	143.608	-	(76.359)	67.249	198.000.000	51,00	51,00	198.000.000	51,00	51,00
TCC	278.460	1.940.322	172.663	1.236.426	809.693	263.351	146.795	106.286	166.987	(4.626)	(162.392)	(31)	149.028.926	65,70	65,70	149.028.926	65,70	65,70
TPE	407.811	2.865.610	272.885	1.836.824	1.163.712	389.912	208.915	149.645	257.530	3.166	(260.725)	(29)	208.553.107	65,70	65,70	208.553.107	65,70	65,70
Transminas	67.346	163.335	1.653	-	229.028	-	37.871	36.249	(429)	(29.128)	(13.458)	(43.015)	44.860.000	70,02	70,02	44.860.000	70,02	70,02
TSM	178.646	1.335.725	174.448	930.135	409.788	180.427	100.900	66.782	114.362	5.917	(120.342)	(63)	222.144.930	65,70	65,70	222.144.930	65,70	65,70
Verde 8	81.304	238.431	210.134	8.303	101.298	47.467	9.522	5.790	25.933	(15.117)	(11.095)	(279)	107.660.380	85,00	85,00	107.660.380	85,00	85,00
TME	80.994	568.756	27.177	395.468	227.105	72.604	35.683	63.804	55.572	2.484	(58.343)	(287)	109.793.590	60,00	60,00	109.793.590	60,00	60,00
ETB	304.257	1.556.423	192.406	1.216.197	452.077	231.052	115.099	81.188	142.359	(14.189)	(128.197)	(27)	255.897	51,00	51,00	255.897	51,00	51,00
Controlada em conjunto:																		
TNE	517.132	3.604.583	174.900	3.195.764	751.051	2.317.674	445.993	294.383	(1.777.398)	55.503	1.838.219	116.324	390.955.850	49,62	49,62	390.955.850	49,62	49,62

Notas explicativas às demonstrações contábeis

11. Participação dos acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas da Alupar que possuem participação de acionistas não controladores:

	Participação 31/12/2024 (%)	31/12/2023	Variação na participação	Resultado dos não controladores	Resultado dos não controladores ORA	Dividendos declarados	31/12/2024
Controladas:							
AETE	13,25	10.807	-	2.437	-	(3.225)	10.019
Apaete	63,04	51.574	-	10.010	-	(10.363)	51.221
EATE	49,98	598.656	-	293.742	-	(200.237)	692.161
EBTE	49,00	180.118	-	21.284	-	(22.329)	179.073
ECTE	49,98	155.232	-	28.334	-	(75.496)	108.070
EDTE	49,90	106.158	-	24.622	-	(6.894)	123.886
ENTE	49,99	270.458	-	75.205	-	(46.912)	298.751
ERTE	21,95	35.302	-	7.367	-	(7.219)	35.450
ETB	35,00	136.535	-	28.415	-	(6.723)	158.227
ETEM	37,21	47.598	-	4.468	-	(11.434)	40.632
ETEP	49,98	117.028	-	21.262	-	(25.242)	113.048
GET	49,00	(526)	-	-	-	-	(526)
La Virgen	8,33	40.409	-	(2.329)	9.459	-	47.539
Lavrinhias	39,00	71.928	-	10.624	-	(4.862)	77.690
Lumitrans	5,00	4.713	-	947	-	(558)	5.102
Queluz	31,17	70.006	-	9.485	-	(7.240)	72.251
Risaralda	0,02	13	-	2	-	-	15
STN	49,00	270.320	-	50.515	-	(37.417)	283.418
TCC	34,30	249.609	-	36.457	-	(8.341)	277.725
TME	40,00	81.100	-	25.522	-	(15.780)	90.842
TPE	34,30	362.568	-	51.328	-	(14.743)	399.153
Transirapé	49,00	87.405	-	16.813	-	(8.926)	95.292
Transleste	49,00	60.513	-	14.203	-	(15.304)	59.412
Transminas	29,98	61.836	-	10.868	-	(4.035)	68.669
Transudeste	49,00	42.409	-	8.461	-	(10.370)	40.500
TSM	34,30	147.154	-	22.905	-	(29.502)	140.557
Verde 08	15,00	14.326	-	869	-	-	15.195
	3.273.249		-	773.816	9.459	(573.152)	3.483.372

	Participação 31/12/2023 (%)	31/12/2022	Variação na participação	Resultado dos não controladores	Resultado dos não controladores ORA	Dividendos declarados	31/12/2023
Controladas:							
AETE	13,25	12.154	-	(293)	-	(1.054)	10.807
Apaete	63,04	55.141	-	(1.216)	-	(2.351)	51.574
EATE	49,98	742.071	-	95.479	-	(238.894)	598.656
EBTE	49,00	165.142	-	19.479	-	(4.503)	180.118
ECTE	49,98	142.907	-	20.213	-	(7.888)	155.232
EDTE	49,90	104.575	-	29.381	-	(27.798)	106.158
ENTE	49,99	297.507	-	52.274	-	(79.323)	270.458
ERTE	21,95	39.962	-	(1.480)	-	(3.180)	35.302
ETB	35,00	172.280	(53.115)	28.659	-	(11.289)	136.535
ETEM	37,21	46.833	-	5.120	-	(4.355)	47.598
ETEP	49,98	112.289	-	13.426	-	(8.687)	117.028
GET	49,00	(526)	-	-	-	-	(526)
La Virgen	10,26	40.616	-	(1.061)	854	-	40.409
Lavrinhias	39,00	70.494	-	9.734	-	(8.300)	71.928
Lumitrans	5,00	5.068	-	467	-	(822)	4.713
Queluz	31,17	68.704	-	8.997	-	(7.695)	70.006
Risaralda	0,02	21	-	-	(8)	-	13
STN	49,00	272.345	-	50.119	-	(52.144)	270.320
TCC	34,30	229.047	-	33.465	-	(12.903)	249.609
TME	40,00	78.362	-	7.543	-	(4.805)	81.100
TPE	34,30	327.096	-	46.289	-	(10.817)	362.568
Transirapé	49,00	92.414	-	3.293	-	(8.302)	87.405
Transleste	49,00	63.266	-	8.907	-	(11.660)	60.513
Transminas	29,98	59.154	-	5.145	-	(2.463)	61.836
Transudeste	49,00	43.983	-	5.582	-	(7.156)	42.409
TSM	34,30	159.677	-	16.049	-	(28.572)	147.154
Verde 08	15,00	12.974	-	1.352	-	-	14.326
	3.413.556	(53.115)		456.923	846	(544.961)	3.273.249

12. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

	Consolidado								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras cívicas e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso (a)	Direito de uso	Total
Taxa média de depreciação anual:	-	2,14%	2,48%	3,71%	17,90%	6,61%	-	10,67%	
Custo de aquisição									
Saldo em 1 de janeiro 2023	89.052	1.599.422	1.233.234	2.125.795	2.306	9.935	1.185.982	60.839	6.306.565
Adições	831	5	2.254	8.989	36	205	291.761	2.491	306.572
Baixas	-	-	(1.130)	(684)	(250)	(60)	(384)	-	(2.508)
Transferências	2.767	-	7.852	518.800	-	30	(529.556)	-	(107)
Ganho (perda) na conversão de balanços	513	-	(15.763)	(3.888)	109	339	93.515	326	75.151
Encargos financeiros capitalizados, líquidos (b)	-	-	-	-	-	-	28.164	-	28.164
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	6.755	6.755
Outros	28	-	-	(361)	151	(17)	(1.167)	-	(1.366)
Saldo em 31 de dezembro 2023	93.191	1.599.427	1.226.447	2.648.651	2.352	10.432	1.068.315	70.411	6.719.226
Adições	799	707	1.964	14.345	920	1.055	75.866	3.056	98.712
Baixas	(49)	-	-	(1.099)	-	(214)	(261)	(1.072)	(2.695)
Transferências	9.100	-	45.811	244.350	-	-	(299.261)	-	-
Reclassificações	-	(189)	(71)	-	-	1	(65)	-	(324)
Ganho (perda) na conversão de balanços	711	-	200.048	61.424	184	955	91.564	526	355.412
Encargos financeiros capitalizados, líquidos (b)	-	-	-	-	-	-	152.979	-	152.979
Remensurações	-	-	-	(7.409)	-	-	-	4.538	(2.871)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	103.752	1.599.945	1.474.199	2.960.262	3.456	12.229	1.089.137	77.459	7.320.439
Depreciação acumulada									
Saldo em 1 de janeiro 2023	-	(313.585)	(130.056)	(507.597)	(1.690)	(5.661)	-	(23.560)	(982.149)
Adições	-	(34.217)	(28.648)	(76.425)	(169)	(561)	-	(6.513)	(146.533)
Baixas	-	-	10	42	205	56	-	-	313
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	(155)	(574)	(31)	(269)	-	(112)	(1.141)
Outros	-	-	(1)	15	-	1	-	(189)	(174)
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	(347.802)	(158.850)	(584.539)	(1.685)	(6.434)	-	(30.374)	(1.129.684)
Adições	-	(34.181)	(30.406)	(98.347)	(421)	(690)	-	(7.516)	(171.561)
Baixas	-	-	-	374	-	165	-	928	1.467
Transferências	-	-	-	(1)	252	(252)	-	-	(1)
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	(14.433)	(9.387)	(81)	(655)	-	122	(24.434)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(381.983)	(203.689)	(691.900)	(1.935)	(7.866)	-	(36.840)	(1.324.213)
Total imobilizado em 31 de dezembro de 2023	93.191	1.251.625	1.067.597	2.064.112	667	3.998	1.068.315	40.037	5.589.542
Total imobilizado em 31 de dezembro de 2024	103.752	1.217.962	1.270.510	2.268.362	1.521	4.363	1.089.137	40.619	5.996.226

a) O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de linhas de transmissão e usinas eólicas, principalmente das controladas TCE e EAPs.

b) Encargos financeiros, líquidos elegíveis a capitalização

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os custos de empréstimos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos. A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 17 e 18.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo, no montante de R\$1.076.543 (R\$963.536 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

13. Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Controladora			Consolidado						
	Outros intangíveis	Projetos em desenvolvimento (c)	Total	Serviços	Uso do bem público	Direito de exploração (a)	Direito de extensão da outorga (b)	Outros intangíveis	Projetos em desenvolvimento (c)	Total
Taxa média de amortização anual:	20,00%	-	-	-	2,72%	3,43%	3,77%	8,88%	-	-
Custo de aquisição										
Saldo em 1 de janeiro 2023	1.274	43.891	45.165	-	17.225	88.072	83.544	86.310	44.976	320.127
Adições	-	6.003	6.003	-	-	-	-	8.553	9.045	17.598
Baixas	-	(10.226)	(10.226)	-	-	-	-	-	(10.227)	(10.227)
Transferências	-	-	-	85.974	-	-	-	(85.813)	-	161
Reclassificações	-	(11.122)	(11.122)	-	-	-	-	-	(11.186)	(11.186)
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	-	-	-	-	9.915	4	9.919
Saldo em 31 de dezembro 2023	1.274	28.546	29.820	85.974	17.225	88.072	83.544	18.965	32.612	326.392
Adições	-	9.751	9.751	8.384	-	-	-	2.384	76.735	87.503
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(800)	(518)	(1.318)
Transferências	-	-	-	485	-	-	-	1.681	(2.166)	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	2.246	-	2.973	-	5.219
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	9.164	-	-	-	794	3.744	13.702
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.274	38.297	39.571	104.007	17.225	90.318	83.544	25.997	110.407	431.498
Amortização acumulada										
Saldo em 1 de janeiro 2023	(872)	-	(872)	-	(5.868)	(26.883)	(5.154)	(12.529)	-	(50.434)
Adições	(99)	-	(99)	-	(466)	(2.972)	(3.774)	(569)	-	(7.781)
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	-	-	-	(6)	(160)	-	(166)
Saldo em 31 de dezembro 2023	(971)	-	(971)	-	(6.334)	(29.855)	(8.934)	(13.258)	-	(58.381)
Adições	(96)	-	(96)	-	(468)	(3.022)	(3.150)	(1.685)	-	(8.325)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	716	-	716
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	-	-	-	-	(171)	-	(171)
Reclassificações	(1)	-	(1)	-	-	(505)	-	-	-	(505)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.068)	-	(1.068)	-	(6.802)	(33.382)	(12.084)	(14.398)	-	(66.666)
Total Intangível em 31 de dezembro de 2023	303	28.546	28.849	85.974	10.891	58.217	74.610	5.707	32.612	268.011
Total Intangível em 31 de dezembro de 2024	206	38.297	38.503	104.007	10.423	56.936	71.460	11.599	110.407	364.832

O montante de R\$11.122 referiu-se a: (i) transferência de terrenos para a rubrica de Propriedade para Investimento no montante de R\$2.144, e (ii) transferência de gastos com o desenvolvimento inicial dos projetos eólicos Agreste Potiguar I a VII (EAPs I a VII) para outros ativos circulantes, no montante de R\$8.978, dado que tais gastos serão reembolsados por essas controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

a) Direito de exploração

Os direitos de exploração de concessão/autorização obtidos na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	Taxa média anual de amortização	Prazo da outorga		Consolidado	
		Ínicio	Fim	31/12/2024	31/12/2023
<u>Custo</u>					
Queluz	2,22%	06/04/04	10/08/48	2.665	2.665
Lavrinhos	2,22%	06/04/04	01/09/48	5.245	5.245
ETB	3,29%	29/09/16	29/09/46	28.400	28.400
La Virgen (iv)	-	-	-	6.164	6.164
TME	4,92%	13/11/19	19/11/39	1.749	-
AETE	6,72%	18/07/19	18/03/34	497	-
EDV I (ii)	2,82%	17/07/12	17/07/47	3.006	3.006
EDV II (ii)	2,82%	16/07/12	16/07/47	1.847	1.847
EDV III (ii)	2,82%	19/07/12	19/07/47	2.714	2.714
EDV IV (ii)	2,82%	24/07/12	24/07/47	3.933	3.933
EDV X (ii)	2,82%	19/07/12	19/07/47	2.420	2.420
STC (i)	3,29%	27/04/06	27/04/36	8.942	8.942
Lumitrans (i)	3,29%	18/02/04	18/02/34	9.766	9.766
Transleste (i)	3,29%	18/02/04	18/02/34	3.814	3.814
Transudeste (i)	3,29%	04/03/05	04/03/35	2.767	2.767
Transirapé (i)	3,29%	15/03/05	15/03/35	4.391	4.391
EDTE (iii)	3,29%	01/12/16	01/12/46	1.752	1.752
Outros	-	-	-	246	246
				90.318	88.072
<u>Amortização</u>					
Queluz				(1.847)	(1.795)
Lavrinhos				(2.362)	(2.263)
ETB				(6.789)	(5.796)
TME				(445)	-
AETE				(195)	-
EDV I (ii)				(840)	(744)
EDV II (ii)				(512)	(453)
EDV III (ii)				(780)	(694)
EDV IV (ii)				(1.096)	(970)
EDV X (ii)				(674)	(597)
STC (i)				(5.036)	(4.726)
Lumitrans (i)				(6.504)	(6.104)
Transleste (i)				(2.094)	(1.907)
Transudeste (i)				(1.506)	(1.371)
Transirapé (i)				(2.289)	(2.084)
EDTE (iii)				(413)	(351)
Total líquido				(33.382)	(29.855)
				56.936	58.217

(i) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada EATE. (ii) Direito de exploração obtido na aquisição de controle por parte da controlada Windepar. (iii) Direito de exploração obtido na aquisição de controle por parte da controlada ENTE. (iv) A controlada La Virgen possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração obtido na aquisição de controle possui vida útil indefinida.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

b) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo remanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

c) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto na indústria de energia elétrica, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, aluguel de espaços físicos, licenças, viagens entre outros gastos inerentes ao processo, sendo que estes gastos são incorridos apenas após o projeto passar pela análise de viabilidade econômico-financeira. Em seguida após uma série de ritos regulatórios, os órgãos reguladores permitindo a instalação do projeto, os custos incorridos são transferidos para as respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura seja descontinuado, são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

Nesta rubrica também estão reconhecidas as receitas de construção dos contratos de concessão firmados no Peru no valor total de R\$56.414, relacionados as controladas TCN e TSA.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

e) Análise de impairment

A Companhia não identificou indicativos por meio de fontes internas e externas que pudessem afetar a avaliação da recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis efetuada em 31 de dezembro de 2024.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	4.404	3.138
Compra de energia elétrica	6.289	2.162	20.751	9.256
Materiais e serviços	4.026	3.021	138.362	152.650
Compra de energia elétrica - Partes relacionadas (Nota 28)	18.059	7.935	-	-
Fornecedores em moeda extrangeira	-	-	31.854	26.576
Total	28.374	13.118	195.371	191.620

O saldo de fornecedores de Encargos de uso do sistema de transmissão, Materiais e Serviços e Suprimento de energia elétrica, possuem em média três meses para serem pagos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

15. Encargos regulatórios e outros tributos a pagar e compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Encargos regulatórios				
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	-	-	7.390	6.437
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	7.318	10.630
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	825	860
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	47.517	35.571
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.600	1.394
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	830	759
Total Encargos regulatórios	-	-	65.480	55.561
Circulante	-	-	42.230	39.010
Não circulante	-	-	23.250	16.641
Outros tributos a pagar				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	27	32	640	621
Programa de Integração Social - PIS	416	1.822	15.788	15.001
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.151	6.749	70.807	66.254
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	102	78	2.396	1.922
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	7	8	3.515	3.638
Imposto sobre Serviços - ISS	2.294	8.776	3.088	9.712
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	40	108	730	581
Outros	5	-	531	596
Total Outros tributos a pagar	5.042	17.573	97.495	98.325
Outros tributos compensáveis				
Programa de Integração Social - PIS	-	-	364	693
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	2.186	4.661
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	349	522
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	-	83
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	420	432
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	760	1.973
Imposto Geral sobre Vendas - IGV	-	-	8.372	7.996
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	66.680	55.500
Outros	-	-	823	708
Total Outros tributos compensáveis	-	-	79.954	72.568
Circulante	-	-	73.676	66.591
Não circulante	-	-	6.278	5.977

16. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos

O deferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (RGR) diferidos	-	-	215.729	216.877
PIS e COFINS diferidos	-	-	1.528.837	1.454.689
			1.744.566	1.671.566
Circulante	-	-	182.459	172.507
Não circulante	-	-	1.562.107	1.499.059

Notas explicativas às demonstrações contábeis

17. Empréstimos e financiamentos

A Controladora não possui empréstimos e financiamentos, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	Consolidado						
		Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal contratado	Clausulas restritivas	Encargos financeiros a.a	Indexador		31/12/2024	31/12/2023					
Moeda nacional															
Operacionais															
BNDES - A- nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	ICSD >= 1,20	TJLP	2,44	Mensal	-	-	-	-	7.923		
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	ICSD >= 1,20	TJLP	2,04	Mensal	-	-	-	-	388		
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%	TJLP	2,34	Mensal	(1.503)	351	104.905	103.753	119.125		
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%	TJLP	2,34	Mensal	-	139	41.521	41.660	47.842		
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%	TJLP	2,34	Mensal	-	16	4.684	4.700	5.397		
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%	TJLP	-	Mensal	-	3	1.317	1.320	1.517		
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	3,17	Mensal	-	154	41.864	42.018	56.828		
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	1,93	Mensal	-	10	3.263	3.273	12.987		
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	2,22	Mensal	-	2	443	445	1.763		
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	1,93	Mensal	-	2	829	831	10.715		
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	2,22	Mensal	-	1	181	182	2.346		
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(42)	137	42.048	42.143	44.530		
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	19	12.821	12.840	13.812		
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(28)	76	23.231	23.279	25.133		
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	11	7.319	7.330	7.885		
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(31)	117	35.509	35.595	38.426		
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	13	9.064	9.077	9.767		
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(37)	179	54.479	54.621	58.971		
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	14	10.034	10.048	10.810		
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(34)	97	29.774	29.837	32.212		
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	16	11.243	11.259	12.113		
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	-	3,50	Mensal	-	-	-	-	199		
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	-	TJLP	3,50	Mensal	-	143	2.034	2.177	2.608		
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-	TJLP	6,50	Mensal	-	63	723	786	1.363		
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	-	9,50	Mensal	-	13	159	172	883		
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	-	9,50	Mensal	-	2	410	412	2.886		
Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	-	CDI	2,90	Mensal	-	-	-	-	69.455		
Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	-	CDI	2,90	Mensal	-	-	-	-	60.144		
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	-	CDI	2,90	Mensal	-	-	-	-	77.173		
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000.000	-	IBR(**)	4,43	Trimestral	(431)	1.194	104.034	104.797	97.914		
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	out/21	out/24	(COP) 124.790	-	IBR(**)	4,44	Mensal	-	-	-	-	60		
BNB - nº 35.2023.9396.30266	EAP I	dez/23	out/47	84.139	-	IPCA	4,55	Mensal	(1.086)	305	70.461	69.680	71.347		
BNB - nº 35.2023.9396.30267	EAP II	dez/23	out/47	97.528	-	IPCA	4,55	Mensal	(1.411)	418	96.634	95.641	97.206		
BNB - nº 35.2024.1100.31158	Pitombeira	ago/24	jul/48	125.000	-	IPCA	5,03	Mensal	(1.269)	2.450	125.000	126.181	-		
Pré - Operacionais															
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	out/24	out/25	(COP) 19.215.000	-	IBR(**)	2,75	Bullet/Trimestral	-	632	27.035	27.667	24.845		
Banco Santander S.A	Alupar Colômbia	nov/24	nov/25	(COP) 86.035.323	-	IBR(**)	2,75	Bullet/Trimestral	-	1.246	121.052	122.298	-		
Citibank - Colombia S.A.(a)	TEL	dez/24	dez/25	(COP) 20.637.700	-	-	11,02	Bullet/Mensal	59	29.037	29.096	-	-		
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 134.970	-	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	-	-	46		
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 89.980	-	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	-	-	30		
Subtotal Moeda Nacional												(5.872)	7.882		
Circulante									(1.003)	7.882	354.505	361.384	246.666		
Não circulante									(4.869)	-	656.603	651.734	779.983		

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos							Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal contratado	Clausulas restritivas	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2024		31/12/2023		
						Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional													
Pré - Operacionais													
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	out/24	out/25	(COP) 19.215.000	-	IBR(**)	2,75	Bullet/Trimestral	-	632	27.035	27.667	24.845
Banco Santander S.A	Alupar Colômbia	nov/24	nov/25	(COP) 86.035.323	-	IBR(**)	2,75	Bullet/Trimestral	-	1.246	121.052	122.298	-
Citibank -Colombia S.A(a)	TEL	dez/24	dez/25	(COP) 20.637.700	-	IBR(**)	1,91	Bullet/Mensal	59	29.037	29.096	-	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 134.970	-	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	-	-	46
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 89.980	-	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	-	-	30
Subtotal Moeda Nacional									(5.872)	7.882	1.011.108	1.013.118	1.026.649
Circulante									(1.003)	7.882	354.505	361.384	246.666
Não circulante									(4.869)	-	656.603	651.734	779.983
Moeda estrangeira													
Operacionais													
Itau Corpbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/23	nov/26	(USD) 7.500	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	SOFR 3M	2,80	Bullet / Trimestral	-	-	78.069	78.069	37.098
Santander Brasil - Luxembourg Branch	Alupar Perú	dez/24	dez/27	(USD) 35.000	-	SOFR 3M	2,45	Semestral	-	-	218.566	218.566	178.855
BTG Chile	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 55.000	ICSD >= 1,10	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	369.893	369.893	262.125
HAITONG BANK (BTG Caiman)	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 35.000	ICSD >= 1,10	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	121.898	121.898	166.808
Banco Citibank	EAP I	dez/23	fev/24	(USD) 3.581	-	-	2,52	Único no final/Semestral	-	-	-	-	17.365
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP I	dez/23	fev/24	Nocialal 17.463	-	CDI	1,13	Único no final	-	-	-	-	140
Banco Citibank	EAP II	dez/23	fev/24	(USD) 9.354	-	-	2,52	Único no final/Semestral	-	-	-	-	45.359
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP II	dez/23	fev/24	Nocialal 45.614	-	CDI	1,13	Único no final	-	-	-	-	365
Pré - Operacionais													
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	nov/20	nov/24	(USD) 11.000	-	SOFR 3M	2,85	Anual	-	-	-	-	53.072
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	jan/21	nov/24	(USD) 7.000	-	SOFR 3M	2,85	Anual	-	-	-	-	33.773
MUFG BANK (a)	TCE	jul/22	jul/27	(USD) 128.190	Divida:PL <= 85:15 ICSD >= 1,15	SOFR 6M	2,65	Gradual/Semestral	(37.466)	21.948	737.904	722.386	518.169
Itaú	TSA	nov/24	nov/25	(USD) 15.000	-	SOFR 3M	1,80	Semestral	-	-	93.890	93.890	-
Subtotal Moeda estrangeira									(37.466)	21.948	1.620.220	1.604.702	1.313.129
Circulante									(14.581)	21.948	180.453	187.820	225.604
Não circulante									(22.885)	-	1.439.767	1.416.882	1.087.525
Total									(43.338)	29.830	2.631.328	2.617.820	2.339.778
Circulante									(15.584)	29.830	534.958	549.204	472.270
Não circulante									(27.754)	-	2.096.370	2.068.616	1.867.508

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por muitos bancos que operam no mercado londrino. (**) Indicador Bancário de Referência (IBR) utilizado na Colômbia. A taxa do IBR é mensal. (a) Esses contratos de dívida possuem instrumentos financeiros derivativos como o SWAP, para maiores detalhes sobre essas operações veja a nota explicativa nº 29.3

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2024 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$165.134 (R\$155.384 em 31 de dezembro de 2023) evidenciado na nota explicativa nº 7.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.026.649	1.005.900	1.313.129	1.513.718	2.339.778	2.519.618
Ingresso de dívidas (Custo de captação)	291.072	190.541	365.829	157.837	656.901	348.378
Encargos financeiros	102.110	110.620	125.663	143.794	227.773	254.414
Variação cambial	-	-	112.566	(153.887)	112.566	(153.887)
Ganho e perda na conversão	22.737	17.840	226.334	37.119	249.071	54.959
Amortização do principal	(335.569)	(195.515)	(429.862)	(255.356)	(765.431)	(450.871)
Amortização do encargos	(93.881)	(102.737)	(108.957)	(130.096)	(202.838)	(232.833)
Saldo final	1.013.118	1.026.649	1.604.702	1.313.129	2.617.820	2.339.778

Saldo a amortizar dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2024							
	Consolidado							
	R\$							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
Moeda								
Dólar norte-americano	202.401	265.674	135.588	702.822	335.683	-	-	1.642.168
Pesos colombianos	284.289	-	-	-	-	-	-	284.289
Real brasileiro	78.098	70.841	74.854	57.888	54.517	64.366	334.135	734.699
(-) Custos a amortizar	(15.584)	(15.374)	(8.319)	(404)	(404)	(404)	(2.847)	(43.336)
	549.204	321.141	202.123	760.306	389.796	63.962	331.288	2.617.820
Indexador								
TJLP	63.936	59.185	58.026	45.771	42.202	50.526	68.649	388.295
Taxa fixa (Real)	404	180	-	-	-	-	-	584
IPCA	13.758	11.476	16.828	12.117	12.315	13.840	265.486	345.820
Taxa fixa (COP)	29.096	-	-	-	-	-	-	29.096
IBR	255.193	-	-	-	-	-	-	255.193
SOFR	202.401	265.674	135.588	702.822	335.683	-	-	1.642.168
(-) Custos a amortizar	(15.584)	(15.374)	(8.319)	(404)	(404)	(404)	(2.847)	(43.336)
	549.204	321.141	202.123	760.306	389.796	63.962	331.288	2.617.820

Notas explicativas às demonstrações contábeis

18. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostos da seguinte forma:

Emissões	Empresas	Condições contratadas das debêntures								Controladora e Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Clausulas restritivas de indicadores financeiros	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	31/12/2024		31/12/2023	
						Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos		Encargos	Principal	Total	
Controladora														
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	1,40	Único no final	Semestral	-	-	-	-	665.030
8ª Emissão (*)	Alupar	out/24	out/34	850.000	-	IPCA	6,50	Bullet	Semestral	(24.909)	17.154	850.000	842.245	-
Total Controladora														
Circulante										(2.322)	9.266	-	6.944	341.015
Não circulante										(22.587)	7.888	850.000	835.301	324.015
Consolidado - Operacionais														
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	ICSD >= 1,20	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	(2.086)	187	64.011	62.112	69.123
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	286.234
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	Dívida líquida <= R\$ 338 mi	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	52.992
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	Dívida líquida <= R\$ 895 mi	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	52.991
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	ICSD >= 1,15 e IPC >= 20%	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	(3.959)	475	191.049	187.565	245.408
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50 Dívida líquida/EBITDA >= 2,5	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(347)	2.723	78.972	81.348	154.836
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50 Dívida líquida/EBITDA >= 2,5	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	(274)	5.395	196.483	201.604	191.475
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50 Dívida líquida/EBITDA >= 2,5	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(256)	2.025	58.730	60.499	115.154
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50	IPCA	5,29	Semestral	Semestral	(3.772)	107.053	272.475	375.756	402.623
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	(8.629)	274.602	657.800	923.773	953.338
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	ICSD >= 1,10	CDI	2,70	Semestral	Semestral	(330)	3.421	83.785	86.876	99.732
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(126)	5.818	100.000	105.692	205.779
6ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 338 mi	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(46)	1.455	50.000	51.409	51.414
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 304 mi	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(46)	1.455	50.000	51.409	51.414
3ª Emissão	Transirapé	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 175 mi	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(44)	1.455	50.000	51.411	51.416
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 240 mi	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(46)	1.455	50.000	51.409	51.414
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	1,70	Único no final	Semestral	(294)	21.512	600.000	621.218	622.573
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(9.289)	239.470	571.200	801.381	852.540
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(14.584)	376.814	898.800	1.261.030	1.341.539
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5 ICSD >= 1,20	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(27.175)	111.522	664.609	748.956	711.160
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(20.004)	2.752	618.495	601.243	570.812
10ª Emissão	EATE	mai/22	mai/27	110.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(309)	2.004	210.000	211.695	111.699
3ª Emissão	EBTE	mai/22	mai/27	45.000	Dívida líquida <= R\$ 240 mi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(155)	820	45.000	45.665	45.653
5ª Emissão	ETEP	mai/22	mai/27	35.000	Dívida líquida <= R\$ 304 mi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(132)	638	35.000	35.506	35.492

(*) A Companhia celebrou um contrato de SWAP junto ao Banco XP, trocando a taxa de juros de IPCA+6,50% pelo CDI, veja detalhes na nota explicativa nº 29.3.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Emissões	Empresas	Condições contratadas das debêntures								Controladora e Consolidado					
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Clausulas restritivas de indicadores financeiros	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	31/12/2024	31/12/2023
						Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos					31/12/2024	31/12/2023
Consolidado - Operacionais															
7ª Emissão	ECTE	mai/22	mai/27	60.000	Dívida Líquida <= R\$ 338 mi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(193)	1.093	60.000	60.900	60.894	
5ª Emissão	ENTE	mai/22	mai/27	30.000	Dívida Líquida <= R\$ 895 mi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(120)	547	30.000	30.427	30.412	
1ª Emissão	TME	mai/22	mai/27	240.000	Dívida Líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	1,70	Único no final	Semestral	(444)	3.513	240.000	243.069	242.989	
11ª Emissão	EATE	dez/23	dez/28	310.000	Dívida Líquida <= R\$ 2,1 bi	CDI	1,65	Bullet	Mensal	(925)	2.545	310.000	311.620	309.297	
6ª Emissão	ENTE	dez/23	dez/28	50.000	Dívida Líquida <= R\$ 895 mi	CDI	1,65	Bullet	Mensal	(204)	411	50.000	50.207	49.816	
1ª Emissão	Pitombeira	set/22	set/24	200.000	-	CDI	1,28	Único no final	Único no final	-	-	-	-	237.363	
1ª Emissão	EAP I	jan/24	dez/39	25.000	Dívida Líquida/EBITDA <= 4,5	IPCA	6,40	Semestral	Anual	(1.035)	64	26.097	25.126	-	
1ª Emissão	EAP II	jan/24	dez/38	55.000	Dívida Líquida/EBITDA <= 4,5	IPCA	6,40	Semestral	Anual	(2.006)	142	56.278	54.414	-	
2ª Emissão	AETE	jun/24	jun/30	116.000	ICSD >= 1,05	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(374)	539	108.618	108.783	-	
3ª Emissão	ETAP	jun/24	jun/30	170.000	ICSD >= 1,05	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(515)	804	162.274	162.563	-	
3ª Emissão	ETC	jun/24	jun/30	110.000	ICSD >= 1,05	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(347)	520	105.000	105.173	-	
1ª Emissão	ETEM	jun/24	jun/30	30.000	ICSD >= 1,05	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(109)	136	27.510	27.537	-	
2ª Emissão	ETES	jun/24	jun/30	50.000	ICSD >= 1,05	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(178)	227	45.850	45.899	-	
2ª Emissão	ETVG	jun/24	jun/30	50.000	ICSD >= 1,05	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(189)	227	45.850	45.888	-	
12ª Emissão	EATE	set/24	set/29	255.000	Dívida Líquida <= R\$ 2,1 bi	CDI	0,89	Bullet	Semestral	(951)	7.505	255.000	261.554	-	
8ª Emissão	ECTE	set/24	set/29	207.000	Dívida Líquida <= R\$ 338 mi	CDI	0,89	Bullet	Semestral	(808)	6.093	207.000	212.285	-	
7ª Emissão	ENTE	set/24	set/29	47.000	Dívida Líquida <= R\$ 895 mi	CDI	0,89	Bullet	Semestral	(268)	1.382	47.000	48.114	-	
6ª Emissão	ETEP	set/24	set/29	98.000	Dívida Líquida <= R\$ 304 mi	CDI	0,89	Bullet	Semestral	(437)	2.884	98.000	100.447	-	
Pré - Operacionais															
1ª Emissão	ELTE	out/22	out/25	500.000	Dívida Líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	1,35	Único no final	Semestral	-	-	-	-	512.041	
2ª Emissão	ELTE	jul/24	jul/39	650.000	Dívida Líquida/EBITDA <= 4,5	IPCA	6,42	Semestral	Semestral	(18.437)	29.815	650.000	661.378	-	
1ª Emissão	TECP	jul/24	jun/27	50.000	Dívida Líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	0,62	Único no final	Semestral	(175)	240	50.000	50.065	-	
Total Consolidado										(144.527)	1.238.892	8.970.886	10.065.251	9.434.653	
Circulante										(21.246)	389.746	1.051.347	1.419.847	1.663.287	
Não circulante										(123.281)	849.146	7.919.539	8.645.404	7.771.366	

Notas explicativas às demonstrações contábeis

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures. Existem emissões de debêntures cujos índices financeiros devem ser apurados de forma trimestral ou anual, e o não cumprimento de tais índices financeiros implica em vencimento antecipado não automático da dívida.

As debêntures da Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	665.030	666.826	9.434.653	9.116.488
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	824.669	-	2.710.687	358.481
Encargos financeiros	83.953	91.951	1.099.594	1.088.591
Amortização do principal	(648.500)	-	(2.259.432)	(301.130)
Amortização do encargos	(82.907)	(93.747)	(920.251)	(827.777)
Saldo final	842.245	665.030	10.065.251	9.434.653

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2024							
	Controladora							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
IPCA	9.266	-	-	-	-	-	-	857.888
(-) Custos a amortizar	(2.322)	(2.533)	(2.533)	(2.533)	(2.533)	(2.533)	(9.922)	(24.909)
	6.944	(2.533)	(2.533)	(2.533)	(2.533)	(2.533)	847.966	842.245

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2024							
	Consolidado							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
CDI	351.500	747.084	775.151	640.945	483.796	186.110	-	3.184.586
IPCA	1.089.593	636.112	647.394	1.619.347	597.963	103.533	2.331.250	7.025.192
(-) Custos a amortizar	(21.246)	(19.625)	(18.996)	(15.462)	(7.358)	(6.506)	(55.334)	(144.527)
	1.419.847	1.363.571	1.403.549	2.244.830	1.074.401	283.137	2.275.916	10.065.251

19. Passivo contratual com clientes

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$459.892 (R\$270.522 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a receita antecipada, que foi faturada e recebida pela controlada Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (“TCE”), em fase de construção e localizada na Colômbia, referente aos valores proporcionais do *Ingreso Anual Esperado*, equivalente a RAP no Brasil, a qual a TCE passou a ter direito a partir de dezembro de 2021, conforme Resolução CREG nº 015 de 2017. Considerando que a obrigação de desempenho de operar e manter o sistema de transmissão de energia não foi cumprido até o momento, os valores mensais faturados, estão sendo reconhecidos como Passivo de contrato no passivo não circulante. Esse reconhecimento representa a obrigação da TCE em cumprir com seus compromissos contratuais. O montante do Passivo de contrato que for sendo registrado até a entrada em operação comercial da TCE prevista para 2025, será após isso, reconhecido no resultado do exercício de forma linear até o prazo remanescente do contrato, cuja duração total é de 25 anos, contados a partir de 1º de dezembro de 2021, a medida que as condições de reconhecimento de receita forem sendo atendidas.

20. Provisões, Depósitos judiciais e Passivos contingentes

20.1. Provisões

	Controladora						
	31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Baixas	Remensuração	Pagamentos	31/12/2024
Provisão para contingências (f)							
Cível e fundiário	1.258	548	-	(17)	-	(1.789)	-
Trabalhista	5.479	685	-	(262)	-	-	5.902
	6.737	1.233	-	(279)	-	(1.789)	5.902

	Controladora						
	31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Baixas	Reclassificação	Pagamentos	31/12/2023
Provisão para contingências (f)							
Cível e fundiário	-	1.258	-	-	-	-	1.258
Trabalhista	1.877	2.254	1.348	-	-	-	5.479
	1.877	3.512	1.348	-	-	-	6.737

	Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Baixas	Remensuração	Pagamentos	31/12/2024
Provisões para constituição de ativos (a)	193.238	8.638	-	(47.802)	-	-	154.074
Provisões para compensações ambientais (b)	23.936	3.670	17	(2.388)	-	(320)	24.915
Provisão para desmobilização (c)	20.479		1.441	-	(7.409)	-	14.511
Provisão do uso do bem público (d)	27.800	-	3.934	-	-	(2.998)	28.736
Provisão para resarcimento (e)	2.472	25.026	109	-	-	-	27.607
Provisão para contingências (f)							
Tributário	2.026	-	287	-	-	-	2.313
Cível e fundiário	27.437	961	5.201	(431)	-	(1.789)	31.379
Trabalhista	6.878	1.870	24	(660)	-	(171)	7.941
	304.266	40.165	11.013	(51.281)	-	(5.278)	291.476
Circulante	114.891						98.085
Não circulante	189.375						193.391

	Consolidado						
	31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Baixas	Reclassificação	Pagamentos	31/12/2023
Provisões para constituição de ativos (a)	175.889	68.991	-	(46.119)	-	(5.523)	193.238
Provisões para compensações ambientais (b)	25.999	6.094	320	(6.111)	-	(2.366)	23.936
Provisão para desmobilização (c)	12.130	8.207	142	-	-	-	20.479
Provisão do uso do bem público (d)	26.834	-	3.826	-	-	(2.860)	27.800
Provisão para resarcimento (e)	-	4.024		(1.552)	-	-	2.472
Provisão para contingências (f)							
Tributário	1.790	-	236	-	-	-	2.026
Cível e fundiário	5.108	1.312	7	-	21.010	-	27.437
Trabalhista	3.534	3.064	1.363	(476)	-	(607)	6.878
	251.284	91.692	5.894	(54.258)	21.010	(11.356)	304.266
Circulante	94.699						114.891
Não circulante	156.585						189.375

- (a) As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou custo de construção, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

- (b) As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.
- (c) As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de cláusulas nos contratos de arrendamentos que determinam que as controladas EDV I, EDV X, EAP I e EAP II deverão, ao final do contrato, devolver o terreno nas mesmas condições em que receberam, à exceção das obras aterradas, como fundações e rede de água e esgoto. Os contratos de arrendamentos possuem duração de 35 anos, cujos vencimentos coincidem com os prazos de Autorização outorgados pela ANEEL demonstrados na nota explicativa nº 1. As premissas para a estimativa dos custos de desmontagem da provisão para desmobilização são baseadas utilizando a tecnologia hoje existente, a preços correntes inflacionados pelo IPCA até o fim do contrato, e descontada utilizando a taxa de desconto real de 6% a.a. em média. A provisão para desmobilização foi reconhecida inicialmente em contrapartida ao Ativo Imobilizado e qualquer mudança na estimativa de fluxo de caixa para desembolso da obrigação ou na taxa de desconto, será registrada em contrapartida ao Ativo Imobilizado, conforme determinado pelo ICPC 12/IFRIC 1. O Ajuste a valor presente é reconhecido no resultado.
- (d) O UBP (Uso do Bem Público) corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Ferreira Gomes, Foz do Rio Claro e Ijuí calculados até o final dos contratos de concessão, e reconhecidos a valor presente, cuja taxa de desconto aplicada foi de 9,9%. O UBP é pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial, reajustado anualmente pelo IPCA.
- (e) Os parques eólicos das controladas EDVs operam com os leilões de Energia de Reserva (LER) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa do leilão, incluindo aplicação de bônus ou penalidades de acordo com as faixas de desvio. Os desvios negativos de geração são apresentados como Provisão de Ressarcimento, já os desvios positivos de geração são apresentados na rubrica de Contas a Receber, ambos têm como contrapartida a Receita de Suprimento de energia elétrica. Os limites para exposições positivas e negativas de geração de energia são divididos da seguinte forma: (i) a Quadrienal cuja faixa é entre 90% a 100% ou entre 101% a 130%; e (ii) a Anual cuja faixa é de menor que 90% ou maior que 130%. A faixa Quadrienal é acumulada durante quatro anos e o saldo de energia em megawatt, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, e a faixa Anual é acumulada durante o ano e o saldo, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, ambos pelos preços megawatt/hora vigentes à época da apuração do ciclo. Diante deste cenário, temos provisões que estão em formação e provisões formadas, ou seja, que o ciclo de apuração foi finalizado.
- (f) Provisão para contingências: a Administração da Companhia e suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso. Em 31 de dezembro de 2024, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes principais assuntos:

Tributário

As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão.

Cível

As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de supostos serviços adicionais, originários de contratos decorrentes da implantação dos empreendimentos, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados.

Trabalhista

A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade etc. relacionados a ex-colaboradores.

20.2. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributário	-	-	7.331	5.950
Cível	18	5	5.388	5.639
Fundiário	-	-	817	975
Trabalhista	731	739	2.094	2.669
Regulatório (ANEEL)	-	-	26	28
	749	744	15.656	15.261
Circulante	-	-	120	384
Não circulante	749	744	15.536	14.877

20.3. Passivos contingentes

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2024, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais				
Tributário	42	52.228	38	44.612
Cível, Ambiental e Fundiário	64	329.743	53	304.698
Trabalhista	70	5.573	67	4.686
Regulatório	3	962	7	734
	179	388.506	165	354.730

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R\$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Resumo dos principais processos com risco de perda possível:

i) Tributário:

- Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de lançamento de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas financeiras com o pagamento de juros relativos às debêntures emitidas. O valor em risco aproximado é de R\$20.500 (R\$18.815 em 31 de dezembro de 2023);
- Processo Administrativo nº 15746720203202021 - em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$11.676 (R\$10.918 em 31 de dezembro de 2023); e
- Processo Administrativo nº 19515722963201238 – em face da controlada EATE. Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - Omissão de Receitas - Período de 2007. O valor em risco aproximado é de R\$6.358 (R\$5.728 em 31 de dezembro de 2023).

ii) Ambiental e Cível:

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$130.874 (R\$111.824 em 31 de dezembro de 2023);

A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2), no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$180 (R\$154 em 31 de dezembro de 2023);
- Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$171;
- Auto de Infração Ambiental nº 016154 - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$21.471 (R\$18.345 em 31 de dezembro de 2023);
- Auto de Infração Ambiental nº 016158 - lavrado em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$9.201 (R\$7.862 em 31 de dezembro de 2023);
- Auto de Infração Ambiental nº 41971 (3200010472008) - lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$7.944 (R\$6.788 em 31 de dezembro de 2023);
- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 - proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00103807020164013100 (antigo nº 00013863320168030006) - proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados à evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo MP. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o MPE provedeu a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de resposta à acusação. O valor em risco não pode ser estimado;

- Ação Ordinária nº 5013784-97.2020.8.13.0105 - proposta pelo proprietário das terras, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Governador Valadares. Trata-se de ação interposta em face da controlada TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A., que visa a Revogação de Liminar de Imissão Provisória na Posse c/c Manutenção na Posse, Danos Morais, Ambientais e Lucros Cessantes, vinculada à Ação de Instituição de Servidão Administrativa nº 5007124-24.2019.8.13.0105. O valor em risco aproximado é de R\$26.107 (R\$24.959 em 31 de dezembro de 2023);
- Ações JEC – Evento “apagão 2020”: tratam-se de 2.223 ações de indenização por danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no “apagão” ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$84.000 (R\$78.691 em 31 de dezembro de 2023);
- Auto de Infração Ambiental nº 9137295-E (02553.000295/2018-21) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, pela controlada em conjunto Transnorte Energia S.A., supostamente, ter descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Operação. O valor em risco aproximado é de R\$7.593;
- Processo Administrativo nº 02001003498201572 – em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A (TNE). Trata-se de Auto de Infração Ambiental nº 9073335 série 'E', lavrado em decorrência do suposto não atendimento da condicionante 2.1, itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.5 e 2.1.6, estabelecida na Licença de Instalação nº 968/2013, da Subestação Boa Vista - Compensador Estático. O valor em risco aproximado é de R\$21.139;
- Processo Administrativo nº 02553000294201886 – em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A (TNE). Trata-se de Auto de Infração Ambiental nº 9137296, lavrado pelo IBAMA, por suspostamente "deixar de atender as condicionantes 1.1, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.9, 2.1.10, 2.2 e 2.3 estabelecidas na Licença de Instalação nº 968/2013. O valor em risco aproximado é de R\$16.348; e
- Processo Administrativo nº 02001003494201594 – em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A (TNE). Trata-se de Auto de Infração Ambiental nº 9137295, lavrado pelo IBAMA, por suspostamente "deixar de atender as condicionantes 2.1.3 e 2.1.4 estabelecidas na Licença de Operação nº 1294/2013. O valor em risco aproximado é de R\$14.403.

iii) Arbitragem:

- Procedimento Arbitral: instaurado em face da ETB para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$80.342 (R\$73.351 em 31 de dezembro de 2023);
- Procedimento Arbitral: instaurado em face da controlada ETC para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$15.100 (R\$13.660 em 31 de dezembro de 2023); e
- Procedimento Arbitral: instaurado pela Transnorte Energia S.A. (TNE), com o objetivo de determinar o valor do reequilíbrio econômico-financeiro integral do Contrato de Concessão nº 003/2012 – ANEEL.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, exceto por aquelas que, no entendimento da Administração, são importantes para os negócios da Companhia e suas controladas, descritas abaixo:

(i) Arbitragem:

• Processo Arbitral: as controladas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. celebraram contratos de fornecimento de energia distintos, por meio dos quais estas deveriam fornecer, certas quantidades de energia por mês. Tais contratos foram cedidos parcialmente a terceiros, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Lavrinhas e Queluz ingressaram com ações de execução contra as empresas cedentes e as cessionárias, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais. Tendo vista que os contratos de fornecimento de energia possuíam cláusula arbitral, as cedentes, para poder apresentar seus embargos de devedor, instauraram procedimentos arbitrais, requerendo o reequilíbrio dos contratos ou as suas resoluções para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas e Queluz figurem no polo passivo destas arbitragens, elas também são as credoras dos contratos de fornecimento de energia. Processo de natureza arbitral com valor inestimável, considerando a ausência de parâmetros objetivos no pedido postulado pela parte adversa.

21. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era no valor total de R\$3.673.568 (R\$3.310.783 em 31 de dezembro de 2023), e a quantidade de ações está representado conforme abaixo:

31/12/2024					
Ordinárias		Preferenciais		Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas					
Controladores	494.189.166	76,54	1.815.936	0,60	496.005.102 52,16
Outros (free float)	151.478.409	23,46	303.363.221	99,40	454.841.630 47,84
Total das ações	645.667.575	100,00	305.179.157	100,00	950.846.732 100,00

31/12/2023					
Ordinárias		Preferenciais		Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas					
Controladores	475.181.894	76,54	1.745.228	0,59	476.927.122 52,16
Outros (free float)	145.652.313	23,46	291.696.269	99,41	437.348.582 47,84
Total das ações	620.834.207	100,00	293.441.497	100,00	914.275.704 100,00

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$362.785, mediante a capitalização de parte do saldo contábil da Reserva de Investimentos, com a emissão de 36.571.028 novas ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 24.833.368 ações ordinárias e 11.737.660 ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de *Units* à razão de 4%, ou seja, na proporção de 4 (quatro) novas ações para cada 100 (cem) ações possuídas, independentemente de sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. A partir do dia 22 de abril de 2024, as ações e *Units* foram negociadas “ex” direito à bonificação, sendo que as novas ações ou *Units*, conforme o caso, foram incluídas na posição dos acionistas em 24 de abril de 2024.

O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$9,92 por ação, independentemente da espécie, ou R\$29,76 por *Unit* (representativas cada uma de uma ação ordinária e duas ações preferenciais) para os fins do disposto no artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

O aumento de capital teve por objetivo: (i) atender a obrigação legal imposta pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não podem ultrapassar o capital social; e (ii) aumentar a liquidez das ações em decorrência do ajuste do valor de sua cotação no mercado, uma vez que a negociação a um patamar mais acessível combinada com uma maior quantidade de ações em circulação gerou, potencialmente, mais negócios e maior volume financeiro, o que resultou em criação de valor aos acionistas.

- c) A Reserva de lucros no valor de R\$4.444.246 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.996.686 em 31 de dezembro de 2023) é composta pela:
 - c.1) Reserva legal no valor de R\$420.491 em 31 de dezembro de 2024 (R\$366.186 em 31 de dezembro de 2023): de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
 - c.2) Reserva de investimentos no valor de R\$3.809.896 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.416.641 em 31 de dezembro de 2023): os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.
 - c.3) Reserva de lucros a realizar no valor de R\$211.869 em 31 de dezembro de 2024 (R\$213.859 em 31 de dezembro de 2023): refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório que excede a parcela realizada do lucro líquido dos exercícios de 2020, 2021 e 2022, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

Excesso de reserva de lucros

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2024 excesso de reserva de lucros no valor de R\$689.404. O Estatuto Social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social. Portanto a resolução de tal excesso, será deliberado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 16 de abril de 2025.

- d) Reserva de capital
 - As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda obtidos na compra e venda de ações dos acionistas não controladores e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Ganho (perda) em transação de capital		
EATE	86.821	86.821
ECTE	(3.915)	(3.915)
Lavrinhas	(4.747)	(4.747)
Queluz	(3.000)	(3.000)
Foz	(50.853)	(50.853)
APAETE	4.643	4.643
TME	(27.823)	(27.823)
TCC	79.610	79.610
TPE	109.843	109.843
TSM	33.088	33.088
Ijuí	(207.224)	(207.224)
ETB	50.394	50.394
	66.837	66.837
Reserva para reinvestimento		
ENTE	466	466
ETEP	57	57
	523	523
	67.360	67.360

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Referem-se ao ganho e perda na conversão das informações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, Resultado de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes e Hedge de fluxo de caixa de instrumentos financeiros designados como hedge accounting, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	45.937	45.492	37.348	36.057
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos líquidos no exterior (i)				
La Virgen	3.525	(2.806)	12.984	(1.960)
Risaralda	17	(73)	17	(73)
Alupar Peru	55.458	(9.322)	55.458	(9.322)
Alupar Chile	703	-	703	-
Alupar Colômbia	5.006	7.571	5.006	7.571
Subtotal - Ajustes acumulados de conversão	64.709	(4.630)	74.168	(3.784)
Outros resultados abrangentes				
Resultado de equivalência patrimonial (ii)	21.200	5.075	-	-
Hedge de fluxo de caixa (ii)	(40.255)	-	(13.350)	7.250
Compras previstas altamente prováveis	-	-	8.333	-
SWAP de taxa de juros	(40.255)	-	(21.683)	7.250
Imposto de renda diferido (ii)	12.781	-	7.076	(2.175)
Saldo no fim do exercício	104.372	45.937	105.242	37.348
Atribuído aos acionistas controladores			104.372	45.937
Atribuído aos acionistas não controladores			870	(8.589)

- (i) Os montantes acumulados de variações cambiais relacionadas a ajustes de conversão de controladas no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, apenas no momento da baixa de controlada no exterior, ou na perda de controle.
- (ii) As controladas TCE, TAP e TPC designaram instrumentos financeiros derivativos como hedge accounting de fluxo de caixa e a variação do valor justo de tais instrumentos financeiros são reconhecidos em Outros resultados abrangentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.3. Consequentemente, a Companhia reconhece a sua participação em tal operação por conta do método de equivalência patrimonial.

f) Destinação do resultado

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.086.090	694.063
Destinações para:		
Reserva legal	54.305	34.703
Dividendos intercalares inputados ao mínimo obrigatório	199.678	109.713
Dividendos obrigatórios	58.268	55.127
Dividendos adicionais	15.809	8.872
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	758.030	485.648
Dividendos declarados da Reserva de lucros a realizar	1.990	173.712
Dividendos totais declarados	275.745	347.424
Porcentagem de dividendos sobre o Lucro do exercício	25%	50%

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 202, inciso II, da Lei nº 6.404/76, o valor do dividendo mínimo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei). Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício após a destinação da reserva legal de 5%, que excede a soma do resultado positivo de equivalência patrimonial, descontados dos dividendos intermediários recebidos das controladas. Durante o exercício de 2023, a Companhia realizou parte dos dividendos obrigatórios destinados anteriormente à conta de Reserva de Lucros a Realizar, no montante de R\$173.712, e reclassificou esse montante para a rubrica de “Dividendos a Pagar”, conforme determina o artigo 202 item III da Lei nº 6.404/76.

A seguir detalhamos os dividendos declarados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Data de Aprovação	Data Ex-Dividendos	Data Record ¹	Data de Pagamento	Valor total	Por ação (R\$)	Por Unit (R\$)
Conselho de Administração	09/05/2024	16/05/2024	15/05/2024	08/07/2024	66.559	0,07	0,21
Conselho de Administração	08/08/2024	16/08/2024	15/08/2024	07/10/2024	57.051	0,06	0,18
Conselho de Administração	07/11/2024	15/11/2024	14/11/2024	06/01/2025	76.068	0,08	0,24
Recomendação do Cons. de Administração ²	16/04/2025	17/04/2025	16/04/2025	15/06/2025	76.068	0,08	0,24

¹ Data Record: data base para o direito ao recebimento do dividendo. ² conforme RCA de 26 de março de 2025.

22. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Consolidado	
Exercício findo em	
31/12/2024	31/12/2023

Numerador:

Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.086.090	694.063
---	-----------	---------

Denominador (em milhares de ações)

Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	637.843	613.311
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	301.481	289.886

Lucro por ação

Lucro básico e diluído por ação ordinária (*)	1,15625	0,76845
Lucro básico e diluído por ação preferencial (*)	1,15625	0,76845

(*) A Companhia não possui instrumentos dilutivos, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou bônus de subscrição.

23. Receita operacional líquida e Outras receitas operacionais

Controladora		Consolidado	
Exercício findo em		Exercício findo em	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

Receita operacional bruta

Receita de operação e manutenção (Nota 9)	-	-	622.688	606.157
Receita de infraestrutura - Ativo Contratual (Nota 9)	-	-	384.451	208.102
Receita de infraestrutura - Intangível	-	-	56.414	-
Remuneração financeira do ativo de concessão (Nota 9)	-	-	2.488.062	1.997.004
Suprimento de energia (Nota 24)	96.889	105.959	880.696	816.183
Ressarcimento eólicas em formação	-	-	(25.026)	-
Outras receitas	-	-	4.916	6.459
Comissão de aval - Partes relacionadas (Nota 28)	57.500	58.605	-	-
Total - Receita operacional bruta	154.389	164.564	4.412.201	3.633.905

Tributos sobre a receita operacional bruta

Programa de Integração Social - PIS	(2.374)	(2.206)	(46.958)	(43.906)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(10.935)	(9.654)	(216.950)	(181.064)
Pis e Cofins - Diferidos	-	-	(72.598)	(33.119)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	(578)	(92)
Imposto sobre Serviços - ISS	(2.381)	(2.496)	(2.694)	(2.792)
Total - Tributos sobre a receita operacional bruta	(15.690)	(14.356)	(339.778)	(260.973)

Encargos regulatórios

Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(29.547)	(27.855)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(11.596)	(11.135)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	-	-	(11.595)	(11.133)
Ministério de minas e energia - MME	-	-	(5.799)	(5.567)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	(13.593)	(12.895)
TFSSE e RGR Diferido	-	-	1.811	7.034
Total - Encargos regulatórios	-	-	(70.319)	(61.551)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(15.690)	(14.356)	(410.097)	(322.524)
Total - Receita operacional líquida	138.699	150.208	4.002.104	3.311.381

Outras receitas operacionais

Ganho pela revisão tarifária (Nota 9)	-	-	21.620	52.899
Outras receitas operacionais	(10)	-	2.621	5.020
Subtotal - Outras receitas operacionais bruta	(10)	-	24.241	57.959
(-) Impostos sobre outras receitas operacionais	-	-	(2.183)	(6.347)
Total - Outras receitas operacionais	(10)	-	22.058	51.612

a) A seguir apresentamos as margens do segmento de transmissão de cada obrigação de desempenho:

Consolidado	
Exercício findo em	
31/12/2024	31/12/2023

Implementação de infraestrutura

Receita de infraestrutura	440.865	208.102
Custo de infraestrutura	(433.488)	(269.565)
Margem	7.377	(61.463)

% Margem percebida 1,67% -29,54%

Operação & Manutenção

Receita de operação e manutenção	622.688	606.157
Custo de operação e manutenção	(165.146)	(156.600)
Margem	457.542	449.557

% Margem percebida 73,48% 74,17%

A variação na margem de construção percebida refere-se ao projeto da ELTE que sofreu mudanças no cronograma das obras sendo necessário ajustes nos custos estimados para conclusão do projeto cujos os efeitos foram reconhecidos em 2023, e refere-se a construção dos novos projetos das controladas TECP, TAP e TPC que se iniciou em 2024.

24. Suprimento de energia e energia comprada para revenda

Controladora					
Exercício findo em					
31/12/2024			31/12/2023		
MWh	Preço Médio	Valor	MWh	Preço Médio	Valor

Suprimento de energia

Ambiente livre - comercialização	379.896	128,32	48.749	341.904	180,14	61.590
Ambiente livre - partes relacionadas	55.224	146,24	8.076	92.300	77,88	7.188
Ambiente regulado	466.221	83,78	39.062	166.440	210,00	34.952
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	1.002	-	-	2.229
Total			96.889			105.959

Energia comprada para revenda

Ambiente livre	(317.052)	163,43	(51.817)	(262.915)	67,27	(17.685)
Ambiente livre - partes relacionadas	(566.724)	246,22	(139.540)	(341.332)	259,22	(88.481)
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(497)	-	-	(2.581)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	16.406	-	-	9.598
Total			(175.448)			(99.149)

	Consolidado					
	Exercício findo em					
	31/12/2024		31/12/2023		MWh (*)	Preço Médio
	MWh	Preço Médio	Valor			
Suprimento de energia						
Ambiente livre	780.364	312,61	243.952	570.350	354,19	202.011
Ambiente livre - comercialização	855.608	154,05	131.806	841.322	160,92	135.383
Ambiente regulado	2.504.986	193,55	484.849	2.199.483	209,63	461.081
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	20.089	-	-	17.708
Total			880.696			816.183
Energia comprada para revenda						
Ambiente livre	(937.242)	139,44	(130.693)	(662.527)	71,99	(47.698)
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(10.452)	-	-	(13.665)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	21.849	-	-	11.080
Total			(119.296)			(50.283)

25. Custos e despesas por função e natureza

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica (nota 24)				
Encargos do uso da rede elétrica - TUSD/TUST	(175.448)	(99.149)	(119.296)	(50.283)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(52.287)	(47.613)
Depreciação e amortização	-	-	(10.419)	(9.367)
Obrigações com pessoal	(565)	(2.014)	(178.155)	(153.912)
Remuneração dos diretores e conselheiros	(19.291)	(18.218)	(187.753)	(169.749)
Materiais	(14.999)	(14.474)	(38.279)	(34.279)
Serviços de terceiros	(147)	(158)	(120.904)	(161.988)
Provisões para contingências	(5.161)	(12.397)	(451.404)	(219.373)
Aluguéis	(954)	(4.860)	(7.038)	(5.172)
Seguros	(269)	(2.456)	(15.647)	(19.516)
Doações e contribuições	(38)	(779)	(28.174)	(27.007)
Tributos e taxas	(361)	(403)	(9.149)	(8.427)
Encargos financeiros, líquidos	(686)	(1.148)	(495)	(16.221)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(34.967)	(28.970)
Perda na revisão tarifaria, liquida de impostos (Nota 9)	-	-	(4.450)	-
Outros	-	-	(41)	(60.972)
Total dos custos e despesas por natureza	(233)	(511)	(22.071)	(33.617)
Total dos custos e despesas por natureza	(218.152)	(156.567)	(1.280.529)	(1.046.466)
Custo dos serviços prestados	(175.448)	(99.149)	(661.485)	(528.202)
Custo de infraestrutura	-	-	(433.488)	(269.565)
Despesas gerais e administrativas	(42.704)	(57.418)	(178.570)	(184.665)
Outras despesas operacionais	-	-	(6.986)	(64.034)
Total dos custos e despesas por função	(218.152)	(156.567)	(1.280.529)	(1.046.466)

26. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras, líquida de impostos	96.477	93.802	297.142	262.317
Atualização monetária	3.943	2.352	13.547	11.258
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.997	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.664	-	2.664	-
Outras receitas com partes relacionadas (nota 28)	3.149	1.010	-	-
Outras receitas financeiras	101	292	3.338	8.376
Total	106.334	97.456	318.688	281.951
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre dívida	(83.953)	(91.951)	(1.218.032)	(1.162.967)
Ganho (perda) na variação cambial	2.765	(3.699)	(15.818)	32.661
Atualização monetária	-	-	(12.296)	(6.211)
Juros sobre arrendamentos	(27)	(61)	(4.370)	(3.246)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(353)
Instrumentos financeiros derivativos (MTM)	-	-	(107)	-
Encargos sobre opções outorgadas	(157)	(22)	(541)	(79)
Despesas bancárias	(329)	(736)	(6.244)	(15.895)
Outras despesas financeiras	(1.153)	(812)	(12.399)	(3.293)
Total	(82.854)	(97.281)	(1.269.807)	(1.159.383)
Resultado financeiro líquido	23.480	175	(951.119)	(877.432)

27. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social corrente registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	56.555	45.864	114.376	97.457
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	519	2.604	3.521	4.818
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.177	-	26.855	13.295
Total de Imposto de renda e contribuição social compensáveis	59.251	48.468	144.752	115.570
Circulante	59.251	48.468	134.668	112.383
Não circulante	-	-	10.084	3.187
Impostos e contribuições a pagar				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	385	18.323	15.990
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	43.132	47.561
Total de Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	385	61.455	63.551

b) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	57.821	42.962	6.791	2.816
Ativo contratual da concessão	(2.800.586)	(2.877.923)	74.132	(129.827)
Direito de extensão da outorga (intangível)	(19.868)	(20.738)	1.242	1.381
Arrendamento	1.562	1.309	240	270
Diferimento Art. 69 Lei 12.973	32.690	50.387	(5.005)	(3.046)
Lucro não realizado	18.474	18.834	(360)	(928)
Depreciação fiscal	(97.695)	(68.114)	8.715	(27.660)
Limite de despesas com juros	33.042	19.683	(15.107)	7.672
Provisões	1.941	3.674	(722)	1.564
Transações em moeda estrangeira	(1.807)	1.534	(3.333)	(8.668)
Instrumentos financeiros derivativos	3.491	(3.585)	41	-
Outros	262	(5)	(1.667)	(24.325)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(2.770.673)	(2.831.982)	64.967	(180.751)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	110.608	58.800		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(2.881.281)	(2.890.782)		

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973/2014, são: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE, TME e ETVG. As empresas Foz do Rio Claro, AF Energia, ELTE, TCC, TPE, ETB, Verde 8 e Risaralda possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

Ativos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas acumulam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam ativos fiscais diferidos, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia e de certas controladas não tem expectativa de base tributável de resultados que garantam a realização.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Base de cálculo	Efeito contábil						
Prejuízo fiscal	626.547	156.637	621.630	155.407	786.017	197.709	701.531	175.997
Base negativa de contribuição social	664.080	59.767	654.779	58.930	811.957	73.077	728.550	65.568

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

- c) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

a) Composição dos tributos no resultado:

Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(890)	(146.578)	(148.526)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.180	-	64.967	(180.751)
Total	3.180	(890)	(81.611)	(329.277)

b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:

Resultado antes dos tributos

Alíquota nominal	1.082.910	694.953	1.941.517	1.480.263
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
	(368.189)	(236.284)	(660.116)	(503.289)

Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:

Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE	-	-	169.621	177.859
Doações - Lei Rouanet/Esport/FIA	-	-	4.366	2.973
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	1.068	487	624	1.098
Resultado de equivalência patrimonial	387.224	238.387	50.661	(13.997)
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	3.180	180	(10.601)	181
Prejuízo fiscal do período para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(2.606)	-	(9.106)	-
Efeito da alíquota de lucro presumido	-	-	102.290	69.029
Efeito da alíquota das empresas localizadas no exterior	-	-	(35.637)	(13.298)
Ajuste de períodos anteriores	-	(504)	24	(262)
Mudança para alíquota reduzida de imposto de renda diferido	-	-	304.560	(51.786)
Juros sobre o capital próprio	(18.020)	-	-	-
Outras	523	(3.156)	1.703	2.215
Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.180	(890)	(81.611)	(329.277)

c) Alíquota efetiva

-0,3%	0,1%	4,2%	22,2%
-------	------	------	-------

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ocorreu mudança para alíquota reduzida do imposto de renda e consequentemente o imposto de renda diferido foi remensurado. A mudança ocorreu por conta do incentivo fiscal federal SUDAM/SUDENE das controladas EATE, TME e ETVG que renovaram o incentivo a partir de 2024. Incentivos fiscais SUDAM/SUDENE garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

- a) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Empresas	Referente Ano Fiscal 2024				
	Aliquota de PIS e Cofins	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal de ICMS até:	Regime de tributação
Controladas					
ACE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AETE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
AF	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Agua Limpa	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	-	-	-	(***)
Alupar Colombia	Não aplicável	-	-	-	(***)
Alupar Peru	Não aplicável	-	-	-	(***)
EAP I (**)	9,25%	2022	-	-	Lucro Real
EAP II (**)	9,25%	2022	-	-	Lucro Real
EAP III	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP IV	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP V	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VI	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VII	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2033	-	Lucro Real
EBTE	9,25%	-	2031	-	Lucro Real
ECTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	-	-	Lucro Real
EDTE	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
EDV I (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV II (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV III (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV IV (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV X (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ELTE	9,25%	2027	-	-	Lucro Real
ENTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ERTE (*)	3,65%	-	2024	-	Lucro Presumido
ESDE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESTE	9,25%	-	2032	-	Lucro Real
ETAP	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
ETB	9,25%	2022	2030	2020	Lucro Real
ETC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ETEM	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETEP (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ETES	9,25%	2024	2030	-	Lucro Real
ETSE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ETVG	9,25%	-	2034	-	Lucro Real
Ferreira Gomes (**)	9,25%	-	2026	-	Lucro Real
Foz (**)	9,25%	-	-	-	Lucro Real
GET	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Ijuí (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Iracema	9,25%	-	-	-	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	-	-	-	(***)
Lavrinhás (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Lumitrans	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Queluz (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Risaralda	Não aplicável	-	-	-	(***)
STC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
STN	9,25%	-	2025	-	Lucro Real
TAP	9,25%	2029	-	-	Lucro Real
TCC	9,25%	2022	2031	2020	Lucro Real
TCE	Não aplicável	-	-	-	(***)
TECP	9,25%	2028	-	-	Lucro Real
TEL	Não aplicável	-	-	-	(***)
TME	9,25%	-	2034	-	Lucro Real
TPE	9,25%	2022	2031	2020	Lucro Real
TPC	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Transirapé	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transleste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transminas	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Transudeste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TSM	9,25%	2023	-	-	Lucro Real
UFV Pitombeira	9,25%	2023	-	-	Lucro Real
Verde 8 (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Winedpar	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Controlada em conjunto					
TNE	9,25%	2027	-	-	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidos à dedução de 3,65% Pis/Cofins. (**) Em 08 de outubro de 2018 foi publicado no D.O. o reconhecimento do regime especial

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

de tributação aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei nº 10.637/2002, no qual a empresa passou a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS e COFINS. (***) O regime de tributação das controladas do exterior seguem as determinações da legislação fiscal de seus respectivos países.

28. Partes relacionadas

- a) Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Balanço patrimonial				
Contas a receber	10.201	5.260	-	-
Verde 08 - Venda de energia ambiente livre (iii)	372	242	-	-
Ferreira Gomes - Venda de energia ambiente livre (iii)	-	595	-	-
La Virgen - comissão de aval (iv)	6.169	303	-	-
TPE - comissão de aval (iv)	1.547	1.757	-	-
ETB - comissão de aval (iv)	1.131	1.247	-	-
TCC - comissão de aval (iv)	983	1.116	-	-
Outros ativos	45.953	26.418	-	-
Alupar Peru - reembolso de despesas bancárias	638	274	-	-
Alupar Colombia - reembolso de despesas bancárias	117	-	-	-
TCE - reembolso de despesas bancárias	101	83	-	-
EAPs - reembolso de despesas	8.374	8.383	-	-
Risaralda - Mútuo (vi)	3.844	-	-	-
Alupar Colômbia - Mútuo (v)	32.879	17.678	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.991	293
Gentermo Participações	-	-	169	293
Perfin	-	-	1.822	-
Passivo				
Fornecedores - Compra de energia ambiente livre (i)	18.059	7.935	-	-
EAP II	563	-	-	-
EAP I	1.696	451	-	-
Ferreira Gomes	15.800	7.484	-	-
Dividendos a pagar (ii)	136.335	274.289	212.516	331.379
Acionistas controladores	71.119	133.543	71.119	133.543
Acionistas minoritários da controladora	65.216	140.746	65.216	140.746
Acionistas não controladores	-	-	76.181	57.090

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Parte relacionada / natureza da transação	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023

Demonstração do resultado

Receita operacional bruta	65.576	65.793
Ferreira Gomes - Suprimento de energia (iii)	1.642	4.335
Pitombeira - Suprimento de energia (iii)	2.038	-
Verde 8 - Suprimento de energia (iii)	4.396	2.853
TPE - comissão de aval (iv)	20.164	21.264
ETB - comissão de aval (iv)	14.392	14.644
TCC - comissão de aval (iv)	13.068	13.513
La Virgen - comissão de aval (iv)	9.876	9.184
Custo - Energia comprada para revenda (i)	(139.540)	(88.481)
Ferreira Gomes	(109.691)	(86.157)
EAP I	(21.946)	(2.324)
EAP II	(7.253)	-
Pitombeira	(650)	-
Receitas financeiras	3.149	1.010
Alupar Colômbia - Mútuo (v)	2.786	1.010
Risaralda - Mútuo (vi)	363	-

- i) Refere-se a compra de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos de venda de outras controladas, conforme preço médio de compra demonstrado na nota explicativa nº 24;
 - ii) Refere-se aos dividendos a pagar pela Companhia e suas controladas aos acionistas;
 - iii) Refere-se a venda de energia da Alupar para suas controladas em decorrência da necessidade das mesmas de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24;
 - iv) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos/financiamentos, prestados pela Alupar em favor das controladas, cuja remuneração cobrada é de 1,55% ao ano do saldo garantido pela Alupar, devida a partir da entrada em operação comercial do empreendimento até o término da fiança. As condições comerciais foram aprovadas tanto pela ANEEL quanto pelos acionistas não controladores dessas controladas. Em relação a controlada La Virgen, a remuneração cobrada é de 2,00% ao ano do saldo garantido da Alupar desde o início de sua construção.
 - v) Refere-se a dois contratos de mútuos entre a Alupar e sua controlada Alupar Colômbia, respectivamente, firmados nos dias 25 de abril de 2022 e 5 de março de 2024, pelos valores totais de US\$3.300 mil e COP\$14.161.500 mil, com juros de 7,50% a.a., e 14,84% a.a., com vencimentos em 1º de dezembro de 2030 e 5 de março de 2031.
 - vi) Refere-se a contrato de mútuo firmado entre a Alupar e sua controlada indireta Risaralda, em 6 de março de 2024, no valor total de até COP\$5.000.000 mil, com juros de 13,56% a.a. e o vencimento para 6 de março de 2029.
- b) Garantias
- b.1) As transações de garantias entre Companhia e suas controladas referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato nº/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Inicio do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/24
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/12	15/04/31	151.433
18/02/09	Conselho de Administração	Ijui	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	168.200	18/02/09	15/09/27	42.018
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhos	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	3.273
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhos	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	445
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	831
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	182
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	2.177
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas / EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	786
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.029	10/03/05	10/02/25	172
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	412
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	187.565
16/08/18	Assembleia Geral Extraordinária	ETAP	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	114.700	16/08/18	15/09/25	81.348
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TCC	Alupar	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadora	680.000	15/09/18	15/09/28	801.381
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TPE	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	1.070.000	15/09/18	15/09/28	1.261.030
16/08/18	Assembleia Geral Extraordinária	ETC	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	85.300	16/08/18	15/09/25	60.499
14/12/15	Conselho de Administração	EDV I	Alupar / Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL ou ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuo e fianca corporativa.	57.990	11/02/16	15/10/32	42.143
		EDV II				32.220	11/02/16	15/10/32	23.279
		EDV III				49.007	11/02/16	15/10/32	35.595
		EDV IV				81.047	11/02/16	15/10/32	54.621
		EDV X				47.042	11/02/16	15/10/32	29.837
21/11/16	AGE / Conselho de Administração	Windepar	Alupar, EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emisora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR); quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mutuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos,	67.500	15/12/16	15/12/28	62.112
-	-	Verde 8	Alupar	2ª Debêntures Verde 08	Fiadora	140.000	15/07/18	15/07/25	201.604
06/11/19	Assembleia Geral Extraordinária	EDV I	Alupar / Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESÃO; b) os CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEs ACL ou ACR; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPEs, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados;	14.700	10/12/19	15/10/32	12.840
		EDV II			II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mutuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10.100	10/12/19	15/10/32	7.330
		EDV III				10.400	10/12/19	15/10/32	9.077
		EDV IV				11.900	10/12/19	15/10/32	10.048
		EDV X				12.900	10/12/19	15/10/32	11.259
04/12/18	Assembleia Geral Extraordinária	EDTE	Alupar, TAESA e ENTE	2ª Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiadora	315.000	04/12/18	15/12/28	375.756
10/12/19	Assembleia Geral Extraordinária	ESTE	Alupar, TAESA, EATE e AF Energia	1ª Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	415.000	10/12/19	15/12/44	601.243
-	-	Alupar Peru	Alupar	Contrato de empréstimo Banco Itaú	Aval Corporativo em favor do Banco Itaú	USD 7.500	27/11/23	30/11/26	78.069
-	-	Alupar Peru	Alupar	Contrato de empréstimo Banco Santander	Aval Corporativo em favor do Banco Santander	USD 35.000	02/12/21	06/12/27	218.566
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de empréstimo BTG	Garantir as obrigações do Garantido nos Contratos de Crédito concedidos pelo Banco BTG	COP \$19.215.000	20/07/22	20/10/25	27.667
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de financiamento MUFG Bank	O FIADOR constitui-se fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a AFIANÇADA por todas as obrigações contraídas pela AFIANÇADA perante o BENEFICIÁRIO decorrentes da Operação Financeira, caso Standby Letter of Credit seja executada por MUFG Union Bank, N.A. o seu cessionário das ("Obrigações Garantidas"), respondendo pelo valor máximo de principal de USD\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares americanos), além de todos os encargos, contratuais, fiscais ou de outra natureza sobre eles incidentes, inclusive despesas e penalidades.	USD \$25.000	18/07/22	10/07/27	759.852

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato nº/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Ínicio do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/24
-	-	TCE	Alupar	Contrato de financiamento MUFG Bank	O Fiador qualificado no preâmbulo da presente Carta de Fiança constitui-se fiador e principal pagador, e solidariamente responsável com a Afiangada por todas as obrigações, principais e acessórias, contraídas pela Afiangada perante os Secured Creditors no Contrato de Crédito (nesta fiança representados pelo Beneficiário, que atua em nome dos Secured Creditors) sob o Contrato de Crédito ("as "Obrigações Garantidas"), respondendo pelo valor máximo do principal de US\$107.530.000 (cento e sete milhões e quinhentos e trinta mil dólares), acrescida dos juros remuneratórios e demais encargos previstos no Contrato de Crédito.	US\$107,530	18/07/22	10/07/27	759.852
-	-	Foz do Rio Claro	Alupar	1ª Emissão de Debentures	Fiança Irrestrita	600.000	08/10/21	15/09/28	621.218
-	-	Risaralda	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo junto ao Banco Itaú	COP 120.000.000	30/05/18	30/05/25	104.797
05/09/22	Junta General de Accionistas de La Virgen S.A.C.	La Virgen SAC	Alupar	Contrato de préstamo de Largo plazo	PAGARÉ A FAVOR DE BTG CHILE	(USD) 55,000	06/09/22	11/09/29	369.893
05/09/22	Junta General de Accionistas de La Virgen S.A.C.	La Virgen SAC	Alupar	Contrato de préstamo de Largo plazo	PAGARÉ A FAVOR DE BTG CAYMAN	(USD) 35,000	06/09/22	12/09/29	121.898
05/07/24	AGE	ELTE	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Aval/Fiança	65.000	15/07/24	15/07/39	661.378
11/06/24	AGE	TECP	Alupar	Debêntures - 1ª Emissão	Aval/Fiança	50.000	15/06/24	15/06/27	50.065
10/12/28	AGE	ETB	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Aval/Fiança	715.000	15/12/18	15/02/29	923.773
	Conselho de Administração	EAP I	Alupar	Empréstimo Banco BNB	Empréstimo Bando do Nordeste n° 35.2023.9392.30267	97.528	29/12/23	15/10/47	95.641
	Conselho de Administração	EAP II	Alupar	Empréstimo Banco BNB	Empréstimo Bando do Nordeste n° 35.2023.9396.30266	84.139	21/12/23	15/10/47	69.680
	Conselho de Administração	Pitombeira	Alupar	Empréstimo Banco BNB	Empréstimo Bando do Nordeste n° 35.2024.1100.31158	125.000	07/08/24	15/07/48	126.181
	Conselho de Administração	EAP I	Alupar	Debêntures - 1ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	25.000	15/12/23	15/10/47	25.126
	Conselho de Administração	EAP II	Alupar	Debêntures - 1ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	55.000	15/12/23	15/10/47	54.414

b.2) As transações de garantias entre a Companhia e suas controladas referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato nº/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Ínicio do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/24
-	-	TCE	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginea 500KV em Colombia	Fiança. Carta de Garantía para recibir el respaldo de Alupar Investimiento de las obligaciones legales y comerciales, dentro del Contrato suscrito entre HENGTON Y TCE	USD \$12.598.211,20	05/02/20	Emisión del Certificado de Aceptación Final (CAF)	USD \$12.598.211,20
-	-	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100419110099700	1.164	25/11/24	25/11/25	1.299
-	-	EAP I	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100422050008500 -ONS	220	25/05/22	27/05/25	252
-	-	EAP II	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100422050008600 -ONS	334	16/06/20	27/05/25	380
-	-	EDV I (Comodante)	Alupar (Comodatária)	Contrato de Comodato nº EVIV_JU_COM_0489-15 envolvendo área do imóvel denominado Sítio Picada para instalação de Unidade Fotovoltaica	-	-	01/06/15	01/06/45	-
-	-	Ferreira Gomes	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 118213468324-ONS	4.476	24/06/24	03/06/25	4.476

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2024, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2024 no montante de até R\$16.766, líquido de encargos sociais – INSS, ônus da Companhia conforme Ofício Circular SEP 01/2021 da CVM, sendo R\$1.779 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$14.987 referentes à remuneração da Diretoria.

Controladora		Consolidado	
Exercício findo em		Exercício findo em	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

Remuneração da diretoria (i)	10.673	10.104	27.707	25.071
Remuneração do conselho	1.244	1.403	2.598	2.667
Encargos sociais do conselho e diretoria	3.082	2.967	7.974	6.541
Total	14.999	14.474	38.279	34.279

i) Compostos por ordenados, salários, participação nos lucros, benefícios não monetários (tais como assistência médica e odontológica), benefícios de aposentadoria, seguro de vida e gratificações.

29. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

29.1. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como, utilizaram a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado				
	31/12/2024		31/12/2023		Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros					
Caixa e bancos	51.127	51.127	37.912	37.912	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	756.102	756.102	785.297	785.297	VJR
Investimentos de curto prazo	2.571.896	2.571.896	1.852.958	1.852.958	VJR
Títulos e valores mobiliários	165.134	165.134	155.384	155.384	VJR
Contas a receber de clientes	405.599	405.599	341.151	341.151	Custo amortizado
Ativo contratual da concessão	19.434.422	19.434.422	18.673.790	18.673.790	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	26.543	26.543	10.244	10.244	VJORA
	23.410.823	23.410.823	21.856.736	21.856.736	
Passivos financeiros					
Fornecedores	195.371	195.371	191.620	191.620	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	2.617.820	2.617.820	2.339.778	2.339.778	Custo amortizado
Debêntures	10.065.251	10.002.345	9.434.653	9.434.653	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	46.555	46.555	46.085	46.085	Custo amortizado
Passivo contratual com clientes	459.892	459.892	270.522	270.522	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	108	108	-	-	VJR
Instrumentos financeiros derivativos	72.626	72.626	-	-	VJORA
Opções de compra outorgadas	3.211	3.211	11.274	11.274	VJR
	13.460.834	13.397.928	12.293.932	12.293.932	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

- Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão especificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures e de suas controladas com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Opções de compra outorgadas: A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis, uma vez que o preço de exercício é calculado sobre o valor do aporte do acionista não controlador acrescido da variação do IPCA.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

29.2. Gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta afim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu os Comitês de Finanças, de Auditoria e de Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos: (a) de crédito; (b) de liquidez; e (c) de mercado.

(a) Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de seus ativos financeiros.

(i) Contas a receber de clientes

O risco de crédito das contas a receber decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes.

O contas a receber de clientes relacionado ao suprimento de energia, composto por contratos em ambiente regulado (ACR), ambiente livre (ACL) e mercado de curto prazo, são realizados através de normas e diretrizes com exigência de garantias e acompanhamento das operações. Em relação as controladas do segmento de transmissão, as mesmas mantêm contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência. A lista de envelhecimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 é demonstrada na nota explicativa nº 8.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa, Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Risco associado aos investimentos depositados em instituições financeiras que estão suscetíveis as mudanças no mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de instituições financeiras com forte capacidade de honrar seus compromissos, cujo *rating* de crédito seja no mínimo A em escala nacional, e com estabelecimento de limites de concentração.

(b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$12.683.071, sendo que 15,53% desse valor (ou R\$1.969.051) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira impactariam a Companhia e suas controladas, causando um aumento das despesas futuras das mesmas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos

acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 0,98 (1,00 em 2023) e do Consolidado é de 1,49 (1,59 em 2023).

Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. As cláusulas restritivas (“covenants”) estão descritos nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Outro ponto importante é que 93,36% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (94,35% em 31 de dezembro de 2023), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES, emissão de debentures de infra e outras instituições de fomento. Cerca de 13,46% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (11,71% em 31 de dezembro de 2023). Os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros na data da demonstração contábeis estão apresentados nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuí uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$3.544.259 (R\$2.831.551 em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Logo o caixa e as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2024 a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 38,2% de recursos próprios em contrapartida a 61,8% de capital de terceiros (37,3% de recursos próprios e 62,7% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.617.820	2.339.778
Debêntures	842.245	665.030	10.065.251	9.434.653
Dívida bruta	842.245	665.030	12.683.071	11.774.431
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.238)	(168.176)	(807.229)	(823.209)
(-) Investimentos de curto prazo	(1.310.358)	(953.647)	(2.571.896)	(1.852.958)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(165.134)	(155.384)
Dívida líquida	(471.351)	(456.793)	9.138.812	8.942.880
Patrimônio líquido	8.240.131	7.355.541	11.723.503	10.628.790
Índice de endividamento líquido	(0,06)	(0,06)	0,78	0,84

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 108,2% em 31 de dezembro de 2024 (110,8% em 31 de dezembro de 2023).

(c) Riscos de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e das dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base em relatórios de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2024	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			14,75%	7,38%	11,06%	18,44%	22,13%
Equivalentes de caixa	CDI	567.980	83.777	41.889	62.833	104.721	125.666
Investimentos de curto prazo	CDI	2.571.896	379.355	189.677	284.516	474.193	569.032
Títulos e valores mobiliários	CDI	165.134	24.357	12.179	18.268	30.447	36.536
Total		3.305.010	487.489	243.745	365.617	609.361	731.234

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Consolidado	Indexador	Taxa de juros média a.a.	Posição em 31/12/2024 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos								
TJLP +	2,35%	386.805	38.524	7,43%	3,72%	5,57%	9,29%	11,15%
IPCA +	4,60%	342.576	33.527	4,96%	2,48%	3,72%	6,20%	7,44%
IBR +	3,44%	252.121	27.876	7,36%	3,68%	5,52%	9,20%	11,04%
SOFR +	2,82%	1.620.220	119.388	4,42%	2,21%	3,32%	5,53%	6,63%
Debêntures				14,75%	7,38%	11,06%	18,44%	22,13%
CDI +	1,29%	3.115.887	505.706	272.946	389.326	622.086	738.467	
IPCA +	5,12%	5.854.999	605.019	452.382	528.701	681.338	757.657	
Total		11.572.608	1.330.040	874.633	1.102.337	1.557.744	1.785.449	

(*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os contratos que são remunerados com taxa fixa.

(ii) Risco cambial

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se ao fato das controladas da Companhia possuírem transações com instituições financeiras, clientes e fornecedores em moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, denominadas moedas estrangeiras. A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro e de suas controladas é o Novo sol peruano, Peso colombiano, Peso chileno e o Real brasileiro. As controladas da Companhia possuem majoritariamente exposição à dólares americanos, relacionados a transações de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a pagar com fornecedores e contas a receber de clientes. Se a moeda funcional se desvalorizar frente ao Dólar americano, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira a Companhia e suas controladas contrataram instrumentos financeiros derivativos, vide nota explicativa nº 29.3. Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

Controladora				Consolidado			
31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
Valor em USD	Valor em R\$	Valor em USD	Valor em R\$	Valor em USD	Valor em R\$	Valor em USD	Valor em R\$
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	30	185	-	-	30.380	188.122	12.004
Contas a receber de clientes	996	6.169	63	303	708	4.386	-
Outros ativos	5.966	36.941	3.651	17.678	31	192	57
	6.992	43.295	3.714	17.981	31.119	192.700	12.061
							58.391
Passivo							
Fornecedores	-	-	-	-	5.144	31.854	5.513
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	259.145	1.604.702	270.974
Outros passivos	-	-	-	-	133	821	1.067
	-	-	-	-	264.421	1.637.377	277.554
							1.344.366
Exposição líquida no balanço	6.992	43.295	3.714	17.981	(233.302)	(1.444.677)	(265.493)
							(1.285.975)

(iii) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo “Generation Scaling Factor (GSF)” ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

(iv) Risco de Descontratação:

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e

perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar uma redução nas RAPs das controladas.

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

(v) Risco de regulação

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

29.3. Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de hedge

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia e suas controladas passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial, preço de commodities e taxa de juros. Os principais instrumentos utilizados são SWAP e Non-Deliverable Forward (NDF).

Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting

Instrumentos financeiros derivativos - Designados como hedge accounting	Controlada	Valor Nocial	Periodicidade da liquidação	Ano de Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
					Valor contábil Ativo (Passivo)	Ganho (perda) reconhecido em ORA	Valor contábil Ativo (Passivo)	Ganho (perda) reconhecido em ORA
Contrato a termo de commodities (NDF) - Aluminio TAP	TAP	323.120	No vencimento	2028	(22.061)	5.680	-	-
Contrato a termo de commodities (NDF) - Aluminio TPC	TPC	184.995	No vencimento	2028	(12.974)	2.653	-	-
Swaps taxa flutuante SOFR 6M vs. taxa fixa TCE	TCE	383.594	Semestral	2023~2036	26.543	18.572	10.244	7.250
Swaps taxa em IPCA vs. taxa em CDI Alupar	Alupar	850.000	Semestral	2034	(37.592)	(40.255)	-	-

A Companhia contratou uma operação de SWAP junto a XP Investimentos S.A., com o objetivo de trocar a taxa de juros da 8ª Emissão Debêntures, que corresponde a IPCA + 6,4986% ao ano (base 252 dias) – ponta ativa, pela taxa de juros de 96,35% do CDI ao ano (base 252 dias) – ponta passiva. A operação de SWAP tem o valor nocial de R\$850.000, com duração de 10 anos e com o fluxo de liquidação idêntico ao fluxo de liquidação da 8ª Emissão Debêntures. Esse instrumento financeiro é mensurado pelo valor justo, sendo que as variações do valor justo são reconhecidas em Outros resultado abrangentes.

As controladas TCE, TAP e TPC contrataram instrumentos financeiros derivativos, sendo eles o SWAP e o contrato a termo de moedas e mercadorias (NDF), e os designou como hedge de fluxo de caixa, sendo que as variações do valor justo são reconhecidas em Outros resultados abrangentes, em grupo do Patrimônio líquido em Reservas de hedge.

O contrato de SWAP de taxa de juros, corresponde a 75% (índice de hedge) do valor nominal do crédito adquirido junto do MUFG Bank (Banco Líder), sendo que a TCE recebe (ponta ativa) uma taxa fixa de 3,303% em troca da taxa variável de SOFR 6 meses mais spread (ponta passiva), com prazo até 10 de julho de 2027. O SWAP cobre um período adicional de 2027 a 2036, com o objetivo de cobrir o risco de taxa de juros no momento do refinanciamento do empréstimo, o que deverá ocorrer até julho de 2027. Este refinanciamento é considerado uma transação altamente provável, uma vez que, as projeções de fluxo de caixa da TCE, de acordo com o modelo inicial entregue aos credores e estabelecido no contrato de crédito, indicam que o pagamento total do crédito não poderia ser cumprido até aquela data.

Os contratos a termo de mercadoria, são instrumentos de proteção da aquisição de insumos altamente prováveis que a TAP e a TPC necessitam fazer para o desenvolvimento de suas atividades. Os contratos foram celebrados junto aos Bancos BR Partners, BTG, XP e Citibank. Os contratos são de proteção do preço da commodity de alumínio, e correspondem a 29.175 toneladas de alumínio previstas a serem adquiridas pelas referidas controladas. O vencimento dessas NDFs estão para Janeiro/2028.

A efetividade do hedge é caracterizada pela correspondência dos termos críticos do instrumento de proteção com os termos críticos do item protegido.

O índice de hedge para a proteção de exposição cambial e do preço de commodity, é dada pela relação entre a quantidade de alumínio contratados nas NDFs e a quantidade total altamente provável prevista de ocorrer. E o índice de hedge para a proteção da taxa de juros dos contratos de swap, é dada pela relação do valor nocional sobre o valor principal da dívida.

Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

Instrumentos financeiros derivativos - Não designados como hedge accounting	Controlada	Valor Nocial	Periodicidade da liquidação	Ano de Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
					Valor contábil Ativo (Passivo)	Ganho (perda) reconhecido em Resultado	Valor contábil Ativo (Passivo)	Ganho (perda) reconhecido em Resultado
SWAP de moeda cruzada	TEL	29.093	Mensal	2025	(108)	(108)	-	-
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP I	17.463	Único no final	2024	-	553	(140)	(98)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP II	45.614	Único no final	2024	-	1.444	(365)	(255)

A controlada TEL contratou uma operação de SWAP de moeda cruzada junto ao Banco Citibank, que consiste na troca da dívida em pesos colombianos com taxa de juros fixa de 11,02 a.a. (ponta ativa) por uma dívida em dólares americanos com taxa de juros flutuante de SOFR + 1,58% a.a. (ponta passiva). O valor do nocional é de USD\$4.700.000 convertido pela cotação de COP\$4.391,00. Esse instrumento financeiro derivativo é mensurado pelo valor justo sendo que seu ganho ou perda é reconhecido no resultado na rubrica de Despesas e receitas financeiras.

As controladas EAP I e EAP II contrataram SWAPs junto ao Banco Citibank com o objetivo de trocar a exposição cambial do dólar americano (ponta ativa) dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais spread (ponta passiva). Os ganhos ou perdas foram reconhecidos no resultado na rubrica de Despesas e receitas financeiras. Esses contratos foram encerrados em janeiro de 2024.

30. Informações por segmento

Os principais segmentos operacionais da Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) “Outros” que compreende atividade de comercialização que por não ser relevante não está sendo reportados separadamente.

Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

	Exercício findo em				Combinado	Eliminações	Consolidado			
	31/12/2024									
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)						
Receita operacional líquida	5.537.630	850.016	50.714	98.444	6.536.804	(2.534.700)	4.002.104			
Custo do serviço										
Custo com energia elétrica	-	(154.413)	-	(179.270)	(333.683)	151.681	(182.002)			
Custo de operação	(2.478.801)	(307.051)	-	(7.286)	(2.793.138)	1.880.167	(912.971)			
Lucro (prejuízo) bruto	3.058.829	388.552	50.714	(88.112)	3.409.983	(502.852)	2.907.131			
Despesas administrativas e gerais	(78.176)	(41.132)	(51.774)	(4.912)	(175.994)	(2.576)	(178.570)			
Equivalência patrimonial	-	-	1.412.472	-	1.412.472	(1.263.469)	149.003			
Outras receitas	21.152	916	(10)	-	22.058	-	22.058			
Outras despesas	(5.644)	-	(1.342)	-	(6.986)	-	(6.986)			
LAJIR	2.996.161	348.336	1.410.060	(93.024)	4.661.533	(1.768.897)	2.892.636			
Depreciação / Amortização	5.310	169.764	861	283	176.218	1.937	178.155			
LAJIDA	3.001.471	518.100	1.410.921	(92.741)	4.837.751	(1.766.960)	3.070.791			
Despesas e receitas financeiras										
Despesas financeiras	(892.060)	(300.127)	(138.575)	(44)	(1.330.806)	60.999	(1.269.807)			
Receitas financeiras	130.061	67.934	122.701	1.523	322.219	(3.531)	318.688			
LAIR	2.234.162	116.143	1.394.186	(91.545)	3.652.946	(1.711.429)	1.941.517			
IR e CSLL correntes	(121.681)	(22.039)	(4.440)	-	(148.160)	1.582	(146.578)			
IR e CSLL diferidos	(89.165)	2.365	1.968	131	(84.701)	149.668	64.967			
Lucro líquido do exercício	2.023.316	96.469	1.391.714	(91.414)	3.420.085	(1.560.179)	1.859.906			
Atribuído aos acionistas controladores	1.143.649	77.819	1.370.835	(91.414)	2.500.889	(1.414.799)	1.086.090			
Atribuído aos acionistas não controladores	879.667	18.650	20.879	-	919.196	(145.380)	773.816			
Tota do Ativo	28.647.670	6.248.186	10.706.285	22.943	45.625.084	(14.936.048)	30.689.036			
Investimentos avaliados pelo MEP	1.604.248	356.090	8.693.161	23	10.653.522	(10.280.760)	372.762			
Investimentos em ativos não circulantes	60.286	42.786	340.759	740	444.571	(313.066)	131.505			
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	28.647.670	6.248.186	10.706.285	22.943	45.625.084	(14.936.048)	30.689.036			

	Exercício findo em				Combinado	Eliminações	Consolidado			
	31/12/2023									
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)						
Receita operacional líquida	2.902.835	760.754	53.813	103.416	3.820.818	(509.437)	3.311.381			
Custo do serviço										
Custo com energia elétrica	-	(103.807)	-	(99.446)	(203.253)	95.990	(107.263)			
Custo de operação	(713.386)	(267.132)	-	(7.330)	(987.848)	297.344	(690.504)			
Lucro (prejuízo) bruto	2.189.449	389.815	53.813	(3.360)	2.629.717	(116.103)	2.513.614			
Despesas administrativas e gerais	(76.792)	(36.411)	(69.974)	(1.749)	(184.926)	261	(184.665)			
Equivalência patrimonial	-	-	937.881	-	937.881	(896.713)	41.168			
Outras receitas	112.976	1.660	-	-	114.636	(63.024)	51.612			
Outras despesas	(69.219)	-	(825)	-	(70.044)	6.010	(64.034)			
LAJIR	2.156.414	355.064	920.895	(5.109)	3.427.264	(1.069.569)	2.357.695			
Depreciação / Amortização	6.880	147.003	2.638	211	156.732	(2.820)	153.912			
LAJIDA	2.163.294	502.067	923.533	(4.898)	3.583.996	(1.072.389)	2.511.607			
Despesas e receitas financeiras										
Despesas financeiras	(860.225)	(261.097)	(97.623)	(171)	(1.219.116)	59.733	(1.159.383)			
Receitas financeiras	113.403	61.129	115.261	1.746	291.539	(9.588)	281.951			
LAIR	1.409.592	155.096	938.533	(3.534)	2.499.687	(1.019.424)	1.480.263			
IR e CSLL correntes	(122.017)	(27.803)	(1.999)	-	(151.819)	3.293	(148.526)			
IR e CSLL diferidos	(203.509)	(7.374)	(8.196)	22	(219.057)	38.306	(180.751)			
Lucro líquido do exercício	1.084.066	119.919	928.338	(3.512)	2.128.811	(977.825)	1.150.986			
Atribuído aos acionistas controladores	608.352	100.895	924.410	(3.512)	1.630.145	(936.082)	694.063			
Atribuído aos acionistas não controladores	475.714	19.024	3.928	-	498.666	(41.743)	456.923			
Tota do Ativo	24.000.869	6.075.842	9.591.253	17.672	39.685.636	(11.249.555)	28.436.081			
Investimentos avaliados pelo MEP	1.578.470	355.741	7.979.345	23	9.913.579	(9.689.820)	223.759			
Total do Passivo	24.000.869	6.075.842	9.591.253	17.672	39.685.636	(11.249.555)	28.436.081			

As receitas de um cliente do segmento de Geração representaram aproximadamente de 10% a 15% do total da receita desse segmento.

Segmentos geográficos

Apresentamos a seguir as receitas e ativos operacionais das controladas da Companhia do segmento de Geração e Transmissão que atuam nos países da Colômbia, Peru e Chile.

Receitas operacionais	31/12/2024	31/12/2023	Ativos operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Perú	152.759	112.209	Perú	1.165.016	897.291
Colômbia	33.283	29.521	Colômbia	1.311.309	972.843
			Chile	6.107	-

A receita baseia-se na localização geográfica dos clientes e os ativos são baseados na localização geográfica dos ativos.

31. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

Consolidado		
Exercício findo em		
	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração direta	157.647	142.782
Auxílio alimentação	13.276	11.311
Assistência médica e seguro de vida	19.247	16.732
Vale transporte	216	194
Auxílio educação	274	474
Previdência privada (a)	3.173	3.176
Outros benefícios à empregados	2.708	3.941
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	10.558	10.572
Previdência social (INSS)	32.164	29.592
Total	239.263	218.774

- (a) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementando num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

32. Transacções não envolvendo caixa

As transacções da atividade de financiamento que não envolveram o uso de caixa e equivalentes de caixa não estão incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa, portanto, apresentamos a seguir a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Consolidado	01/01/2024	Efeito caixa	Efeito não caixa			31/12/2024
			Variação cambial	Variação no valor justo	Outros variações	
Empréstimos e financiamentos	2.339.778	(311.368)	361.637	-	227.773	2.617.820
Debêntures	9.434.653	(468.996)	-	-	1.099.594	10.065.251
Passivo de arrendamento	46.085	(11.735)	-	-	12.205	46.555
Dividendos a pagar	331.379	(951.952)	-	-	833.089	212.516
Adiantamento para futuro aumento de capital	293	1.819	-	-	(121)	1.991
Opções de compra de ações outorgadas	10.734	-	-	-	540	11.274
Capital social	3.310.783	-	-	-	362.785	3.673.568
Atividades de financiamento	(1.742.232)	371.096			2.736.529	

Consolidado	01/01/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa			31/12/2023
			Variação cambial	Variação no valor justo	Outros variações	
Empréstimos e financiamentos	2.519.618	(335.326)	(98.928)	-	254.414	2.339.778
Debêntures	9.116.488	(770.426)	-	-	1.088.591	9.434.653
Passivo de arrendamento	44.794	(10.356)	-	-	11.647	46.085
Dividendos a pagar	552.380	(1.113.386)	-	-	892.385	331.379
Adiantamento para futuro aumento de capital	293	-	-	-	-	293
Opções de compra de ações outorgadas	-	10.656	-	-	78	10.734
Capital social	2.981.996	-	-	-	328.787	3.310.783
Atividades de financiamento	(2.218.838)	(98.928)			2.575.902	

33. Compromissos contratuais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas em fase pré-operacional mantêm contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do respectivo empreendimento, pelos seguintes valores:

Controlada (Projetos):	Valor
ELTE	104.749
TAP	11.436
TECP	28.579
TPC	8.612
TCE	49.929
TEL	9.965

Em 31 de dezembro de 2024 os compromissos por obrigações de vendas, são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

31 de dezembro de 2024			
Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total

Obrigações de venda (em Reais) 17.204 36.826 16.647 70.677

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, refletem essencialmente acordos e compromissos de venda de energia à consumidores finais. As obrigações de venda incluem essencialmente responsabilidades relacionadas ao fornecimento de energia física aos clientes.

34. Eventos subsequentes

- **Pagamento de dividendos intercalares**

Em 6 de janeiro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento dos dividendos intercalares no montante de R\$76.068, referentes a 30 de setembro de 2024, que foram aprovados pelo Conselho de Administração, em 7 de novembro de 2024. Esses dividendos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das S.A.

- **Liquidação antecipada e Emissão de novas Debêntures na Foz do Rio Claro**

Em 09 de janeiro de 2025 a controlada Foz do Rio Claro efetuou a 2ª Emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$560.000 com o valor nominal de R\$ 1.000, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, conforme resolução CVM nº 160. O recebimento das debêntures ocorreu em 15 de janeiro de 2025. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a 100% DI + Spread 0,54% ao ano (base 252 dias). As amortizações dos juros ocorrerão em pagamentos semestrais, e o valor principal será amortizado em duas parcelas, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2029 e o segundo pagamento em 15 de janeiro de 2030.

Em 22 de janeiro de 2025 a controlada Foz do Rio Claro efetuou a liquidação da 1º Emissão das debêntures no montante de R\$633.220 com recursos provenientes da 2º Emissão de Debêntures.

- **Aquisição de ações de emissão da RIALMA IV**

Em 31 de janeiro de 2025, a controlada ETAP celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição de ações de emissão da RIALMA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A. ("RIALMA IV"), totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 100% do seu capital social, de titularidade da RIALMA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A..

O contrato prevê a aquisição, pela ETAP, da integralidade das ações emitidas pela RIALMA IV, pelo valor de Enterprise Value de R\$ R\$175.434, subtraindo-se o valor da dívida líquida na data-base de Junho de 2024 no montante de R\$94.974, firmada com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), ao custo de IPCA + 3,96% a.a., com fluxo de amortização customizado e vencimento em maio 2045.

O preço final da transação será ajustado pela variação dos saldos de capital de giro e endividamento líquido entre a data base (30 de junho de 2024) e a data de fechamento da operação. A consumação da aquisição depende, entre outras condições precedentes, da obtenção de aprovações regulatórias e de terceiros, incluindo o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, credores e garantidores

A Rialma IV é um ativo de transmissão correspondente ao lote 03 do Leilão de Transmissão nº 002/2021-ANEEL, realizado em 17 de dezembro de 2021. O empreendimento, entrou em operação comercial a partir de junho de 2023, compreende as linhas de transmissão Rio das Éguas - Rio Grande II (230 kV, C1), e Barreiras II – Barreiras (230 kV, C3) com extensão total de 162 km, localizadas no Estado da Bahia e com RAP anual de R\$20.638 (ciclo 2024-2025).

* * *

José Luiz Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente e
Diretor Administrativo-Financeiro

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações financeiras

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro